



RELATÓRIO DE GESTÃO EXERCÍCIO 2017

INCRA – SR 06

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E
REFORMA AGRÁRIA

Superintendência Regional 06 – Estado
de Minas Gerais

Lista de siglas e abreviações

ACT – Acordo de Cooperação Técnica
ANATER – Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
APP - Área de Preservação Permanente
ASPLAN – Assessoria de Planejamento
ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar
CAR - Cadastro Ambiental Rural
CCIR - Certificado de Cadastro de Imóvel Rural
CCU - Contrato de Concessão de Uso
CDR - Comitê de Decisão Regional
CEMIG – Companhia Energética de Minas Gerais
CGU - Controladoria Geral da União
CGUPAD – Sistema de Gestão de Processos Disciplinares
CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNIR - Cadastro Nacional de Imóveis Rurais
CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e Parnaíba
ComprasNET – Portal de Compras do Governo Federal
CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente
CRC - Conselho Regional de Contabilidade
DAP - Declaração de Aptidão ao PRONAF
DCR – Declaração para Cadastro Rural
DE - Diretoria de Gestão Estratégica
DET - Coordenação-Geral de Tecnologia e Gestão da Informação
DF - Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária
DFG – Coordenação-Geral de Cartografia
DFQ – Coordenação-Geral de Regularização de Territórios Quilombolas
DFR - Coordenação-Geral de Regularização Fundiária
DN - Decisão Normativa
DOU - Diário Oficial da União
FEBRABAN – Federação Brasileira dos Bancos
FETAEMG – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais
FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e à Seguridade Social
FNL - Frente Nacional de Luta Campo e Cidade
GEE - Grau de Eficiência na Exploração
GPS - Global Positioning System (Sistema de Posicionamento Global)
GT - Grupo de Trabalho
GUT - Grau de Utilização da Terra
ha – hectare(s)
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio - Instituto Chico Mendes de Biodiversidade Biológica
IN - Instrução Normativa
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias
LIO - Licença de Instalação e Operação
LOA - Lei Orçamentária Anual
LP - Licença Prévia
LTDA - Limitada
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MG – Minas Gerais

MP - Medida Provisória
MPF - Ministério Público Federal
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NE - Norma de Execução
NTGARFAL - Norma Técnica para Georreferenciamento em Ações de Regularização Fundiária

Aplicada à Amazônia Legal

OAN – Ouvidoria Agrária Nacional
OAR – Ouvidoria Agrária Regional
OBTV – Ordem Bancária de Transferência Voluntária
OCI - Órgão de Controle Interno
PA - Projeto de Assentamento
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
PAF - Projeto de Assentamento Florestal
PB - Projeto Básico
PC - Plano de Compromisso
PDA - Plano de Desenvolvimento do Assentamento
PDTI - Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PEN – Processo Eletrônico Nacional
PGE - Plano Geral de Estatísticas
PMCO – Plano de Metas e Créditos Orçamentários
PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e

Reforma Agrária

PNDTR - Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural
PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária
PO - Plano Orçamentário
PPA - Plano Plurianual
PRA - Plano de Recuperação de Assentamento
PRAD - Plano de Recuperação de Área Degradada
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONATER - Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PU - Planos de Utilização
RAMT – Relatório de Análise de Mercados de Terra
RB - Relação de Beneficiários
RBMC - Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo
RGA - Relatório de Gestão Anual
RIBAC - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS
RL - Reserva Legal
RNCR – Rede Nacional de Cadastro Rural
RTID - Relatório Técnico de Identificação e Delimitação
SCDP – Sistema de Concessão de Diárias e Passagens
SEMAD - Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
SECEX/TCU – Secretaria de Controle Externo do TCU
SEI – Sistema Eletrônico de Informações
SGBD - Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados Geográficos
SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE – Sistema Integrado de Administração e Recursos Humanos
SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SIATER – Sistema Informatizado de ATER
SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores
SICAR - Sistema de Cadastro Ambiental Rural
SICONV - Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
SIG - Sistema de Informações Geográficas

SIGEF – Sistema de Gestão Fundiária
SINDSEP/MG – Sindicato dos Trabalhadores Ativos, Aposentados e Pensionistas do Serviço Público Federal de Minas Gerais
SINDPFA – Sindicato Nacional dos Peritos Federais Agrários
SIORG - Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SIPAM - Sistema de Proteção da Amazônia
SIPRA - Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária
SIR - Sistema de Informações Rurais
SISAC – Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessão
SISDOC - Sistema de Documento
SISNATE – Sistema Nacional de Aquisição de Terras por Estrangeiro
SISPAD - Sistema de Controle de Processo Administrativo Disciplinar
SISPROT - Sistema de Protocolo
SNCCI – Sistema Nacional de Cobrança de Crédito Instalação
SNCI - Sistema Nacional de Certificação de Imóveis
SNCR - Sistema Nacional de Cadastro Rural
SPIUnet - Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SPU - Secretaria de Patrimônio Público da União
SRs - Superintendências Regionais do INCRA
SR(06)MG – Superintendência Regional do INCRA em Minas Gerais
SRFB - Secretaria da Receita Federal do Brasil
STF - Supremo Tribunal Federal
STN – Secretaria do Tesouro Nacional
TCE - Tomada de Contas Especiais
TCT - Termo de Cooperação Técnica
TCU - Tribunal de Contas da União
TD - Título Definitivo / Título de Domínio
TDA - Título da Dívida Agrária
TED – Termo de Execução Descentralizada
TI - Tecnologia da Informação
UA - Unidade Avançada
UG - Unidade Gestora
UGR - Unidade Gestora Responsável
UJ - Unidade Jurisdicionada
UMC - Unidade Municipal de Cadastramento
UO – Unidade Orçamentária
UPC – Unidade Prestadora de Contas
VTN – Valor da Terra Nua

Lista de tabelas, quadros, gráficos e figuras

Gráfico 1. Índice de cadastramento de imóveis rurais	27
Gráfico 2. Índice de análise de processos de certificação de imóveis	27
Gráfico 3. Índice de regularização fundiária	27
Gráfico 4. Índice de gastos com obtenção de terras (R\$/ha)	41
Gráfico 5. Índice de protocolos de licença ambiental para os projetos de assentamento	41
Gráfico 6. Índice de Projetos de Assentamento com regularização ambiental requerida (CAR) .	42
Gráfico 7. Índice de acesso à água para consumo doméstico	58
Gráfico 8. Índice de provimento de PDA/PRA	58
Gráfico 9. Índice de acesso à moradia nos assentamentos.	58
Gráfico 10. Número de contratos firmados pelas famílias com acesso ao Pronaf ou outra linha de crédito voltada à população.	59
Gráfico 11. Índice de provimento de assistência técnica.....	59
Gráfico 12. Renda média das famílias (por amostragem).....	60
Gráfico 13. Índice de parcelas supervisionadas.....	60
Gráfico 14. Índice de consolidação de assentamentos.....	61
Gráfico 15.Índice de abrangência de capacitação	68
Gráfico 16. Índice de horas de capacitação	68
Gráfico 17. Informações sobre Tomadas de Contas Especiais (TCEs) instauradas pela Superintendência.	84
Quadro 1. Identificação da UJ.....	11
Quadro 2. Identificação dos administradores	11
Quadro 3. Plano Estratégico do INCRA – Objetivo 1.....	13
Quadro 4. Atividades deste objetivo estratégico da Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária da SR(06)MG.	15
Quadro 5. Síntese dos resultados do exercício de 2017 da Organização da Estrutura Fundiária, SIGEF e Regularização Fundiária.....	16
Quadro 6. Plano Estratégico do INCRA – Objetivo 3.....	18
Quadro 7. Plano Estratégico do INCRA – Objetivo 3 - Estratégia.....	18
Quadro 8. Plano Estratégico do INCRA – Objetivo 4	18
Quadro 9. Síntese dos resultados da política pública de Reconhecimento e Indenização de Territórios Quilombolas no exercício de 2017.....	19
Quadro 10. Plano Estratégico do INCRA – Objetivo 5 - Estratégia.....	20
Quadro 11. Plano Estratégico do INCRA – Objetivo 6.....	20
Quadro 12. Execução descentralizada com transferências de recursos.....	21
Quadro 13. Ações do Macroprocesso de Ordenamento da Estrutura Fundiária – Execução Física e Financeira	22
Quadro 14. Rendimento na análise de processos de certificação de imóveis rurais durante o exercício de 2017.....	24
Quadro 15. Ações do macroprocesso Obtenção de Recursos Fundiários e Implantação de Projetos de Assentamentos – Execução Física, Orçamentária e Financeira.....	29
Quadro 16. Ações do macroprocesso Desenvolvimento de Projetos de Assentamento – Execução Física, Orçamentária e Financeira.....	43
Quadro 17. Execução em Restos a pagar/do macroprocesso Desenvolvimento de Projetos de Assentamento.....	44
Quadro 18. Demonstrativo da aplicação dos Créditos Instalação para as famílias assentadas, nos termos do Decreto nº 9.066 de 31 de maio de 2017, no exercício de 2017, na jurisdição da SR(06)MG.	46
Quadro 19. Comparativo das supervisões ocupacionais dos anos de 2013, 2014, 2015 e 2016 em relação ao ano de 2017.	48

Quadro 20. Comparativo da expedição de títulos dos anos de 2013, 2014, 2015 e 2016 em relação ao ano de 2017.	49
Quadro 21. Organograma e distribuição dos servidores na SR(06)MG	65
Quadro 22. Demandas registradas pela Ouvidoria Agrária Nacional em 2017	69
Quadro 23. Demandas registradas pela Ouvidoria Agrária Regional em 2017	70
Quadro 24. Principais Receitas da SR.06 em 2017	71
Quadro 25. Principais Despesas da SR.06 em 2017	72
Quadro 26. Demonstração contábil/notas explicativas.....	75
Quadro 27. Recomendações pendentes de atendimento	78
Quadro 28. Situação das deliberações do TCU de maior impacto	78
Quadro 29. Situação de atendimento das demandas da Secretaria de Controle Interno.....	80
Quadro 30. Situação das principais recomendações da Ciset	80
Quadro 33. Situação das principais recomendações da CGU	80
Quadro 32. Avaliação do Sistema de Controle Interno da UJ	86
Quadro 33. Resultado de atendimento ao público externo na Sala da Cidadania em Belo Horizonte, sede da SR(06)MG	87

Tabela 1. Vistoria ou Avaliação registrada no ano de 2017 no Módulo de Monitoramento com laudo entregue no exercício de 2017.	31
--	----

Tabela 2. Vistoria registrada no ano de 2017 no Módulo de Monitoramento, sem laudo entregue no ano de 2017.	32
--	----

Tabela 3. Vistorias registradas no ano de 2015 no Módulo de Monitoramento, sem laudo entregue nos anos de 2016/2017 por falta de documentação a ser apresentada por parte do proprietário.	32
---	----

Tabela 4. Outras Vistorias – Vistoria realizada para fins de viabilidade agrônômica registrada no Módulo de Monitoramento de 2017 com relatório entregue.	32
--	----

Tabela 5. Perícias judiciais em imóveis realizadas em 2017:	33
---	----

Tabela 6. Mercados de Terras Pesquisados em 2017: Total de seis mercados pesquisados em campo.....	33
--	----

Tabela 7. Estudos de cadeias dominiais concluídas pela Divisão em 2017. Total de 01 trabalho.	33
---	----

Tabela 8. Execução de obras de abastecimento de água em assentamentos por contratação pela lei 8666/93.....	50
---	----

Tabela 9. Metas de Equipagem de poços em projetos de assentamento	51
---	----

Tabela 10. Pré-parcelamentos conferidos e adequados em 2017.....	53
--	----

Tabela 11. Demonstrativo dos contratos para construção das agroindústrias de cana-de-açúcar, conforme constam nos Relatórios de Gestão de 2012 a 2016.	56
---	----

Tabela 12. Principais Receitas da SR.06 – 2015 a 2017	71
---	----

Tabela 13. Principais Despesas da SR.06 – 2015 a 2017.....	73
--	----

Tabela 14. Obrigações com o art. 5º, da Lei nº. 8.666/1993	85
--	----

Tabela 15. Convênios firmados entre a SR(06)MG e prefeituras municipais em 2017.	97
---	----

Sumário

1	Apresentação.....	8
2	Visão geral da unidade prestadora de contas	11
2.1	Identificação da unidade	11
3	Planejamento organizacional e resultados.....	13
3.1	Planejamento e resultados alcançados	13
3.1.1	Objetivo estratégico 1: Promover o desenvolvimento socioeconômico e ambiental dos diferentes segmentos da agricultura familiar, contribuindo para a organização da oferta de alimentos, produtos e serviços à sociedade.....	13
3.1.2	Objetivo estratégico 2: Efetivar uma política de governança fundiária, com articulação interinstitucional federativa, por meio de instrumentos de reconhecimento de gestão da estrutura fundiária, do regime de propriedade, do uso da terra e dos recursos naturais [Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural - Organização da Estrutura Fundiária].....	15
3.1.3	Objetivo estratégico 3: Promover a democratização do acesso à terra, com ações da reforma agrária e fundiária , observando as especificidades de cada território e bioma e a função social da propriedade, contribuindo para o desenvolvimento rural sustentável, a superação da pobreza e a paz no campo.....	17
3.1.4	Objetivo estratégico 4: Promover autonomia das mulheres no meio rural, com garantia de direitos à cidadania, terra, recursos naturais, produção e a participação social.	18
3.1.5	Objetivo estratégico 5: Promover o acesso dos Povos e Comunidades tradicionais às políticas produtivas, de garantia de direitos e à regularização fundiária dos territórios, contribuindo para o seu etno-desenvolvimento [Reconhecimento e Indenização de Territórios Quilombolas].	19
3.1.6	Objetivo estratégico 6: Promover autonomia e a emancipação da juventude rural, contribuindo para a sua permanência no campo e para a sucessão rural.....	20
3.2	Execução descentralizada com transferências de recursos.....	21
3.3	Desempenho operacional	22
3.3.1	Ordenamento da Estrutura Fundiária	22
3.3.2	Obtenção de recursos fundiários e implantação de projetos de assentamento.....	29
3.3.3	Desenvolvimento de projetos de assentamento.....	43
4	Governança, gestão de riscos e controles internos.....	62
4.1	Atuação da unidade de auditoria interna.....	62
4.2	Gestão de riscos e controles internos	62
4.2.1	Principais controles instituídos para garantir o alinhamento da Superintendência ao planejamento estratégico.....	62
4.2.2	Principais controles instituídos pela Superintendência para assegurar a fidedignidade das informações sobre sua atuação nos registros informatizados do INCRA e sistemas corporativos da administração pública.....	63
4.2.3	Avaliação, pelos próprios dirigentes da Superintendência, dos controles internos administrativos instituídos na Superintendência, de acordo com os critérios descritos no item 9.1	
	64	
5	Áreas especiais da gestão	65

5.1	Gestão de pessoas	65
5.1.1	Estrutura de pessoal da unidade	65
5.1.2	Ingresso/Desligamento de servidores	66
5.1.3	Da idade dos Servidores	66
5.1.4	Análise da estratégia das ações de disseminação de conhecimento e aprendizagem .	66
6	Relacionamento com a sociedade	69
6.1	Canais de acesso do cidadão	69
7	Informações contábeis e desempenho orçamentário e financeiro.....	71
7.1	Desempenho financeiro do exercício	71
7.2	Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas	75
7.3	Demonstração da gestão e registro contábil dos créditos a receber	75
7.3.1	Empréstimos concedidos.....	75
7.3.2	Crédito Antigo - Lei 13.001/2014	76
7.3.3	Crédito Novo - Decreto 8.256/2014:	76
7.3.4	Estágio da evidenciação contábil dos créditos	76
7.3.5	Outras informações julgadas relevantes	77
7.3.6	Créditos a receber de parceiros.....	77
8	Conformidade da gestão e demandas de órgãos de controle.....	78
8.1	Tratamento de deliberações do TCU	78
8.2	Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno	80
8.3	Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por dano ao erário	84
8.4	Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993	84
9	Anexos e apêndices	86
9.1	Quadro de avaliação do sistema de controles internos da UPC.....	86
9.2	Resultados do atendimento ao público externo	87
9.3	Memória de cálculo dos indicadores	89
9.4	Quadros, tabelas e figuras complementares	95

1 Apresentação

O Relatório de Gestão Anual do exercício orçamentário e financeiro de 2017 é fruto do trabalho das divisões e setores da Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no estado de Minas Gerais – SR(06)MG, sendo elaborado por servidores formalmente designados pela Ordem de Serviço nº.150/2018 – SR(06)MG/INCRA e revisados pelos gestores da SR(06)MG. Todos os passos estão inseridos em processo administrativo no Sistema Eletrônico de Informação – SEI sob o nº 54000.016260/2018-63.

Preliminarmente, é preciso conceituar o que vem a ser o Relatório de Gestão Anual, para que o cidadão tenha o conhecimento acerca da importância dessa ferramenta de controle e de demonstração de resultados.

O Relatório de Gestão mostra o desempenho de todas as atividades desenvolvidas pela instituição na parte administrativa, financeira e contábil, destacando os indicadores de qualidade e produtividade, que revelam, em números, a situação no ano em questão. O Relatório é o instrumento que apresenta os resultados alcançados pelo órgão.

A exigência do acompanhamento dos resultados e da fiscalização da gestão dos órgãos públicos está estabelecida na Constituição Federal de 1988, especificamente, em seu artigo 70. Dispõe o referido artigo que a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta será exercida pelo órgão de controle interno de cada poder. No caso do poder executivo, essa competência é do Tribunal de Contas da União, conforme regulamenta a Lei nº. 8.443/92, que dispõe sobre a Lei Orgânica do TCU.

As normas gerais da prestação e contas para o exercício de 2017 foram estabelecidas pelo Tribunal de Contas da União, por meio da Resolução nº. 234/2010, que estabelece diretrizes para as unidades internas do TCU relacionadas ao tratamento da prestação de contas da administração pública federal; a Resolução nº. 244/2011, que alterou dispositivo da Resolução nº. 234/2010 e a Instrução Normativa nº. 63/2010, alterada pela Instrução Normativa nº. 72/2013, que estabelece regras gerais para a organização e a apresentação da prestação de contas pela administração pública federal a partir de 2010.

Além do mais, para cada exercício financeiro, a Corte de Contas estabelece normas específicas para a prestação das contas: para o exercício de 2017 foi publicada a Decisão Normativa nº. 161/2017, que dispõe acerca das unidades cujos dirigentes máximos devem apresentar relatório de gestão e demais informações referentes à prestação de contas do exercício de 2017, e a Decisão Normativa nº. 163/2017, que dispõe acerca das unidades prestadoras de contas cujos responsáveis terão as contas do exercício de 2017 julgadas pelo TCU.

Cumprir destacar que esta Superintendência Regional não terá que elaborar prestação de contas em virtude de não configurar no Anexo I da DN/TCU/Nº. 163/2017.

O presente Relatório de Gestão está estruturado nos seguintes tópicos: Apresentação do Relatório; Visão geral da Unidade; Planejamento organizacional e resultados; Governança, gestão de riscos e controles internos; Áreas especiais da gestão; Relacionamento com a sociedade; Desempenho financeiro e informações contábeis; Conformidade da gestão e demandas de órgãos de controle e Anexos e apêndices.

A supracitada estrutura demonstrará como foi o desempenho desta Superintendência Regional em relação a todas as atividades desenvolvidas pela instituição na parte administrativa, financeira e contábil, demonstrando ainda quais foram os fatores que contribuíram favoravelmente para o alcance dos seus objetivos, bem como quais foram as adversidades encontradas durante a execução de sua missão institucional no exercício de 2017.

Para fins de contextualização, apresenta-se a seguir, de forma resumida, as principais realizações da gestão no período e algumas adversidades encontradas para o alcance de nossos objetivos.

A partir do exercício de 2016 o INCRA, por orientação do governo federal, estabeleceu como seu objetivo principal transformar a política de titulação de terras na marca da nova gestão da autarquia. Não obstante, o INCRA continua promovendo o acesso à terra com a criação de novos assentamentos e a execução de políticas de qualificação para eles, bem como as questões relacionadas à regularização e ordenamento da malha fundiária. Outros desafios estabelecidos foram a melhoria da eficiência operacional do órgão, a priorização da consolidação dos assentamentos, a pacificação no campo por meio dos mecanismos de obtenção de terras do PNRA e do desenvolvimento dos assentamentos.

Nesse sentido, e em consonância com as orientações do governo federal, no exercício de 2017, a Superintendência Regional do INCRA em Minas Gerais foi responsável pela emissão de 4.232 títulos (definitivos e provisórios) que garantem o acesso à terra, ou seja, o uso e gozo pleno da parcela ou área do projeto pelo beneficiário. Os documentos também facilitam o acesso ao crédito e à infraestrutura básica de interesse coletivo, uma vez que apoiam o início das atividades produtivas necessárias à permanência e a obtenção das condições básicas para o ingresso dos assentados no programa de agricultura familiar, possibilitando a eles fazer gestão junto a órgãos competentes para ampliar o acesso a serviços sociais indispensáveis ao progresso social e econômico da sua unidade familiar.

A titulação efetuada pelo INCRA contém dispositivos norteadores dos direitos e deveres dos participantes do processo de reforma agrária, especialmente do poder público e dos assentados. Os títulos são divididos em provisórios e definitivos. Respectivamente, foram emitidos 4.036 Contratos de Concessão de Uso (CCU) e 196 Títulos de Domínio (TD).

Em outra ação, 933 famílias da reforma agrária receberam Créditos de Instalação no exercício de 2017, distribuídos entre as modalidades de Apoio Inicial (antigo Apoio Inicial I e Complemento do Apoio Inicial I), Fomento Mulher e Semiárido, totalizando R\$ 3.407.200,00 em recursos orçamentários.

Ainda sobre a questão do desenvolvimento dos Projetos de Assentamento, citamos a celebração, em 2017, de 15 convênios cujos objetos se relacionam com a construção de pontes, recuperação e readequação de estradas em 15 assentamentos. O total de recursos que serão repassados para essas ações correspondem a R\$ 4.890.531,20.

Em relação à ação de vistoria e avaliação para obtenção de imóveis rurais, esta Superintendência Regional, no exercício de 2017, vistoriou cinco propriedades rurais, totalizando uma área correspondente a 6.019,8943 hectares. Cumpre mencionar que desde o exercício de 2014 os recursos orçamentários e financeiros para essa ação vêm sofrendo redução no orçamento, o que dificulta avanços na aquisição de terras.

Nas ações relacionadas ao Ordenamento da Estrutura Fundiária destaca-se que foram encerrados 83 processos de fiscalização cadastral de imóveis rurais, totalizando uma área correspondente a 797.821,88 hectares. Foram emitidos 1.079.643 Certificados de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR). Ele é o documento expedido pelo INCRA que comprova a regularidade cadastral do imóvel rural. Foram processadas e canceladas 87.693 Declarações de Cadastro Rural. A SR(06)MG manteve a Rede Nacional de Cadastro Rural, fortalecendo as Unidades Municipais de Cadastro (UMC), instaladas em 479 municípios, as quais contribuíram favoravelmente para o alcance dos seus objetivos junto aos produtores rurais.

Ainda, nas questões relacionadas com o Ordenamento Fundiário, esta Superintendência foi responsável por analisar 12.016 processos de certificação de imóveis rurais; 1.587 processos de descaracterização de imóvel rural para urbano e 46 processos de desmembramento em cumprimento ao Decreto nº. 62.504/1968. Por fim, em 2017 foram analisados 1.367 processos para comprovação de atividade rural e 245 processos relacionados com a expedição de certidão negativa de cadastros.

Em 2017, a Superintendência, com o apoio da presidência da autarquia, implantou a Unidade Avançada do INCRA no município de Montes Claros e o Escritório Técnico do INCRA no município de Uberlândia. A criação dessas estruturas traduz um compromisso com a reforma agrária pelo fato do INCRA estar mais próximo do público rural. As famílias assistidas por essas

unidades também podem acessar de forma mais rápida os serviços do Instituto e as políticas públicas do governo federal, uma vez que a redução da distância física em relação à sede administrativa da Superintendência agiliza o atendimento dos trabalhadores. A criação das unidades no interior do estado de Minas Gerais foi um dos principais fatores que contribuíram favoravelmente para o alcance dos objetivos junto aos beneficiários da reforma agrária.

A importância delas se reflete nos resultados obtidos. Em resumo, a Unidade Avançada de Montes Claros foi responsável, em seis meses, de 07/07/2017 a 31/12/2017, pelas seguintes ações: 2.155 atualizações cadastrais; 2.040 supervisões e fiscalização de concessão e créditos; 1.644 supervisões ocupacionais; 850 atendimentos ao público (assentados, trabalhadores rurais, proprietários de imóveis rurais, entre outros) na sede da UA de Montes Claros; 475 CCU emitidos e entregues aos assentados; e a aplicação de R\$ 1.488.600,00 em concessão de créditos instalações.

Já o Escritório Técnico de Uberlândia, que atende a região do Triângulo Mineiro, da sua criação em 11/10/2017 até 31/12/17, foi responsável por 1.178 supervisões ocupacionais/fiscalizações; 164 emissões de contratos de concessão de créditos para os assentados; 261 emissões de CCU; 227 vistorias, com laudos, para titulação definitiva das parcelas; e 72 Títulos Definitivos emitidos.

Estas unidades ajudaram a superar as adversidades e cumprir as metas da SR(06)MG, favorecendo a execução da missão institucional no exercício de 2017, mesmo com as dificuldades que impossibilitaram outros avanços. Entre elas, o quadro reduzido de servidores, que impede delegar todas as atribuições derivadas do Regimento Interno, da Carta de Serviços, dos sistemas operacionais e da legislação aplicada. Essa precariedade impõe uma tensão entre manter a prestação de serviços e manter a qualidade dos serviços prestados, em alguns casos podem ocorrer colapsos em que a produtividade da mão de obra é reduzida a fração de seu potencial.

Tais impactos já são sentidos em vários setores. Na Divisão de Administração se reflete na manutenção e contratação dos contratos de serviços do prédio e dos terceirizados, e de manutenção de máquinas e de veículos. Na Divisão de Desenvolvimento, o número reduzido de analistas e técnicos finalísticos dificultam a implementação e a manutenção de infraestrutura, a aplicação de créditos a assentados, a demarcação e o georreferenciamento de lotes. Na Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária o impacto é na ampliação da Rede Nacional de Cadastro Rural no estado, na condução da política pública voltada aos quilombolas, entre outros. Na Divisão de Obtenção e Implantação de Assentamentos o impacto é na implantação dos projetos de assentamentos e nas licenças para regularização de atividades neles.

Deve-se considerar, ainda como adversidade, as questões relacionadas a restrição orçamentária e as constantes mudanças de leis e normativos. Estas, em que pese a intenção de melhorar a efetividade da prestação de serviços, provocaram redução de rendimento e estagnações ao exigir demoradas ações de readequação dos recursos e dos procedimentos operacionais. Como exemplo, cita-se a edição de normativos relacionados às regularizações de lotes da reforma agrária: Decreto nº. 8.738/2016, Lei nº. 13.465/2017. Por isso, é importante que a autarquia regulamente com agilidade os procedimentos operacionais e legais decorrentes das alterações legislativas.

Por fim, observa-se a implantação e utilização, a partir de 01/10/2017, do Sistema Eletrônico de Informações. O SEI é uma plataforma que engloba um conjunto de módulos e funcionalidades que promovem a eficiência administrativa. Trata-se, também, de um sistema eletrônico de processos e documentos, com interface amigável e práticas inovadoras de trabalho, tendo como principais características a libertação do paradigma do papel como suporte físico para documentos institucionais e o compartilhamento do conhecimento com atualização e comunicação de novos eventos em tempo real. A experiência de três meses mostrou que o SEI será uma ferramenta que contribuirá favoravelmente para o alcance dos objetivos da autarquia nos próximos anos.

2 Visão geral da unidade prestadora de contas

2.1 Identificação da unidade

INCRA/SR-06

Superintendência Regional do INCRA no Estado de Minas Gerais

Quadro 1. Identificação da UJ

Poder e órgão de vinculação		
Poder: Executivo		
Órgão de vinculação:	CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	Código SIORG: 2837
Identificação da Unidade Jurisdicionada (UJ)		
Natureza jurídica:	Autarquia Federal	CNPJ: 00375972/0008-37
Principal atividade:	Administração Pública em Geral	Código CNAE: 8411-6-00
Código SIORG: 4031	Código LOA: 49201 (Sede)	Código SIAFI: 373055
Contatos		
Telefones: (31) 3131-2073/3131-2071		
Endereço postal: Avenida Afonso Pena 3500 – Cruzeiro- Belo Horizonte – Minas Gerais – CEP30.130-009		
Endereço eletrônico: sr06.gab@bhe.incra.gov.br		
Página na internet: www.incra.gov.br/mg		

Unidades gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código Siafi	Nome
373055	Superintendência Regional do INCRA no Estado de Minas Gerais

Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código Siafi	Nome
Solicitado	Unidade Avançada de Montes Claros - UA.06.1

Quadro 2. Identificação dos administradores

Cargo	Nome	CPF	Período de gestão
Superintendente Regional	Robson de Oliveira Fonzar	930.997.461-34	01/01/17 a 30/12/17
Superintendente Regional - Substituto	Marcelo José Pereira da Cunha	773.073.996-87	31/12/17
Chefe da Divisão de Administração	Jander Heleno	893.906.606-53	01/01/17 a 01/10/17 e 12/10/17 a 31/12/17
Chefe da Divisão de Administração - Substituto	Madson Eustáquio Ferreira	070.014.526-53	02/10/17 a 11/10/17
Chefe da Divisão de Desenvolvimento	Giuliano Groia Martins	045.088.766-92	01/01/17 a 28/01/17 e 03/02/17 a 09/07/17 e 15/07/17 a 10/12/17 e 31/12/17 a 31/12/17

Cargo	Nome	CPF	Período de gestão
Chefe da Divisão de Desenvolvimento Substituto	Adolfo de Freitas Oliveira	010.695.956-59	29/01/17 a 02/02/17 e 10/07/17 a 14/07/17
Chefe da Divisão de Desenvolvimento Substituto	Alexandre Vieira Verner	904.531.746-04	11/12/17 a 30/12/17
Chefe da Divisão Obtenção de Terras	Henrique Victor Pereira	053.214.796-07	01/01/17 a 29/01/17 e 04/02/17 a 21/06/17 e 24/12/17 a 31/12/17
Chefe da Divisão Obtenção de Terras – Substituto	Alexandre Teixeira Lacerda	489.906396-20	30/01/17 a 03/02/17 e 22/06/17 a 10/07/17
Chefe da Divisão Obtenção de Terras - Substituto	Alan Fonseca Rocha	786.668.646-72	18/12/17 a 23/12/17
Chefe da Divisão de Estrutura Fundiária	José Alves Rodrigues Filho	470.311.233-72	01/01/17 a 21/09/17
Chefe da Divisão de Estrutura Fundiária – Substituta	Luci Rodrigues Espechit	251.809.756-20	22/09/17 a 25/09/2017
Chefe da Divisão de Estrutura Fundiária	Marcelo José Pereira da Cunha	773.073.996-87	26/09/17 a 31/12/17
Chefe da Procuradoria Federal Especializada	Juliana Lima Salvador	843.769.706-97	01/01/17 a 04/06/17
Chefe da Procuradoria Federal Especializada – Substituto	Henrique de Melo Secco	012.155.466-02	05/06/17 a 17/07/17
Chefe da Procuradoria Federal Especializada	Henrique de Melo Secco	012.155.466-02	18/07/17 a 10/09/17 e 23/09/17 a 26/11/17 e 02/12/17 a 31/12/17
Chefe da Procuradoria Federal Especializada - Substituto	Gregore Moreira de Moura	032.018.796-90	11/09/17 a 22/09/17 e 27/11/17 a 01/12/17

3 Planejamento organizacional e resultados

3.1 Planejamento e resultados alcançados

Essa UPC foca em seis objetivos estratégicos, de definição validada para todas as unidades do INCRA, que abordam: desenvolvimento socioeconômico e ambiental; governança fundiária; reforma agrária; cidadania; povos e comunidades tradicionais; e juventude rural.

3.1.1 Objetivo estratégico 1: Promover o desenvolvimento socioeconômico e ambiental dos diferentes segmentos da agricultura familiar, contribuindo para a organização da oferta de alimentos, produtos e serviços à sociedade.

i. Descrição

Quadro 3. Plano Estratégico do INCRA – Objetivo 1

Atividade	Unidade de medida	Meta	Realizado
Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito	Nº de créditos supervisionados	3.000	1.550
Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária	Nº de DAP autorizadas	0	1.128
Autorizações de DAP para Pronaf A e A/C	Nº de famílias atendidas	3.000	0
Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento	Nº de famílias beneficiadas	0	0
Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização – Terra Sol	Nº de kits para feiras populares e permanentes implantadas	0	0
Supervisão Ocupacional de Projetos de Assentamento	Nº de parcelas supervisionadas (laudo entregue)	447	5.663
Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento	CCU expedidos	4.000	4.036
	TDs expedidos	180	196
Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento	Nº de famílias atendidas - obra contratada	0	2624
	Nº de famílias atendidas - obra concluída	500	0
Formação e Capacitação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural – INCRAINCR	Nº de agentes capacitados	0	0
Assistência Técnica e Extensão Rural para Reforma Agrária	Nº de famílias assistidas	5.137	4.187
Educação de Jovens e Adultos no Campo para a Reforma Agrária	Nº de trabalhadores rurais em alfabetização	0	0
	Nº de trabalhadores rurais alfabetizados	0	0
Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social	Nº de profissionais capacitados	0	97
Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária	Nº de profissionais em formação	210	160
	Nº de profissionais formados	0	0
Concessão de crédito instalação às famílias assentadas	Nº de famílias atendidas – Apoio Inicial I	829	425
	Nº de famílias atendidas - Fomento	1.000	0

Atividade	Unidade de medida	Meta	Realizado
	Nº de famílias atendidas - Fomento Mulher	1.171	282

Fontes: SIR/WIKI-INCRA/SIATER

ii. Análise dos seus principais aspectos, com discussão do atual estágio de implantação

Em 2017, para atingir este objetivo estratégico, a Divisão de Desenvolvimento atuou na titulação definitiva e provisória, na implementação da infraestrutura (água, saneamento básico, estradas); no financiamento de créditos em suas diversas modalidades; no apoio à agroindustrialização, à comercialização e às atividades produtivas.

Com relação a Ação Terra Sol (211A, PO 03), para o ano de 2017, embora não houvessem metas estabelecidas, a SR(06)MG priorizou a conclusão dos três contratos relacionados à construção de agroindústrias de cana-de-açúcar, bem como a aquisição de equipamentos.

Na ação de infraestrutura básica em assentamentos, a execução física da SR(06)MG foi através da equipagem de 20 poços profundos em diversos assentamentos. Destaca-se que por determinação da CGU, em 2015, o INCRA adotou que apenas considera “obra concluída” como meta física. No entanto, foram efetuadas obras em 43 assentamentos, através do Termo de Execução Descentralizada com a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF) nº 06/2013, as quais estão em fase final de execução devendo ser concluídas em 2018.

Em relação à emissão de DAP para acesso a financiamentos pelo Pronaf, historicamente a SR(06)MG mantém Acordo de Cooperação Técnica com a Emater-MG e com a FETAEMG (através de seus sindicatos afiliados) para viabilizar o acesso dos beneficiários do PNRA a este documento, com rapidez e confiabilidade. Os ACTs permitiram a SR(06)MG autorizar a emissão de DAP para contratar Pronaf A e A/C. Foram autorizadas 1.128 DAP, que equivalem a R\$ 17.353.542,58 de valores potenciais para fomento à agricultura.

Em relação à Formação e Capacitação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural – INCRA e à Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social são metas executadas em nível nacional, via INCRA/Sede, não tendo a Superintendência ingerência sobre o atingimento da meta.

Na atividade de assistência técnica, os contratos firmados em exercícios anteriores foram encerrados em março e abril de 2017, o que prejudicou a execução da meta de ATES. Some-se a isso, as crescentes dificuldades financeiras apresentadas para execução da política de ATES, nacionalmente, que levaram à revisão geral dos contratos e orçamentos destinados a esse fim, o que culminou com a suspensão, pela Diretoria responsável, de elaboração de chamada pública.

iii. Resultados estratégicos previstos

Curto prazo 2017	Médio prazo 2021 (PPA)	Longo prazo 2022 em diante
Regularização ambiental através do CAR; Prestação de assistência técnica às famílias assentadas via ANATER; Concessão do novo crédito instalação; Atendimento às famílias com abastecimento de água e obras	Prestação de assistência técnica qualificada, direcionada e continuada para famílias da agricultura familiar; Atendimento às famílias com abastecimento de água, construção/recuperação de estradas e outras obras para o desenvolvimento de projetos de	Os resultados estratégicos previstos para 2022 serão estabelecidos pela direção da autarquia.

Curto prazo 2017	Médio prazo 2021 (PPA)	Longo prazo 2022 em diante
para o desenvolvimento de projetos de assentamento; Construção e recuperação de moradias por meio do Programa Minha Casa Minha Vida Rural.	assentamentos; Atendimento às famílias com crédito instalação nas modalidades Apoio Inicial, Fomento, Fomento Mulher e Semiárido.	

3.1.2 Objetivo estratégico 2: Efetivar uma política de governança fundiária, com articulação interinstitucional federativa, por meio de instrumentos de reconhecimento de gestão da estrutura fundiária, do regime de propriedade, do uso da terra e dos recursos naturais [Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural - Organização da Estrutura Fundiária].

3.1.2.1 Objetivo estratégico 2-A: Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural

i. Descrição

A manutenção da Política Nacional de Reforma Agrária passa pelo conhecimento da estrutura fundiária e pela possibilidade de classificar os imóveis quanto seus índices de produtividade.

O monitoramento literal fundiário brasileiro é gerenciado por meio do Sistema Nacional de Cadastro de Imóvel Rural (SNCR) que consiste nos seguintes dados: a) estrutura do imóvel – área, localização, situação jurídica, desmembramentos, remembramentos ou anexação de área; b) uso – informações relativas à produção, formas de exploração e destinação do imóvel; c) pessoais e relacionamentos – dados pessoais do proprietário (físico ou jurídico) e a relação da detenção do imóvel por propriedade, enfiteuse, usufruto, posse, parceria, arrendamento ou comodato.

O **Erro! Fonte de referência não encontrada.** resume as atividades deste objetivo e estratégico da Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária da SR(06)MG.

Quadro 4. Atividades deste objetivo estratégico da Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária da SR(06)MG.

Atividade	Unidade de medida	Meta	Realizado
1. Atualizações cadastrais realizadas no SNCR	DCR processada	55.000	87.693
2. Expansão da RNCR	UMC implantada	55	73
3. Manutenção da RNCR	ACT/UMC renovado	2	5
4. Capacitação da RNCR	Servidores capacitados	200	609
5. Fiscalização cadastral	Área fiscalizada (ha)	0	365.009,895
	Imóvel fiscalizado	0	2 34

Fonte: SIR/Wiki-INCRA e Caderno de Metas

ii. Análise dos seus principais aspectos, com discussão do atual estágio de implantação

Destaca-se que as atualizações cadastrais realizadas no Sistema Nacional de Cadastro Rural representaram o recadastramento de 9% da malha fundiária cadastrada no estado de Minas Gerais. A quantidade de atualizações cadastrais superou em quase 60% o que foi pactuado.

Estes números mostraram a eficiência das parcerias com as prefeituras, também possível pela implantação de 73 novas Unidades Municipais de Cadastro e renovação de outras 05. Com isso, Minas Gerais conta com 479 UMC instaladas. Foram capacitados 609 servidores municipais lotados nas respectivas unidades, correspondendo a 100% da rede treinada no exercício.

Essa estrutura foi responsável pela emissão de 1.079.643 Certificados de Cadastro de Imóvel Rural.

Outras ações que merecem destaque no Gerenciamento e Cadastro rural: a) análise e conclusão de 1.587 processos de descaracterização de imóvel rural para imóvel urbano; b) análise e conclusão de 46 processos de desmembramento com parcela abaixo da fração mínima de parcelamento com base no Decreto nº 62.504, de 08 de abril de 1968; c) análise e conclusão de 1.367 processos de pedido de comprovação de atividade rural para fins de aposentadoria; d) análise e conclusão de 245 processos de certidão negativa de cadastro de imóvel rural para fins de aposentadoria; e) análise de 155 processos de aquisição de terras por estrangeiro.

iii. Resultados estratégicos previstos

Curto prazo 2017	Médio prazo 2019 (PPA)	Longo prazo 2020 em diante
Mantivemos a presença da Rede Nacional de Cadastro Rural em 479 municípios;	Nivelar metodologia e procedimentos de análise de pedidos de atualização cadastral na totalidade da RNCR por meio de capacitação;	Os Resultados estratégicos previstos para 2020 em diante deverão ser estabelecidos pela direção da autarquia e acordados com esta regional de acordo com os recursos financeiros disponíveis
Realizamos 87.693 atualizações cadastrais em imóveis rurais no SNCR;	Atualizar, no SNCR, a maior quantidade possível de cadastros como forma de manter o gerenciamento da malha fundiária no estado de Minas Gerais;	
Emitimos 1.079.643 CCIR, inclusive de imóveis de outras regionais.	Aprimorar as estratégias de monitoramento e fiscalização cadastral;	

i. Objetivo Estratégico 2-B: Organização da Estrutura Fundiária

i. Descrição

O Sistema de Gestão Fundiária é, inegavelmente, uma ferramenta extraordinária na construção e organização da estrutura fundiária. Na Superintendência Regional de Minas Gerais os servidores lotados no Comitê Regional de Certificação realizaram 12.016 análises de processos de certificação pelo SIGEF. Estas análises estão divididas em: a) sobreposição com imóveis certificados antes da produção do SIGEF, áreas ambientais, indígenas ou projetos de assentamento; b) requerimentos de cancelamento de certificação; c) requerimentos de retificação de dados literais de certificações já emitidas; e d) requerimento de atualização de registro do imóvel com abertura de nova matrícula com a descrição perimétrica certificada.

No **Erro! Fonte de referência não encontrada.** uma síntese dos resultados do exercício de 2017 da Organização da Estrutura Fundiária, SIGEF e Regularização Fundiária.

Quadro 5. Síntese dos resultados do exercício de 2017 da Organização da Estrutura Fundiária, SIGEF e Regularização Fundiária.

Atividade	Unidade de medida	Meta	Realizado
1. Certificação de imóvel rural	Parcela certificada	13.126	17.619
2. Regularização fundiária	Imóveis regularizados	10	0

Fonte: SIR/Wiki-INCRA e Caderno de Metas

ii. Análise dos seus principais aspectos, com discussão do atual estágio de implantação

Destacamos a quantidade de parcelas de imóveis rurais certificadas no Sistema de Gestão Fundiária. Verifica-se a superação da meta pactuada no Caderno de Metas em mais de 34%, inserindo no Sistema 1.599.127,8939 hectares da malha fundiária do estado de Minas Gerais.

O Serviço de Regularização Fundiária – SR(06)F3 realizou: a) encerramento dos trabalhos de campo que possibilitam o registro da certificação de três áreas, totalizando 175,8047 ha, que serão regularizadas dentro da Fazenda Boa Esperança/Córrego Conceição, matrícula nº 1.775 do Cartório de Registro de Imóveis de Itambacuri (MG) – doação da Secretaria do Patrimônio da União (SPU) ao INCRA(06)MG; e b) georreferenciamento, levantamento ocupacional, cadastramento das ocupações e laudo de vistoria, parcial, de área remanescente de 355,5000 ha da Fazenda São Jerônimo/Buriti/Barra, matrícula nº 1.558 do Cartório de Registro de Imóveis de João Pinheiro (MG).

O cumprimento de todas as etapas envolvidas na regularização fundiária, pela complexidade implícita, transpõe o período de um exercício, por isso o não cumprimento da meta estabelecida de dez imóveis a serem regularizados – cabe salientar que esta meta estipulada não se adequa à realidade local, tendo em vista, as ações de regularização já foram promovidas pelo governo de MG e, evidentemente, a diminuição exponencial desta ação em terras públicas no estado.

Outras atividades desenvolvidas pela SR(06)MG na organização fundiária que merecem destaque: a) 1.134 parcelas de projetos de assentamento certificadas no SIGEF; b) desenvolvimento de programa, por servidora da SR(06)F2, em linguagem *Python* de rotina no aplicativo QGis para conversão de dados cartográficos de parcelas de projeto de assentamento georreferenciados antes da 3ª Edição da Norma Técnica; c) participação de servidores da SR(06)F2 no Grupo de Trabalho de implementação da 2ª Versão do SIGEF; d) participação de servidores da SR(06)F2 no Grupo de Trabalho para elaboração de termo de referência para contratação nacional de serviços de georreferenciamento de assentamentos por aerolevanteamento e métodos convencionais; e) participação de servidores da SR(06)F2 no Grupo de Trabalho para implementação do projeto de Veículos Aéreos Não Tripulados em aerolevanteamento para georreferenciamento de imóveis rurais; e f) aerolevanteamento do PA Jacaré Grande em Bocaiuva (MG) com 11.120,25 há para consolidação de metodologia de levantamento e processamento de dados (inclusão do uso da tecnologia nos normativos de georreferenciamento do INCRA) e produção de peças técnicas das parcelas para titulação.

Mais detalhes sobre esse objetivo estratégico serão tratados no item 3.3 “Desempenho Operacional”.

iii. Resultados estratégicos previstos

Curto prazo 2017	Médio prazo 2019 (PPA)	Longo prazo 2020 em diante
Capacitação para os servidores como forma de aprimorar os procedimentos de análise.	Certificar, no SIGEF, a maior quantidade de polígonos georreferenciados como forma de construção da malha fundiária de precisão, no Estado de Minas Gerais; Aprimorar as estratégias de monitoramento e fiscalização do SIGEF.	Os resultados estratégicos previstos para 2020 em diante deverão ser estabelecidos pela direção da autarquia e acordados com esta regional de acordo com os recursos financeiros disponíveis.

3.1.3 Objetivo estratégico 3: Promover a democratização do acesso à terra, com ações da reforma agrária e fundiária, observando as especificidades de cada território e bioma e a

função social da propriedade, contribuindo para o desenvolvimento rural sustentável, a superação da pobreza e a paz no campo.

i. Descrição

Quadro 6. Plano Estratégico do INCRA – Objetivo 3

Atividade	Unidade de medida	Meta	Realizado
Área total de imóveis vistoriados (ha)	Hectares	1.300,00	1.778,00
Número de imóveis com estudo de cadeia dominial elaborado	Cadeia dominial Realizada	01	01
Número de famílias assentadas	Famílias Assentadas	00	00

ii. Análise dos seus principais aspectos, com discussão do atual estágio de implantação

A Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Assentamentos – SR(06)T é responsável pelas atividades de vistorias e avaliações de imóveis rurais e implantação de Projetos de Assentamento.

Visando esse objetivo, foram realizadas vistorias de avaliação, vistorias de viabilidade, perícias judiciais, pesquisas de mercado de terras. Foi ainda criado um projeto de assentamento no município de Campina Verde (MG).

ii. Resultados estratégicos previstos

Quadro 7. Plano Estratégico do INCRA – Objetivo 3 - Estratégia

Curto prazo 2017	Médio prazo 2019 (PPA)	Longo prazo 2020 em diante
Assentar famílias; Criação de Projetos de Assentamentos; Aquisição de imóveis rurais.	Assentar famílias; Criação de Projetos de Assentamentos; Aquisição de imóveis rurais.	Os resultados estratégicos previstos para 2020 serão estabelecidos pela administração da autarquia com a Casa Civil.

3.1.4 Objetivo estratégico 4: Promover autonomia das mulheres no meio rural, com garantia de direitos à cidadania, terra, recursos naturais, produção e a participação social.

i. Descrição

Quadro 8. Plano Estratégico do INCRA/INCRA – Objetivo 4

Atividade	Unidade de medida	Meta	Realizado
Número de mulheres atendidas pelo Crédito Fomento Mulher	Mulheres Atendidas	1.171	246
Número de mulheres beneficiárias com ATER	Mulheres Assistidas	0	23

Fontes: SIR/WIKI-INCRA/SIATER

ii. Análise dos seus principais aspectos, com discussão do atual estágio de implantação

O número de mulheres atendidas pelo crédito Fomento Mulher ficou aquém da meta estabelecida, devido ao encerramento dos contratos de ATER e ao lapso temporal causado pela mudança na legislação, com a promulgação do Decreto nº 9.066, em 31 de maio de 2017. Os projetos passaram, então, a ser elaborados pelos próprios servidores do INCRA, enquanto são finalizadas as tratativas para estabelecimento de Acordos de Cooperação Técnica com entidades interessadas em elaborar projetos junto ao público da reforma agrária.

Foram 23 mulheres titulares de lotes atendidas com a ATER. Este número baixo é devido a SR(06)MG não ter conseguido renovar em tempo hábil o único contrato vigente para a prestação do serviço. Enfatizamos a importância da autarquia em MG buscar novas formas de inserir as mulheres nas atividades coletivas e contemplar suas demandas nas atividades. Contudo, a SR(06)MG aplicou 282 créditos instalação na modalidade Fomento Mulher.

iii. Resultados estratégicos previstos

Curto prazo 2017	Médio prazo 2019 (PPA)	Longo prazo 2020 em diante
Aplicação do crédito Fomento Mulher	Aplicar do crédito Fomento Mulher	Os resultados estratégicos previstos para 2020 serão estabelecidos pela direção da autarquia.

3.1.5 Objetivo estratégico 5: Promover o acesso dos Povos e Comunidades tradicionais às políticas produtivas, de garantia de direitos e à regularização fundiária dos territórios, contribuindo para o seu etno-desenvolvimento [Reconhecimento e Indenização de Territórios Quilombolas].

i. Descrição

A ação de regularização fundiária de territórios quilombolas, além de complexa, depende de mão de obra especializada e grande aporte de recursos orçamentário e financeiro.

O **Erro! Fonte de referência não encontrada.** mostra a síntese dos resultados da política pública de Reconhecimento e Indenização de Territórios Quilombolas.

Quadro 9. Síntese dos resultados da política pública de Reconhecimento e Indenização de Territórios Quilombolas no exercício de 2017.

Atividade	Unidade de medida	Meta	Realizado
1. Elaborar e publicar RTID	RTID publicado	2	1
2. Publicação de portaria de reconhecimento de territórios quilombolas	Área reconhecida (ha)	7.812,4866	0

Fonte: SIR/Wiki-INCRA e Caderno de Metas

ii. Análise dos seus principais aspectos, com discussão do atual estágio de implantação

Mesmo com restrição orçamentária, salienta-se como principais resultados:

- Publicação do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação da comunidade quilombola de Família Teodoro de Oliveira, situada em Serra do Salitre (MG);
- Conclusão do RTID referente ao território de Tabua, pleiteado pelas comunidades de Espinho, Malhadinha e Vila Primavera, situadas no município de Manga (MG);
- Julgamento e indeferimento pelo Comitê de Decisão Regional de 16 contestações apresentadas aos RTID das comunidades: de Lapinha, situada em Matias Cardoso/MG, e de Sete Ladeiras e Terra Dura, situadas em São João da Ponte (MG);
- Conclusão dos Relatórios Antropológicos das comunidades de Vila Nova, situada no município de Serro (MG), e de Boa Vistinha e Limeira, situadas no município de São João da Ponte (MG);
- Celebração de Acordo de Cooperação Técnica com a Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), visando a elaboração de Relatórios Antropológicos para 05 comunidades quilombolas localizadas na região norte de Minas Gerais;
- Realização de pesquisas e levantamentos necessários à produção de peças técnicas de 3 RTID, referentes às seguintes comunidades quilombolas: a) São Sebastião, situada no município de Patos de Minas (MG); b) Pimentel, situada em Pedro Leopoldo (MG); e c) Quilombo, situada em Minas Novas (MG);

- vii) Realização de pesquisas e levantamentos necessários à produção de 16 Relatórios Antropológicos:
- por execução direta, nas comunidades quilombolas Santa Cruz, Água Preta, Água Preta de Cima, Água Limpa e Córrego Carneiro, em Ouro Verde de Minas (MG), Pontinha, em Paraopeba (MG), Mato do Tição, em Jaboticatubas (MG) e São Sebastião, em Patos de Minas (MG);
 - por execução indireta, via Acordo de Cooperação Técnica entre Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MINAS): Barro Preto e Indaiá, em Antônio Dias e Santa Maria de Itabira (MG), Santa Cruz, em Serro (MG) e Saco Barreiro, em Pompéu (MG); e
 - por execução indireta, via Acordo de Cooperação Técnica entre Universidade Estadual de Montes Claros: Croatá, Gameleiras, Sangradouro Grande e Várzea da Cruz, em Januária (MG) e Ilha da Capivara e Caraíbas, em Pai Pedro (MG).

O maior desafio do Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas é a conclusão dos RTIDs referentes às 20 comunidades cujos Relatórios Antropológicos já foram elaborados. Para o ano 2018 está programada a conclusão de 20 relatórios. A maior parte desses Relatórios Antropológicos foi elaborada por equipes técnicas externas ao INCRA, contratadas por meio do Pregão Eletrônico nº 15/2011.

ii. Resultados estratégicos previstos

Quadro 10. Plano Estratégico do INCRA – Objetivo 5 - Estratégia

Curto prazo 2017	Médio prazo 2021 (PPA)	Longo prazo 2022 em diante
Elaboração de laudos antropológicos Publicação de RTID	Decretar 03 Territórios Quilombolas. Publicar 05 Portarias de Reconhecimento. Publicar 40 RTID. Concluir a elaboração de 12 relatórios antropológicos. Elaborar relatórios antropológicos de 04 Comunidades Quilombolas.	Os resultados estratégicos previstos a partir de 2020 deverão ser estabelecidos pela direção da autarquia e acordado com esta Regional, de acordo com os recursos orçamentários disponíveis.

3.1.6 Objetivo estratégico 6: Promover autonomia e a emancipação da juventude rural, contribuindo para a sua permanência no campo e para a sucessão rural.

i. Descrição

Quadro 11. Plano Estratégico do INCRA – Objetivo 6

Atividade	Unidade de medida	Meta	Realizado
Número de jovens assentados (até 29 anos)	Jovem Assentado	-	-

Fonte: SIR/WIKI-INCRA

ii. Análise dos seus principais aspectos, com discussão sobre o atual estágio de implantação

Embora não haja uma meta estabelecida no Caderno de Metas e créditos orçamentários 2017, a Portaria MDA 06/2013 determina que nos assentamentos com 20 lotes ou mais, havendo demanda, deverão ser reservadas até 5% de suas parcelas para o assentamento de jovens trabalhadores rurais com idade não superior a 29 anos. Contudo, em 2017 não houve assentamento de famílias no Programa Nacional de Reforma Agrária devido as restrições imposta pelo Tribunal de Contas da União.

iii. Resultados estratégicos previstos

Curto prazo 2018	Médio prazo 2021 (PPA)	Longo prazo 2022 em diante
Incentivo e promoção do assentamento de jovens com idade não superior a 29 anos	Incentivo e promoção do assentamento de jovens com idade não superior a 29 anos	Os resultados estratégicos previstos para 2022 serão estabelecidos pela direção da Autarquia.

3.2 Execução descentralizada com transferências de recursos

Quadro 12. Execução descentralizada com transferências de recursos

Caracterização		Prestação de contas de convênios vigentes		
Quantidade de convênios vigentes	19	Prestadas	Dentro do prazo	0
			Fora do prazo	0
Total de valores repassados	R\$ 992.000,00	Não prestadas	Dentro do prazo	0
			Fora do prazo	0

i. Providências e cronograma para cumprimento dos prazos

Em 2017, foi efetuado repasse financeiro relativo ao convênio SICONV nº 839555/2016, do PRONERA, no valor de R\$ 992.000,00. O valor repassado representa 50% do valor total previsto, que é R\$ 1.984.000,00 (um milhão, noventa e quatro mil). Depreende-se das informações disponíveis no Sistema de Convênio que este convênio está em fase de execução.

Observa-se, também, que neste exercício foram assinados 15 novos convênios, com cláusulas resolutivas, que precisam ser concluídas antes de realizar qualquer repasse financeiro.

Em consulta ao SICONV, nota-se que os demais convênios assinados antes de 2017 estão com *status* “em execução”; e no referido ano, não houve repasse financeiro.

3.3 Desempenho operacional

3.3.1 Ordenamento da Estrutura Fundiária

i. Resultados da execução física e financeira das ações do macroprocesso

Demonstração dos resultados da execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual ligadas ao Ordenamento da Estrutura Fundiária de responsabilidade da Superintendência.

Quadro 13. Ações do Macroprocesso de Ordenamento da Estrutura Fundiária – Execução Física e Financeira

Demonstração dos resultados da execução física e financeira das ações do macroprocesso										
Descrição		Execução física			Execução orçamentária			Execução financeira		
Ação	Plano orçamentário	Unidade (produto/unidade)	Meta	Execução física	Meta orçamentária	Provisão recebida	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Valores pagos	Restos a pagar
2105 Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural	0001 No âmbito do SNCR	Imóvel gerenciado (unidade)	55.000	87.693	35.000,00	41.000,00	8.700,00	0,00	0,00	0,00
210U Organização da Estrutura Fundiária	0009 Regularização fundiária de imóveis rurais	Imóvel regularizado (unidade)	7	0	3.500,00	3.500,00	1.387,26	1.387,26	1.387,26	0,00
210U Organização da Estrutura Fundiária	000A Georreferenciamento da malha fundiária nacional	Imóvel certificado (unidade)	13.126	17.619	55.260,00	59.322,80	52.558,19	49.813,19	49.813,19	2.745,00

Demonstração dos resultados da execução física e financeira das ações do macroprocesso										
Descrição		Execução física			Execução orçamentária			Execução financeira		
210Z Reconhecimento e Indenização de Territórios Quilombolas	0004 Delimitação, desintrusão e titulação de territórios quilombolas	RTID publicado (unidade)	2	1	137.511,60	137.511,60	129.551,23	116.324,87	116.324,87	13.226,36

Execução de restos a pagar								
Ação	Plano orçamentário	Unidade produto/unidade	Meta física	Execução física	RAP inscritos	RAP cancelados	RAP pagos	RAP a pagar
2105 Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural	0001 No âmbito do SNCR	Imóvel gerenciado (unidade)			1.512,05	1.240,88	271,17	0,00
2105 Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural	0002 Regularização fundiária – gerenciamento e fiscalização do cadastro	Imóvel fiscalizado (unidade)			1.600,00	1.600,00	0,00	0,00
210U Organização da Estrutura Fundiária	000A Georreferenciamento da malha fundiária nacional	Imóvel certificado (unidade)			57.302,13	0,00	57.302,13	0,00
210Z Reconhecimento e Indenização de Territórios Quilombolas	0004 Delimitação, desintrusão e titulação de territórios quilombolas	RTID publicado (unidade)			3.833,94	0,00	849,99	2.983,95

Fonte: SIAFI/SIR/WIKI-INCRA

i. Análise

Na ação de Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural foram provisionados R\$ 41.000,00 dos quais somente R\$ 8.700,00 foram empenhados. Todas as ações pactuadas no Caderno de Metas foram realizadas, o que pode ser comprovado pela execução física que superou a meta em quase 60%. A expansão da Rede de Cadastro superou a meta em 33%. A manutenção da rede de Unidades Municipais de Cadastro superou em 150% a meta. A meta de capacitação de servidores municipais lotados nas UMC superou em 205% a meta.

Para as ações de Organização da Estrutura Fundiária foram provisionados R\$ 62.822,80 dos quais R\$ 53.945,45 foram empenhados, o que corresponde a quase 86% do provisionamento.

Geralmente, a dificuldade em se empenhar a totalidade do provisionamento se deve à demora na descentralização dos recursos, mesmo que a programação orçamentária tenha sido encaminhada à Diretoria de Ordenamento com bastante antecedência, o que acaba por concentrar grande parte das atividades no fim do exercício, quando não há mais tempo hábil para execução.

Grande parte das despesas (R\$ 53.945,45) corresponde ao pagamento do contrato administrativo para prestação de serviços especializados de desenhista na SR(06)F2 (peças técnicas resultantes de georreferenciamento). Em seguida, estão os gastos com pagamento de diárias para os deslocamentos dos servidores do INCRA (visando capacitações dos responsáveis pelas UMC e visitas a comunidades quilombolas) e colaboradores eventuais (visando a elaboração de peças técnicas dos RTIDs).

Especificamente para a ação 210Z, Reconhecimento e Indenização de Territórios Quilombolas, executada pelo Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas – SR(06)F4, os recursos orçamentários recebidos foram da ordem de R\$ 137.511,60, utilizados para o custeio das atividades relacionadas ao PO 04 – Regularização fundiária, delimitação, reconhecimento, desintrusão e titulação de territórios quilombolas.

Da provisão orçamentária recebida na ação 210Z os R\$ 129.551,23 foram empenhados: a) R\$ 78.874,41,00 (57,80%) em diárias para técnicos envolvidos com a produção de relatórios antropológicos e outras peças técnicas de RTID; b) R\$ 22.243,60 (17,17%) em diárias para colaboradores eventuais vinculados aos Acordos de Cooperação Técnica celebrados entre o INCRA(06)MG e as universidades (PUC Minas e UNIMONTES); c) R\$ 289,14 (0,22%) em passagens; d) R\$ 32.143,98 (24,81%) para pagamento de serviços de terceiros/pessoa jurídica, referentes às despesas de aquisição de combustíveis e publicação de editais.

Dos recursos empenhados, 89,79% foram Despesas Liquidadas e 10,21% foram inscritos em Restos a Pagar.

ii. Demonstração do grau de conhecimento da malha fundiária na jurisdição da Superintendência em base cartográfica

Quadro 14. Rendimento na análise de processos de certificação de imóveis rurais durante o exercício de 2017

Rendimento na análise de processos de certificação de imóveis rurais durante o exercício de 2017	
Processos analisados	
Processos analisados em 2017	12.065
Estoque final de processos analisados até 2017 aguardando conclusão (certificação ou arquivamento)	0
Processos concluídos	
Processos certificados em 2017	17.619
Total de processos concluídos	17.619

Fonte: DFG/INCRA

i. Análise

Com a implantação do SIGEF em 2013, os processos administrativos de certificação de poligonal de imóvel rural, em meio analógico, deixaram de existir. A análise passou a ser eletrônica e de forma automatizada. Neste contexto, em 2017 sob jurisdição desta Regional, foram certificadas 17.619 parcelas. Somado às certificações de anos anteriores, superou os 10 milhões de hectares certificados e disponibilizados na base cartográfica de Minas Gerais.

A base cartográfica da Superintendência Regional do INCRA é composta de: 44.554 imóveis certificados no SIGEF, os quais totalizam 10,3 milhões de hectares; 4.891 imóveis certificados no Sistema Nacional de Certificação de Imóveis que somam 4,8 milhões de hectares; e de 280 Projetos de Assentamento que perfazem 734 mil hectares. Com isso, consta na base cartográfica da SR(06) mais de 15 milhões de hectares, o que representa mais de 27% do território do estado. (As Figuras 01 e 02 - item 9.4 representam a base cartográfica da Superintendência).

iii. Demonstração dos resultados das atividades de reconhecimento, identificação, delimitação, demarcação e titulação dos Territórios Quilombolas empreendidas pela Superintendência.

Foi publicado a portaria de reconhecimento dos territórios quilombolas e o RTID da comunidade de Família Teodoro de Oliveira, em Salitre (MG). Também foi concluído o RTID do território de Tabua, em Manga (MG). Esses resultados foram apresentados na análise do item 3.1.5.

Para 2018, o desafio do SR(06)F4 é a conclusão dos RTID referentes às 20 comunidades cujos Relatórios Antropológicos já foram elaborados.

iv. Principais atividades de controle do Gestor para assegurar a fidedignidade dos registros informatizados do macroprocesso

A Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária tem sob sua responsabilidade, a gestão de três sistemas de informações, a saber:

(a) Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) em que todos os imóveis rurais e respectivos detentores devem estar cadastrados para obtenção do CCIR;

(b) Sistema Nacional de Aquisição de Terras por Estrangeiro (SISNATE) onde são registradas e controladas as aquisições de imóveis rurais e arrendamentos a pessoas físicas estrangeiras, ou nacional casado com pessoa estrangeira, ou a pessoas jurídicas estrangeiras ou nacionais com capital estrangeiro;

(c) Sistema de Gestão Fundiária (SIGEF) por onde são efetuadas a recepção, validação, análise espacial e emissão de certificação de imóvel rural nos termos da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, art. 176, §5º.

O SNCR é alimentado pelas Declarações para Cadastro Rural que podem ser preenchidas e enviadas eletronicamente pelos detentores de imóveis rurais, por unidades do INCRA e pelas UMC. Essas declarações passam por conferência de servidor do INCRA ou das UMC, de acordo com a documentação comprobatória, podendo ser deferida, diligenciada ou rejeitada.

Para os representantes dos entes públicos parceiros são realizados eventos de capacitação como forma de buscar a uniformidade dos procedimentos e a fidedignidade das informações. Além deles, a SR(06) também capacitou representantes de sindicatos rurais, funcionários de cartórios e demais multiplicadores desse tipo de serviço.

Ainda com relação ao SNCR, partes das declarações de cadastro de imóveis rurais processadas nas UMC, são amostradas e seus dados registrados são conferidos. O aprimoramento na prestação dos serviços, por meio de capacitação, possibilita identificar e eliminar inconsistências cadastrais, como por exemplo, a identificação de sobrecadastramento em alguns municípios.

Para tanto, no exercício de 2017 foram realizados 27 cursos de capacitação no interior do estado e oito em Belo Horizonte da sede da Superintendência, com o propósito de habilitar todos

os colaboradores das Unidades Municipais de Cadastro na análise de documentos da atualização/inclusão cadastral no SNCR e organizar uma metodologia para saneamento dos dados gerados pelo sobrecadastramento, e assim, minimizá-lo.

Foi realizada, ainda, auditoria em certificações expedidas pelo Sistema de Gestão Fundiária, onde foram apurados indícios de irregularidade em relação aos dados inseridos no Sistema e desrespeito aos princípios técnicos definidos na Norma de Georreferenciamento de Imóveis Rurais do INCRA e seus manuais. Foram auditadas 178 parcelas que totalizam 75.112,60 ha.

A disponibilização da base cartográfica da Superintendência para consulta pública através do portal do acervo fundiário <http://acervofundiario.incra.gov.br/acervo/acv.php> possibilita o acompanhamento do cidadão e de entidades de classe que auxiliam no controle e fiscalização da malha fundiária.

v. Demonstração dos resultados dos indicadores de desempenho utilizados pela UJ no Ordenamento da Estrutura Fundiária, incluindo metas do exercício e estratégia para cumprimento de metas do próximo exercício

Gráfico 1. Índice de cadastramento de imóveis rurais

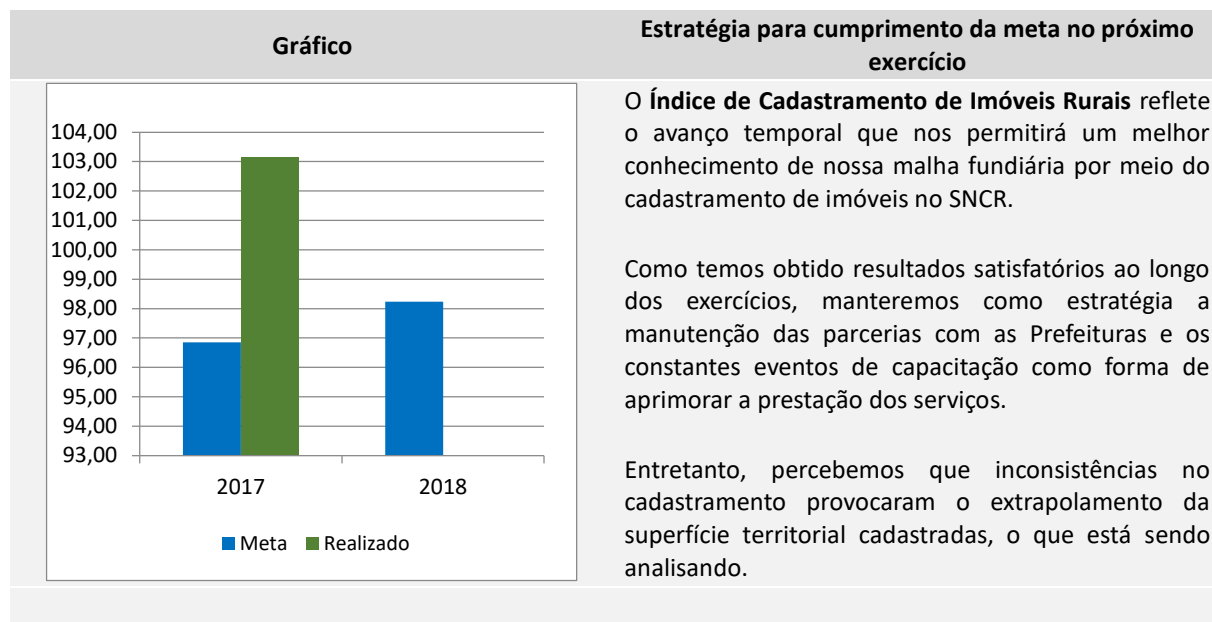


Gráfico 2. Índice de análise de processos de certificação de imóveis

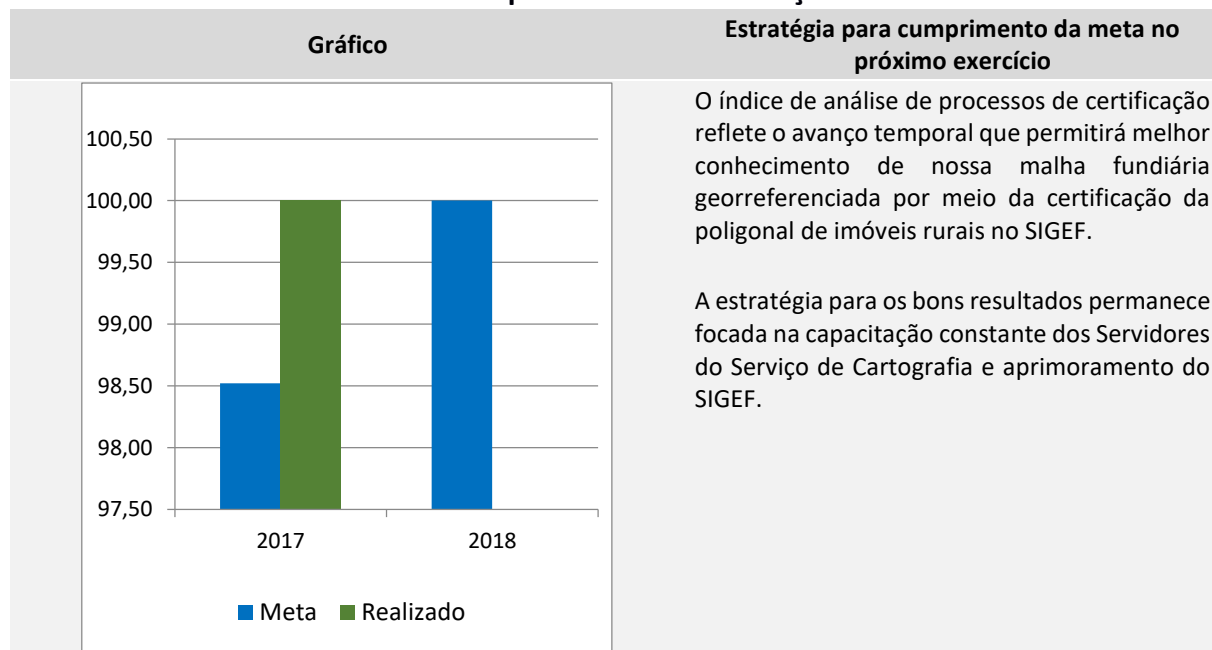


Gráfico 3. Índice de regularização fundiária

Gráfico**Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício**

As atividades de regularização fundiária, além de complexas, dependem de uma rede de atores, sendo de natureza contínua. Algumas começam num exercício e finalizam em outro, por vezes se estendem até outro plano Plurianual (PPA).

Neste contexto, seguem os trabalhos no Município de Frei Gaspar visando assinatura de contrato, transferência de domínio e entrega de título. Finalização dos trabalhos de levantamento ocupacional, cadastramento de ocupações, georreferenciamento, laudo de vistoria e titulação regularização de área remanescente no Projeto de Assentamento João Pinheiro II (Processos 54170.004229/2015-85, 54170.003165/2015-03, 54170.003164/2015-51) e Fazenda Ribeirão (Processo 54170.001171/2007-16)

vi. Demonstração da atuação da Superintendência na regularização de imóveis rurais não incluídos no Programa Terra Legal

A SR(06)MG não está localizada em área de fronteira internacional e região Nordeste, por isso não tem atuação neste item.

vii. Demonstração da atuação da Superintendência na regularização de imóveis rurais do Programa Terra Legal

A SR(06)MG não está localizada na Amazônia Legal, por isso não tem atuação neste item.

3.3.2 Obtenção de recursos fundiários e implantação de projetos de assentamento

i. Resultados da execução física e financeira das ações do macroprocesso

Quadro 15. Ações do macroprocesso Obtenção de Recursos Fundiários e Implantação de Projetos de Assentamentos – Execução Física, Orçamentária e Financeira

Demonstração dos resultados da execução física e financeira das ações do macroprocesso										
Descrição		Execução física			Execução orçamentária			Execução financeira		
Ação	Plano orçamentário	Unidade (produto/unidade)	Meta	Execução física	Meta orçamentária	Provisão recebida	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Valores pagos	Restos a pagar
211B	PO 06 - Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária	Família Assentada / unidade	-	-	Centralizada na Sede	33.913,09	8.672,93	8.672,93	8.672,93	-
211B	PO 07 - Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais	Área vistoriada / hectare	1.300	1.778,9113	R\$ 77.200,00	R\$ 150.095,94	R\$ 132.350,90	R\$ 82.133,56	R\$ 82.133,56	R\$ 50.217,34
211A	PO 02 – Gestão ambiental em projetos de assentamentos da reforma agrária.	Nº de assentamentos atendidos/monitorados	01	01	R\$ 14.605,86	R\$ 14.605,86	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
211A	PO 05 - Regularização ambiental de assentamentos da reforma agrária	Nº de Regularizações ambientais requeridas - CAR - PA (LOA)	02	00	R\$ 30.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ 27.110,67	R\$ 21.360,68	R\$ 21.360,68	R\$ 5.749,99

Execução de restos a pagar								
Ação	Plano orçamentário	Unidade (produto/unidade)	Meta física	Execução física	RAP inscritos	RAP cancelados	RAP pagos	RAP a pagar
211B	PO 02 - Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	Área Obtida / hectare	-	-	R\$ 1.063.131,78		R\$ 886.444,47	R\$ 206.369,47
211B	PO 06 - Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária	Família Assentada / unidade	-	-	R\$ 55.144,00		R\$ 22.933,31	R\$ 32.210,69
211B	PO 07 - Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais	Área vistoriada / hectare	-	-	R\$ 95.000,00		R\$ 95.000,00	R\$ 0,00
211A	05 – Regularização ambiental de assentamentos da reforma agrária	Regularidade ambiental requerida/ assentamento	-	-	R\$ 93.666,75	R\$ 93.666,75		

ii - Análise

Para a ação Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais estimaram-se os indicadores com base no desempenho total da equipe e na disponibilidade de recursos financeiros para realização dos trabalhos.

A redução do orçamento do INCRA em nível federal no ano de 2017 implicou na redução do número de novas vistorias e avaliações.

As ações planejadas em vistoria e obtenção de terras para o exercício 2017 seguiram o planejamento que ordena e prioriza os processos existentes em diferentes níveis, os quais são:

- a) Prioridade 1: Imóveis decretados ou imóveis que estão com processo em fase adiantada de instrução processual visando a sua aquisição ou desapropriação.
- b) Prioridade 2: Imóveis que foram acordados de serem vistoriados através de audiências públicas, Ouvidoria Agrária Nacional, Justiça Federal, que vieram do setor de Fiscalização Cadastral do INCRA com indícios de improdutividade; imóveis que foram pré-qualificados pela Divisão de Obtenção no ano corrente através de demandas dos movimentos sociais em reuniões, além aqueles ofertados ao INCRA via Decreto Federal nº 433/1992 em regiões com pedidos de vistorias por parte dos movimentos sociais.
- c) Prioridade 3: Imóveis sem decreto, imóveis em fase avançada de instrução processual, demandas de vistorias pelos movimentos sociais e ou sindicatos de trabalhadores rurais, entre outros.

A equipe responsável pela execução das ações supracitadas é composta por dois fiscais de cadastro, um técnico agrícola e dez engenheiros agrônomos que estão lotados na Divisão de Obtenção de Terras, sendo que um destes engenheiros agrônomos, exerce o cargo de chefia da Divisão e outro o de assistente técnico da Divisão.

Os fiscais de cadastro são responsáveis pelo estudo da cadeia dominial dos imóveis, dentre outras atividades. Já os engenheiros agrônomos realizam os trabalhos em campo de vistoria e avaliação de imóveis rurais, a elaboração de laudos, a proposta de anteprojeto de parcelamento dos imóveis em fase de desapropriação ou aquisição, o estudo da capacidade de geração de renda dos futuros lotes, a pré-qualificação inicial das demandas dos pedidos de vistorias ou dos imóveis ofertados ao INCRA, as perícias judiciais, as vistorias conjuntas com outros Órgãos Públicos, como por exemplo, o órgão ambiental estadual (Instituto Estadual de Florestas), a elaboração do Relatório de Análise de Mercados de Terra, bem como executam outros trabalhos de campo em atividades correlatas as de vistoria de imóveis rurais.

Por fim, o técnico agrícola acompanha, em alguns casos, os trabalhos de campo dos engenheiros agrônomos, auxiliando-os dentro de suas atribuições.

No decorrer do ano de 2017, considerando o que foi planejado, foram executados as seguintes atividades: Tabela 1, Tabela 2, Tabela 3, Tabela 4, Tabela 5, Tabela 6 e Tabela 7, na ação 211 B – PO 07-Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais.

Tabela 1. Vistoria ou Avaliação registrada no ano de 2017 no Módulo de Monitoramento com laudo entregue no exercício de 2017.

NOME DO IMÓVEL	NUMERO DO PROCESSO	MUNICÍPIO	ÁREA MEDIDA	TIPO DE TRABALHO	SITUAÇÃO ATUAL
Itapoã	54170.003702/2015-15	Almenara	1.778,9113	Avaliação	Aguardando aprovação do RAMT, para realização da mesa técnica.
TOTAL	-	-	1.778,9113	-	

Fonte: Processos Administrativos/SR(06)T

Tabela 2. Vistoria registrada no ano de 2017 no Módulo de Monitoramento, sem laudo entregue no ano de 2017.

NOME DO IMÓVEL	NUMERO DO PROCESSO	MUNICÍPIO	ÁREA MEDIDA	TIPO DE TRABALHO	SITUAÇÃO ATUAL
Ceva da Ema	54170.001842/2015-41	Uberlândia	351,5904	Avaliação	Laudo em elaboração
Coelho	54170.007410/2016-24	Gouveia	505,8264	Avaliação	Aguardando aprovação do RAMT, para realização da mesa técnica.
Total			857,4168		

Fonte: Processo Administrativo/ SR(06)T

A Tabela 1 mostra a vistoria do imóvel Itapoã, em Almenara (MG), de área de 1.778,9113 ha, que é objeto de compra nos moldes do Decreto nº 433, de 1992 e possui laudo conclusivo. A Tabela 2 trata dos trabalhos nas fazendas Ceva da Ema, em Uberlândia (MG), e Coelho, em Gouveia (MG), os quais estão em fase de conclusão do laudo de avaliação visando a obtenção dos imóveis.

Outros dois trabalhos foram iniciados em 2015, no entanto, não foram concluídos em 2016 e 2017 devido à falta de documentação necessária para a correta instrução processual. Tal documentação deveria ter sido apresentada pelos proprietários dos imóveis, por se tratarem de processos de compra e venda de imóvel (Decreto Federal nº 433/1992), fato que não ocorreu durante os anos de 2016 e 2017. Estes imóveis estão descritos na Tabela 3.

Tabela 3. Vistorias registradas no ano de 2015 no Módulo de Monitoramento, sem laudo entregue nos anos de 2016/2017 por falta de documentação a ser apresentada por parte do proprietário.

NOME DO IMÓVEL	NUMERO DO PROCESSO	MUNICÍPIO	ÁREA REGISTRADA
Bloco 04 CP	54170.000834/2014-04	Jampruca/ Frei Inocência	3.460,5491
Belgominas/Ferroligas	54170.005654/09-43	Jequitai	2.922,0057

Fonte: Processo Administrativo/SR(06)T

Na Tabela 4 estão descritos 02 imóveis que foram avaliados pela SR(06)T mas não foram contabilizados para a meta, sendo enquadrados como outras vistorias.

Tabela 4. Outras Vistorias – Vistoria realizada para fins de viabilidade agronômica registrada no Módulo de Monitoramento de 2017 com relatório entregue.

NOME DO IMÓVEL	NUMERO DO PROCESSO	MUNICÍPIO	ÁREA MEDIDA	TIPO DE SERVIÇO
Projeto de Assentamento Nova Jacaré Curiango	54170.003388/2010-58	Santa Vitória	983,6372	Vistoria e avaliação de valor de mercado em áreas de interferência da Ferrovia Norte Sul em construção pela Vale nos PA Nova Jacaré Curiango e Pontal do Arantes.
Pontal dos Arantes	54170.003388/2010-58	União de Minas	2.399,9290	Vistoria e Avaliação de valor de mercado em áreas de interferência da Ferrovia Norte Sul em construção pela

				Vale nos PA Nova Jacaré Curiango e Pontal do Arantes
TOTAL	-	-	3.383,5662	-

Fonte: Processo Administrativo/SR(06)T

Em relação ao planejado para 2017 (Meta física – 1.300,00 ha) versus a execução física de 1.778,9113 ha, verifica-se que a meta física estabelecida foi atingida. Destaca-se que os dados da Tabela 2 referem-se a trabalhos em fase de conclusão no escritório.

Outra atividade relevante, que garante a defesa da SR(06)MG nos processos judiciais de desapropriação, são as perícias judiciais. Elas normalmente ocorrem em imóveis com imissão em posse do INCRA, mas em litígio por valores da indenização, ou seja, as áreas, normalmente já são assentamentos criados. Nestes caso, conforme Tabela 5, a SR(06)T realizou três perícias judiciais no ano de 2017 nos imóveis PA Lagoa Azul, Primavera e Arapuá ou Gramado ou Riachuelo, respectivamente, em Rio Paranaíba e São Gotardo, São João da Ponte e Varzelândia.

Tabela 5. Perícias judiciais em imóveis realizadas em 2017:

NOME DO IMÓVEL	NUMERO DO PROCESSO	MUNICÍPIO	ÁREA EM HECTARES
Projeto de Assentamento Lagoa Azul	54170.002120/00-10	Rio Paranaíba e São Gotardo	596,7812
Primavera	54170.001395/2012-87	São João da Ponte	1.441,9488
Arapuá/ Gramado/ Riachuelo	54170.006512/2012-07	Varzelândia	390,2082

Fonte: Processos Administrativos/SR(06)T

Para fins de obtenção de terras, o conhecimento do mercado de terras da região de influência do imóvel é fundamental, podendo determinar o prosseguimento ou o arquivamento de uma obtenção de propriedade rural. A SR(06)T delimitou seis Relatórios de Análise de Mercados de Terras a partir da realização da pesquisa dos preços de terras nestes mercados.

Além do INCRA, o resultado do RAMT poderá ser usado por órgãos públicos e pela sociedade civil, visando auxiliar na orientação sobre o preço de terra médio em um dado município.

Para a realização dos seis trabalhos, os técnicos foram a campo e visitaram cerca de 60 municípios, onde apuraram, junto a corretores, prefeituras, Emater, dentre outros, quais imóveis foram vendidos nos últimos 02 anos e quais estavam à venda.

Neste contexto, foram pesquisados 101 imóveis com área informada de 107.767,00 hectares. Registra-se que grande parte deles foram visitados pelos técnicos para coleta de coordenadas geográficas e fotografias para ilustrar o trabalho.

Tabela 6. Mercados de Terras Pesquisados em 2017: Total de seis mercados pesquisados em campo.

MERCADOS DE TERRAS PESQUISADOS EM 2017
01 – Diamantina /02 – Turmalina/ 03 – Montes Claros/ 04 – Salinas/ 05 – Paracatu/ 06 – João Pinheiro

A SR(06)MG elaborou 01 cadeia dominial, atingindo a meta que era estipulada de 01 cadeia dominial realizada (Tabela 7).

Tabela 7. Estudos de cadeias dominiais concluídas pela Divisão em 2017. Total de 01 trabalho.

NOME DO IMÓVEL	NUMERO DO PROCESSO	MUNICÍPIO	ÁREA
Águas Claras	54170.002330/2015-00	Santa Rosa da Serra	654,7203

Fonte: Processos Administrativos/SR(06)T

iv -Demonstração dos resultados dos indicadores:

Para a ação 211 B – PO 07-Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais foram previstos no Caderno de Metas o quantitativo de R\$ 77.200,00 (Fonte: Caderno de Metas 2017 – 1ª revisão). No entanto, foram provisionados R\$ 150.095,94, empenhados R\$ 132.350,90 e gastos R\$ 82.133,56. Estes recursos foram utilizados para o pagamento de honorários periciais (R\$ 22.200,00), em diárias (R\$ 48.759,73), em passagens e despesas com locomoção (R\$ 8.895,23) e outros serviços de terceiros/pessoa jurídica (R\$ 2.278,60). (Fonte: WIKI/INCRA)

De forma mais detalhada, os recursos custearam despesas com diárias, passagens e suprimentos com o deslocamento das equipes nas diversas atividades de campo, notificação de proprietários, vistorias e avaliações, honorários periciais, publicações no diário oficial, entre outros, corroborando para os resultados acima descritos.

Em uma análise crítica, constata-se que, apesar dos trabalhos realizados e da quantidade de recursos humanos, financeiros e materiais empenhados, o resultado final não alcançou o objetivo de incorporar novas áreas ao PNRA. Isso ocorreu devido à complexidade de todo o processo, cujas etapas não se findam em um único exercício e necessitam de vários anos até transformar o imóvel rural em projeto de assentamento.

Dentre os fatores que contribuem para a morosidade do processo administrativo estão entraves nos trâmites administrativos internos e externos, recursos administrativos e judiciais interpostos pelos proprietários, mudanças nos normativos ambientais na esfera estadual e federal, adaptações necessárias aos trabalhos de vistoria realizados em função do surgimento de novos fluxos e normativos técnicos internos da autarquia, desatualização dos índices para a aferição do cumprimento da função social do imóvel rural, dentre outros.

Contudo, é oportuno salientar que o processo está sendo qualificado e, apesar de menor quantidade de vistorias, os processos possuem maior chance de sucesso, pois a rotina implementada de pré-qualificação das áreas a serem vistoriadas (etapa que é feita antes do deslocamento de equipe a campo) é baseada em informações sobre o imóvel (como: imagens de satélite, elaboração de mapas temáticos, fichas sanitárias contendo o efetivo pecuário) que podem subsidiar a decisão de vistoriar o imóvel. Este procedimento tem atendido aos princípios da eficiência e economicidade dos recursos públicos, evitando, assim vistorias em áreas que não apresentam viabilidade para a reforma agrária.

Para fins de comparação, o RGA de 2015 mostra gastos de R\$ 489.897,46 para realização de 27 trabalhos de campo. Em 2016, foram aplicados R\$ 205.586,07 com 27 trabalhos de campo. Em 2017, a SR(06)T gastou R\$ 82.133,56 em 14 trabalhos de campo. Em números de trabalho houve redução das atividades de campo, porém observou-se aumento na eficiência do gasto do recurso público: em 2017 foram gastos R\$ 5.866,68 por trabalho, enquanto nos anos de 2015 e 2016, respectivamente, R\$ 18.144,35 e R\$ 7.614,30.

Cabe acrescentar que a implementação da rotina de pré-qualificação dos imóveis com pedido de vistoria ou ofertados à autarquia pelo Decreto Federal 433/1992 é um trabalho técnico detalhado realizado no escritório (antes do deslocamento a campo, conforme já mencionado). Nesta fase, utilizam-se ferramentas tecnológicas para estudar características agronômicas do imóvel através da sobreposição do perímetro do imóvel sobre imagens de satélite, além da solicitação e análise das fichas sanitárias do rebanho bovino, a fim de se verificar uma estimativa da produtividade do imóvel.

Desta forma, tem-se aumentado de maneira positiva o resultado na gestão adequada dos recursos públicos, evitando-se gastos com imóveis produtivos ou detectados inviáveis agronomicamente e deslocamentos a campo desnecessários (diminuindo gasto com diárias, combustível, dentre outros).

Para a ação 211 B – PO 06 – Cadastro, Seleção e Homologação de famílias beneficiárias do programa nacional de reforma agrária não foi descentralizado recurso financeiro para a Superintendência ficando o valor centralizado na Sede (Fonte: Caderno de Metas 2017 – 1ª revisão). Entretanto, foram provisionados R\$ 33.913,09, empenhados R\$ 8.672,93 e gastos R\$

8.672,93. Estes valores foram gastos com o pagamento de diárias (R\$ 6.672,93) e outros serviços de terceiros/pessoa jurídica (R\$ 2.000,00) (Fonte: WIKI/INCRA).

O Serviço de Meio Ambiente possui duas linhas de ação: 211A – Desenvolvimento de assentamentos rurais, no plano orçamentário (PO) 02 – gestão ambiental em Projetos de assentamentos de reforma agrária, e a PO 05 – Regularização ambiental de assentamentos.

A PO 02 – gestão ambiental caracteriza-se pelo monitoramento de atividades relacionadas com a regularização e com o uso de recursos naturais, seja por meio da implantação, manutenção ou alimentação de registros de informações ambientais, do levantamento de áreas degradadas, da realização de vistorias, em assentamentos ou visitas técnicas de supervisão; ou ainda, da realização de estudos técnicos que estabeleçam indicadores e cenários relativos à regularidade e à recuperação de passivos ambientais. Para esta ação a meta orçamentária instituída foi de R\$ 14.605,86, dos quais foram provisionados, empenhados, liquidados e pagos R\$ 0,00 (zero real).

Já a PO 05 – regularização ambiental caracteriza-se pela inscrição dos assentamentos no Cadastro Ambiental Rural (CAR), seja do perímetro ou do lote, ou ainda da realização do licenciamento ambiental dos assentamentos, quando necessário. Também pode se dar através de georreferenciamento e geoprocessamento dos imóveis rurais; diagnóstico ambiental da cada imóvel e inserção no Sistema de Cadastro Ambiental Rural (SICAR), realização de estudos e diagnósticos voltados para o licenciamento ambiental; obtenção e custeio do licenciamento ambiental, pagamentos de taxas relativas à licenças, outorgas, publicações de licenças e material de educação ambiental e similares, pagamentos de taxas relativas à averbação de reserva legal, implantação de projetos de recuperação de áreas degradadas em Áreas de preservação permanente e Reserva Legal, entre outros. Para esta ação a meta orçamentária instituída e provisionada foi de R\$ 30.000,00, dos quais foram empenhados R\$ 27.110,67.

Destes recursos empenhados, foram liquidados e pagos R\$ 21.360,68, estando R\$ 5.749,99 inscritos em Restos a Pagar não processados.

Em regularização ambiental ainda estavam em Restos a Pagar R\$ 93.666,75 não processados cancelados.

iii. Demonstração da estratégia local para a prospecção de terras públicas e privadas para utilização no Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA)

Dentre as estratégias locais, estão as tratativas com a Secretaria de Patrimônio da União, no sentido de destinar imóveis rurais arrecadados pela instituição, e que apresentem viabilidade para reforma agrária, à autarquia, para a sua incorporação ao PNRA.

Além disso, em diálogo junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, a SR(06)MG demonstrou interesse em alguns imóveis adjudicados pela União.

iv. Demonstração da atuação da SR na gestão dos valores descontados no exercício referentes a áreas de reserva legal e preservação permanente desmatadas

Sobre valores descontados no exercício 2017 relativos a áreas de reserva legal e preservação permanente, desmatadas nos imóveis adquiridos para inclusão no Programa Nacional de Reforma Agrária, incluindo montante que deixaram de ser pagos e valores destinados à recomposição destas parcelas, não há o que informar, uma vez que não houve obtenção de novos imóveis neste exercício.

v. Estratégia para regularização ambiental dos projetos de assentamento e resultados no exercício, no âmbito da Superintendência Regional

Tal como foi descrito nos relatórios passados (relatórios de gestão 2015 - 2016), o estado de Minas Gerais ainda não havia absorvido as mudanças ocorridas na legislação ambiental nos

últimos anos, em especial no que diz respeito à manutenção de norma de licenciamento, ainda que esta tenha sido revogada pela Resolução Conama 458/13.

Deste modo, relacionado ao aspecto licenciamento ambiental, a SR(06)MG trabalhou amparada no “parecer nº 51 CGA/ PFE/ INCRA”, entendendo que Superintendência não havia que se trabalhar a licença como forma de regularização ambiental de assentamentos, uma vez que essa regularização se dá através do CAR.

Ressalta-se que tal resolução (458/13) encontra-se questionada no Supremo Tribunal Federal acerca de sua constitucionalidade, e que, em caso de decisão contrária à resolução por parte do STF, isto ensejará novas estratégias de ação no quesito meio ambiente.

Todavia, em 06 de dezembro de 2017, o estado de Minas Gerais publicou a Deliberação Normativa nº 217, que dispensa o licenciamento ambiental para assentamentos de reforma agrária, tal qual a postura regulamentada na Res. Conama 458/13. Esta mudança decorre, dentre outros, dos esforços desta autarquia na construção política de uma legislação adequada às necessidades dos assentamentos junto à Secretaria de Meio Ambiente do Estado de Minas Gerais.

Considerando isto, é que se observa redução no número de licenças em estoque, sem que haja a obtenção de novas licenças ou mesmo novos protocolos. Assim, ao fim do exercício anterior esta regional possuía 28 licenças ambientais vigentes, encerrando o ano de 2017 com seis licenças vigentes, não tendo sido protocolada nenhuma nova licença.

Observa-se que a meta de regularização ambiental compreende CAR e licenças ambientais protocoladas, e que para esta Superintendência Regional era igual a dois.

Não houveram atividades passíveis de licenciamento ambiental, tal qual resolve a Conama 458/ 2013.

Em que pese a meta estabelecida de duas regularizações e a meta cumprida informada de 0 (zero) no sistema de monitoria, esta regional conseguiu realizar uma inscrição de imóvel de sua titularidade, além da retificação de 151 reservas legais voltadas à adequação do CAR e, também, dirigidas à certificação dos assentamentos federais e sua titulação (meta não monitorada neste serviço de meio ambiente e, portanto, não quantificável).

Desta forma, no estoque de CAR totalizou-se 277 imóveis cadastrados, em um universo de 279, ou seja: restam apenas dois assentamentos a serem inscritos. Ressalta-se ainda o trabalho realizado no PA Iturama, em parceria com a EMATER-MG, para o cadastro de 32 lotes não desmembrados da matrícula, ou seja, ainda sob a responsabilidade legal da autarquia.

A inscrição destes imóveis foi realizada em uma parceria entre a Universidade Federal de Lavras (UFLA) e o INCRA Sede, por meio de um termo de execução descentralizado. Desta forma é possível dizer que 99% das inscrições estão realizadas. Todos estes cadastros se tratam de perímetros dos imóveis. Salienta-se que não foi disponibilizado pelo Estado de Minas Gerais o módulo de cadastro para assentamentos de reforma agrária, o que inviabiliza o cadastro direto por esta regional.

Há ainda em estoque o cadastro de um lote, feito por esta autarquia quando do antigo formato de inscrição no CAR, e de dois imóveis de titularidade da autarquia, mas que hoje não são mais assentamentos. São imóveis remanescentes de Projeto de Assentamento e Desenvolvimento do Alto Paranaíba, realizado por esta autarquia na década de 1970.

Conforme a lei do Programa de Recuperação Ambiental, para cada CAR inscrito deverá ser gerado um termo de compromisso a ser assinado pelo superintendente regional da SR(06)MG. Nele, estarão presentes as diretrizes para recuperação de eventuais passivos ambientais existentes. Contudo, apesar de inscritos, os cadastros ainda não foram analisados pelo estado, e, portanto, não geraram o PRA, uma vez ainda não ter sido implantado pelo governo de Minas Gerais, o que implica na ausência de parâmetros de áreas/passivos a serem recuperados.

Salienta-se que, em decorrência do fator citado não é possível aumentar a propositura de meta para esta ação (211A PO 002), e para potencializar esta ação é necessário a emissão dos termos de compromissos, que devem ser gerados a partir dos cadastros ambientais realizados.

Outro aspecto que poderia ser incluída nesta PO 02 diz respeito às solicitações de autorização para mineração em assentamentos, bem como de seus possíveis impactos

ambientais. Tais análises têm sido realizadas pelo Setor de Meio Ambiente, e demandam tempo de execução e capacidade técnica especializada, em razão de ser uma atividade incomumente trabalhada na autarquia.

Importante registrar que as vistorias para titulação, supervisões ocupacionais e aplicação de crédito observam os aspectos ambientais. Foram realizadas 5.663 visitas técnicas, que tiveram este olhar. Em constatação de danos ambientais, as medidas cabíveis foram tomadas: a comunicação ao órgão ambiental e à força policial e a notificação para cessar o dano. Cita-se como exemplo a invasão e degradação da Reserva Legal do PA Floresta, em João Pinheiro (MG).

Ressalta-se ainda, o sucesso na estratégia voltada à regularização do uso da água nos assentamentos sob responsabilidade da Autarquia. A ideia, em 2016, era que se conseguisse a dispensa de outorga sob alegação de que o consumo atende aos pequenos núcleos populacionais rurais com consumo de água de 5,4 m³/h, em 16 horas máxima de duração. Tal proposta foi exitosa junto ao Estado, de maneira que este tem sido o *modus operandi* desde então.

A estratégia para a continuada regularização ambiental dos assentamentos é finalizar a inscrição dos imóveis no CAR, objetivando a inscrição de 100% dos imóveis dentro do prazo legal. Finalizada a inscrição dos perímetros, será dada continuidade à regularização através da inscrição das parcelas individualizadas. Concomitantemente, será continuado o trabalho de retificação de eventuais erros que tenham sido feitos no ato da inscrição, bem como a complementação de dados, em especial aqueles relativos à reserva legal.

Em relação às metas da Ação 211A PO 02, esta era de um assentamento beneficiado/monitorados, e a meta realizada foi um. Tal meta foi alcançada com duas vistorias que ocorreram no assentamento Dois de Julho (Código Sipra MG0242000), situado em Betim (MG) e Esmeraldas (MG), para verificação de invasão e desmate de área de remanescente florestal situado no interior do assentamento.

Por fim, assim que gerados os PRA, estes também deverão ser executados pela autarquia, conforme os prazos estabelecidos nos mesmos, bem como eventuais retificações que podem ser solicitadas pelo órgão ambiental sobre os cadastros feitos.

vi. Estratégia do Programa de Prevenção, Combate e Alternativas ao Desmatamento Ilegal em Assentamentos da Amazônia

Esse item não se aplica a SR(06)MG por não estar situada na área de abrangência da Amazônia Legal.

vii. Demonstração da situação do registro dos imóveis desapropriados

Cronograma de levantamento das informações sobre os imóveis desapropriados no exercício de 2016 e anteriores para fins de registro

Deliberação acórdão 557/2004 – TCU-Plenário – item 9.2.6

9.2.6. adote, para fins de aplicação do Princípio da Oportunidade, previsto no art. 6º da Resolução CFC nº 750, de 29/12/1993, e dos arts. 83, 87, 94 e 107 da Lei nº 4.320/64, as medidas cabíveis para a inclusão dos imóveis desapropriados em seu Balanço Patrimonial, considerando que:

9.2.6.1 os imóveis desapropriados que ainda lhe pertencem devem ser registrados em contas específicas do ativo real, que discriminem a natureza desses imóveis (gleba, galpão, etc.);

9.2.6.2. os imóveis já transferidos aos assentados, que podem reverter ao seu domínio, em decorrência de cláusulas contratuais de reversão, devem ser registrados em contas específicas do ativo compensado, com indicação dos beneficiários;

9.2.6.3. os investimentos e inversões financeiras nos imóveis destinados à reforma agrária devem ser registrados nas contas dos respectivos imóveis;

Ação a ser implementada	Total de imóveis	Prazo para implementação	Responsável pela implementação
Levantamento de documentação e lançamento <i>SPIUNet</i>	97	2016	Divisão de Obtenção de Terras e Divisão de Administração/Serviço de Contabilidade
Levantamento de documentação e lançamento <i>SPIUNet</i>	123	2017	Divisão de Obtenção de Terras e Divisão de Administração/Serviço de Contabilidade
Levantamento de documentação e lançamento <i>SPIUNet</i>	67	2018	Divisão de Obtenção de Terras e Divisão de Administração/Serviço de Contabilidade
Total	287		-

Fonte: Setor de Contabilidade INCRA/MG.

Demonstração da situação do registro dos imóveis desapropriados no âmbito da Superintendência

Conforme Decreto 433/1992

Conta contábil	Descrição	Valor (R\$) Saldo em 31/12/2016
1.2.3.2.1.01.09	FAZENDAS, PARQUES E RESERVAS	R\$ 1.737.955.790,84

Fonte: SPIUNet.

A título de informação, no mês de novembro do ano de 2017, o INCRA-Sede reavaliou o Valor da Terra Nua de 191 imóveis registrados no SPIUNet utilizando a tabela fornecida pela DTO/SEDE. O processo que trata sobre essa reavaliação está inserido no SEI com o nº 54000.001195/2017-91.

Ainda, para fins de contexto, no ano de 2014, o INCRA-Sede elaborou um plano de ação junto às Superintendências regionais, visando atender os ditames do Acórdão/TCU/nº. 557/2004, ou seja, proceder inclusão dos imóveis obtidos para a reforma agrária no Balanço Patrimonial da Autarquia registrando-os em contas específicas.

Levando-se em conta que há imóveis adquiridos pelas mais diversas formas de obtenção, o INCRA-Sede decidiu escalonar as atividades de registro por forma de obtenção dos imóveis. E determinou que o prazo para as Superintendências realizarem esse trabalho é de 03 de março de 2014 a 31 de dezembro de 2018.

Neste sentido, dois servidores lotados na Divisão de Obtenção de Terras continuaram, por meio da Ordem de Serviço INCRA/MG nº24/2016, a comporem o referido Grupo de Trabalho.

De acordo com a divisão de tarefas, a Divisão de Obtenção de Terras ficou com a atribuição de analisar, extrair e digitar os dados necessários em formulário próprio, a fim de compor os kits que darão origem a um processo individual para cada imóvel a ser inscrito no SPIUNet.

Sendo assim, foram separados e encaminhados aos Setores de Almoxarifado e Contabilidade da SR(06)MG, 123 kits, os quais foram posteriormente lançados no SPIUNet na conta contábil 1.2.3.2.1.01.09.

Dentre as dificuldades encontradas pela Divisão de Obtenção para o preenchimento correto do formulário destacam-se: a falta de dados atualizados sobre o andamento jurídico dos processos e a falta do estabelecimento de um índice específico para atualizar o valor das avaliações dos imóveis. Neste sentido, tem-se adotado para a avaliação do imóvel, o valor acordado em audiência de conciliação ou o da sentença judicial.

vii. Estratégia de atendimento do público-alvo da reforma agrária

Para fins de contexto, no ano de 2016, o acórdão TCU Plenário nº 775/2016, suspendeu os processos de seleção de novos beneficiários para a reforma agrária, bem como, os processos de assentamento de novos beneficiários já selecionados.

Em 2017, houve um novo julgamento pelo TCU através do Acórdão 1.976/2017, sendo autorizado ao INCRA retomar o processo de seleção de novos beneficiários ao Programa Nacional de Reforma Agrária.

No entanto, apesar da autorização do TCU, o cadastro e a seleção de candidatos ao PNRA não foi retomado no ano de 2017, pois se aguarda a edição de decreto presidencial que regulamente os dispositivos da Lei Federal nº 13.465/2017 (a qual alterou o processo de admissão de novos beneficiários para a reforma agrária).

Registra-se que, praticamente não houve atividades nesta ação por parte do INCRA, devido ao exposto acima.

Existe nesta Superintendência, um passivo de aproximadamente 5.012 famílias (fonte: SIPRA) inscritas no PNRA que ainda não foram atendidas.

Os custos para atendimento deste contingente são de difícil estimativa, por conta da diversidade dos valores das terras e dos tamanhos de parcelas nas diferentes regiões de Minas Gerais.

A meta de assentamento de famílias para esta ação, segundo previsto no Caderno de Metas em sua 1ª revisão foi de 0 (zero) famílias em assentamentos novos e de 0 (zero) famílias em assentamentos já existentes.

No exercício foi criado um projeto de assentamento no município de Campina Verde (MG), com o nome de PA Água Limpa. No entanto, devido aos impedimentos legais expostos acima, o projeto não foi implantado, nem houve a seleção de famílias para ele.

viii. Principais atividades de controle do gestor para assegurar a fidedignidade dos registros informatizados do macroprocesso

A principal atividade de controle para assegurar a fidedignidade dos registros informatizados das informações referentes à atuação SR(06)T é feita a partir de monitoramento interno.

Em outubro de 2017 foi implementada na SR(06)MG o Sistema Eletrônico de Informações (SEI), que será o único sistema para registro e tramitação de todos os processos e procedimentos da autarquia a nível regional e nacional. O sistema já está em funcionamento internamente.

ix. Demonstração dos resultados dos indicadores de desempenho utilizados pela autarquia na área de obtenção de recursos fundiários e implantação de projetos de assentamento, incluindo metas do exercício e estratégia para cumprimento de metas do próximo exercício

Gráfico 4. Índice de gastos com obtenção de terras (R\$/ha)

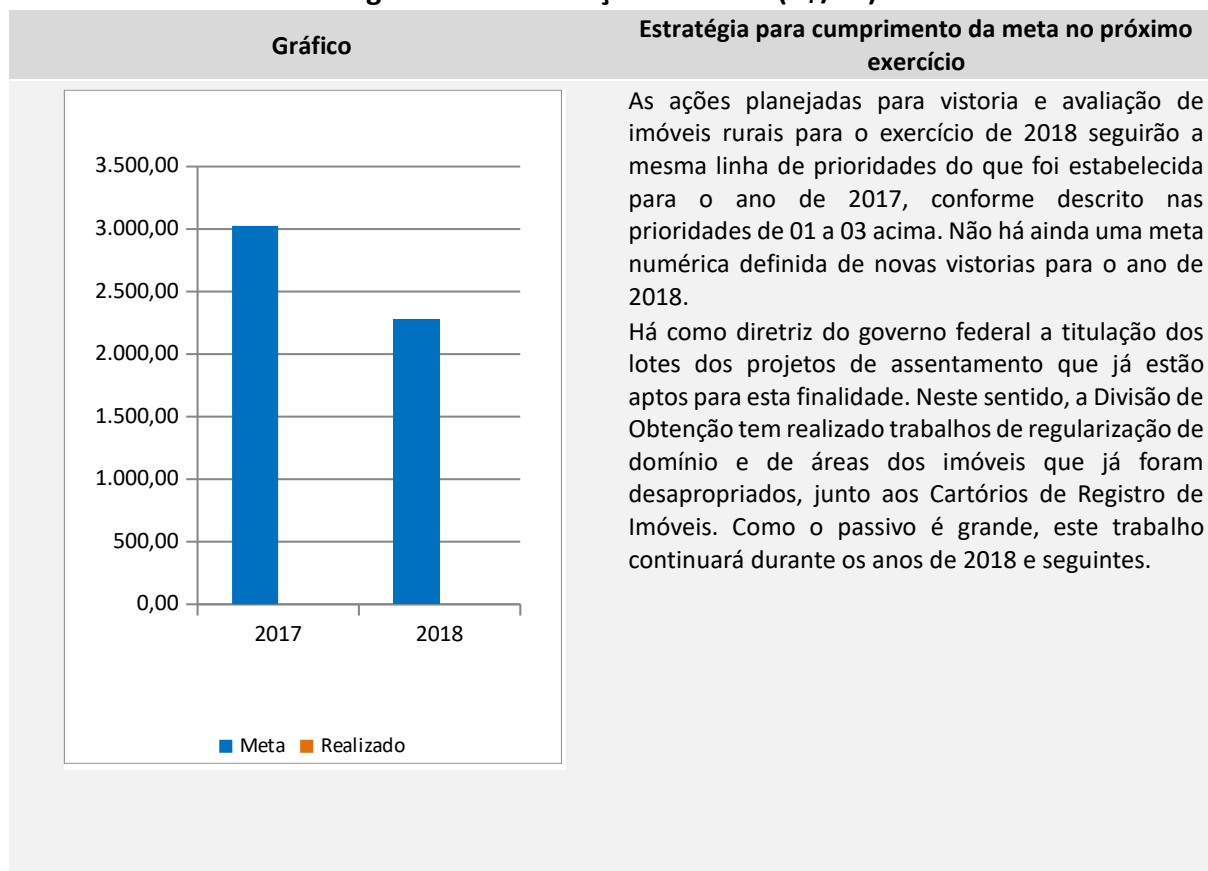


Gráfico 5. Índice de protocolos de licença ambiental para os projetos de assentamento

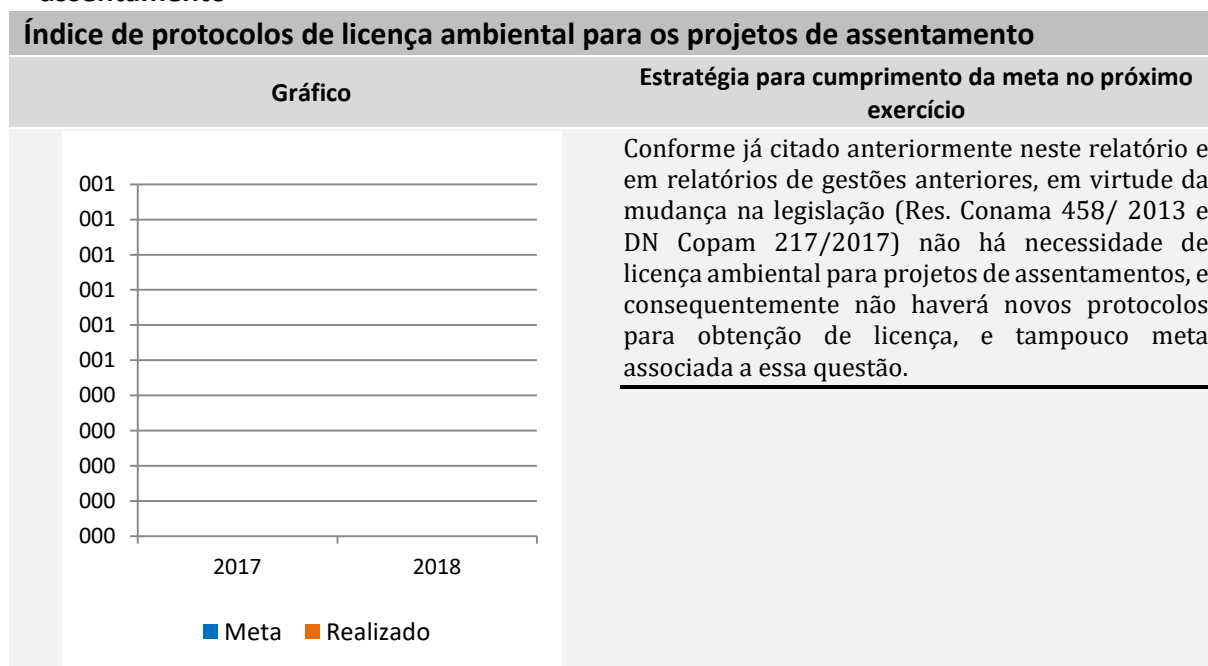
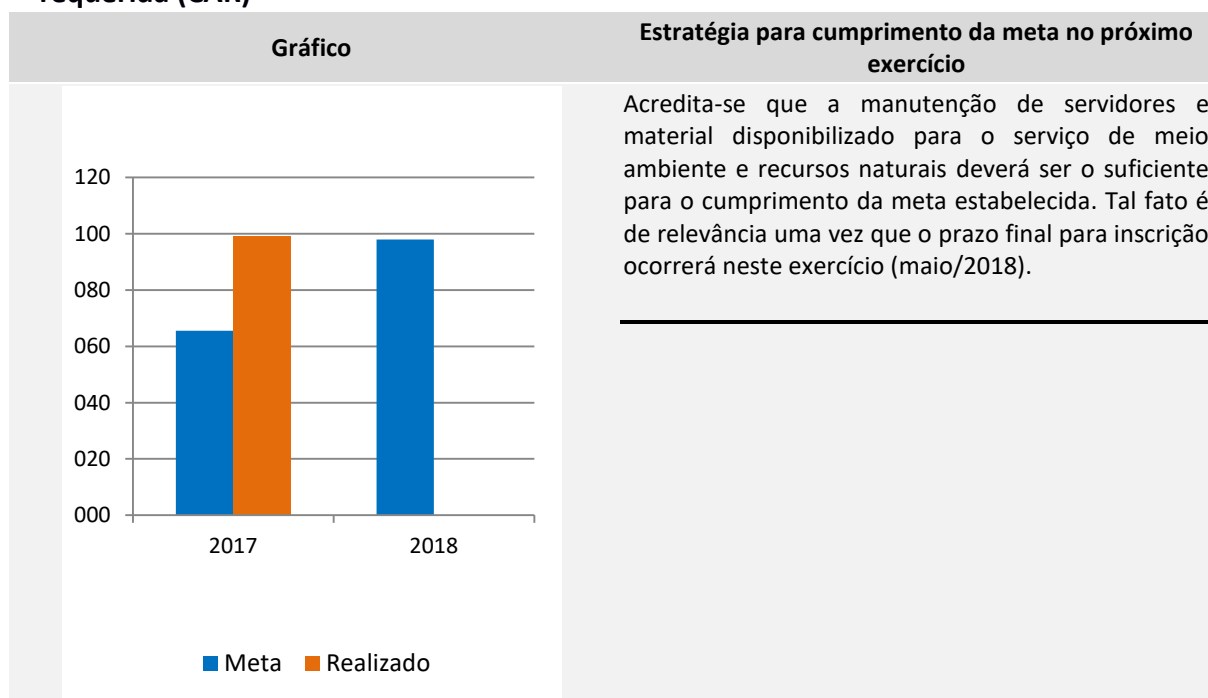


Gráfico 6. Índice de Projetos de Assentamento com regularização ambiental requerida (CAR)



A memória de cálculo dos indicadores pode ser encontrada no item 9.3.

x. Relatório consolidado da situação ambiental dos assentamentos instituídos no exercício

Esse item não se aplica à SR(06)MG por não estar situada na área de abrangência da Amazônia Legal.

3.3.3 Desenvolvimento de projetos de assentamento

i. Resultados da execução física e financeira das ações do macroprocesso

Demonstração da execução física e financeira das ações da LOA relacionadas ao desenvolvimento de projetos de assentamento de responsabilidade da Superintendência, incluindo as estratégias a serem adotadas para correção de eventuais distorções nos resultados em relação às metas traçadas.

Quadro 16. Ações do macroprocesso Desenvolvimento de Projetos de Assentamento – Execução Física, Orçamentária e Financeira

Demonstração dos resultados da execução física e financeira das ações do macroprocesso										
Descrição		Execução física			Execução orçamentária			Execução financeira		
Ação	Plano orçamentário	Unidade (produto/ unidade)	Meta	Execução física	Meta orçamentária	Provisão recebida	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Valores pagos	Restos a pagar
210S	Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária	Família Assistida / unidade	5.137	4.187	4.289.448,00	137.278,65	136.098,21	136.098,21	136.098,21	1.180,44
0427	Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas	Família Atendida / unidade	3.000	800	8.702.600,00	3.407.200,00	3.407.200,00	2.857.800,00	2.857.800,00	549.400,00
211A	Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento	Família Atendida / unidade	500	100	4.106.112,00	6.553.055,98	5.368.971,70	40.870,64	40.870,64	5.328.101,06
211A	Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização – Terra Sol	Família beneficiada / unidade	0	60	0,00	1.212.829,46	830.761,91	21.976,90	21.376,90	808.785,01
211A	Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária	Crédito Supervisionado / unidade	3.000	2.888	115.748,00	108.343,03	81.478,09	61.420,79	61.420,79	20.057,30
211A	Supervisão Ocupacional de Projetos de Assentamento	Parcela Supervisionada / unidade	447	quad	249.756,00	252.356,38	198.198,30	184.098,30	184.098,30	14.100,00

211A	Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento	Família Atendida / unidade	3.000	0	1.200.000,00	592.969,00	565.648,02	526.148,02	526.148,02	39.500,00
211A	Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento	Documento de titulação expedido / unidade	4.180	4.232	131.013,00	131.012,73	116.172,28	97.172,28	97.172,28	18.980,00
210T	Educação de Jovens e Adultos no Campo (EJA)	Trabalhador Rural Escolarizado / unidade	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
210T	Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária	Profissional Formado / unidade	0	0	250.000,00	10.620,00	10.495,55	10.495,55	10.495,55	124,45
210T	Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social (*)	Profissional Capacitado / unidade	0	97	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Tesouro Gerencial

(*) Metas nacionais/Recursos centralizados na Sede

Quadro 17. Execução em Restos a pagar/do macroprocesso Desenvolvimento de Projetos de Assentamento

Execução de restos a pagar								
Ação	Plano orçamentário	Unidade (produto/unidade)	Meta física	Execução física	RAP inscritos	RAP cancelados	RAP pagos	RAP a pagar
210S	Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária	Família Assistida / unidade	-	-	6.306.953,60	0	240.482,86	6.066.470,74
4470	Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária (PTRES anterior a 2013)	Família Atendida / unidade	-	-	2.704.786,72	0,01	0,00	2.704.786,71

211A	Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento	Família Atendida / unidade	-	-	6.169.729,77	3.000.000,00	147.732,15	3.021.997,62
211A	Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização – Terra Sol	Família beneficiada / unidade	-	-	7.262.537,59	1.887.632,86	555.898,50	4.819.006,23
211A	Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária	Crédito Supervisionado / unidade	-	-	0,00	0,00	0,00	0,00
211A	Supervisão Ocupacional de Projetos de Assentamento	Parcela Supervisionada / unidade	-	-	76.587,06	0,00	56.500,00	20.087,06
211A	Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento	Família Atendida / unidade	-	-	0,00	0,00	0,00	0,00
211A	Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento	Documento de titulação expedido / unidade	-	-	45.000,00	0,00	41.414,40	3.585,60
210T	Educação de Jovens e Adultos no Campo (EJA)	Trabalhador Rural Escolarizado / unidade	-	-	3.300,00	0,00	3.300,00	0,00
210T	Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária	Profissional Formado / unidade	-	-	992.000,00	0,00	992.000,00	0,00
210T	Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social (*)	Profissional Capacitado / unidade	-	-	-	-	-	-

Fonte: Tesouro Gerencial

(*) Metas nacionais

i. Análise Crítica

Comparativamente aos exercícios anteriores este foi marcado pelo desafio de integrar as diversas ações da Divisão de Desenvolvimento no intuito de que fosse possível realizar trabalhos com economia de recursos.

Neste íterim, mesmo considerando um recuo financeiro global em comparação com orçamentos passados da autarquia, a SR(06)MG apresentou melhorias, principalmente em relação ao atendimento do seu público-alvo. Isso só foi possível pelas ações conjuntas que visavam realizar a atualização cadastral, a titulação definitiva ou provisória, a concessão e fiscalização de Crédito Instalação, a supervisão ocupacional, a demarcação topográfica. Para isso, os servidores da SR(06)MG foram orientados/treinados para realizar ações conjuntas, não de forma isoladas, no momento do atendimento dos assentados.

Este trabalho interligado e a criação da Unidade Avançada de Montes Claros e o Escritório Técnico de Uberlândia foram fundamentais para superar as adversidades de escassez de recursos humanos, orçamentário e financeiro na SR(06)D.

A. Ação – Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária

A ação – Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária é executada, em sua totalidade, por empresas contratadas por dispensa de licitação, com base legal no art. 24, XXX, da Lei Federal nº 8.666/93. Para 2017, estipulou-se uma meta física de assistência a 5.137 famílias, cuja execução física totalizou 81% da meta. Com relação à meta orçamentária, estipulou-se o montante de R\$ 4.289.448,00, cuja provisão recebida foi de apenas 3%, isto é, R\$ 137.278,65 e empenhado e liquidado o montante de R\$ 136.098,21, representando um percentual de 99% de execução da provisão recebida.

O fator principal para que culminasse numa baixa execução orçamentária foram as rescisões contratuais devido ao descumprimento de cláusulas contratuais pelas empresas, exceto com a Empresa Agrolago, em que a rescisão se deu devido a SR(06)MG não conseguir renovar o contrato no tempo legal exigido. Portanto, a equipe técnica ficou a cargo de realizar a fiscalização e o monitoramento destes contratos.

Devido à suspensão, pela Diretoria de Desenvolvimento de Assentamentos, do lançamento de Chamada Pública para contratação de entidade para a prestação de serviços, a SR(06)MG optou que a ATER fosse realizada pela Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER). Assim, espera-se que em 2018, a SR(06)MG finalize os pagamentos pendentes de contratos já encerrados e seja contratada a ANATER para prestação de ATER.

B. Ação – Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas

A Concessão do Crédito Instalação para as famílias assentadas é regulamentada pelo Decreto nº 9.066, de 31 de maio de 2017, que revogou o Decreto nº 8.256 de 26 de maio de 2014 e instituiu as seguintes modalidades de Crédito Instalação: Apoio Inicial, Complementação Apoio Inicial I, Fomento Mulher, Fomento e Semiárido.

Foram emitidos 933 contratos de Crédito Instalação, o que garantiu a execução orçamentária de R\$ 3.407.200,00 para o fomento da agricultura familiar (números por modalidade de crédito e totais estão apresentados no Quadro 18).

Quadro 18. Demonstrativo da aplicação dos Créditos Instalação para as famílias assentadas, nos termos do Decreto nº 9.066 de 31 de maio de 2017, no exercício de 2017, na jurisdição da SR(06)MG.

Crédito Instalação – Ano 2017			
Modalidade	Contratos Emitidos	Valor unitário do contrato	Valor Total
Apoio Inicial I *Decreto 8.256/2014	27	R\$ 2.400,00	R\$ 64.800,00

Apoio Inicial	105	R\$ 5.200,00	R\$ 546.000,00
Complementação Apoio Inicial I	293	R\$ 2.800,00	R\$ 820.400,00
Fomento Mulher	282	R\$ 3.000,00	R\$ 846.000,00
Semiárido	226	R\$ 5.000,00	R\$ 1.130.000,00
TOTAL	933		R\$ 3.407.200,00

Na execução financeira, houve uma despesa liquidada de R\$ 2.857.800,00 referente à concessão de 800 Créditos Instalação, sendo 94 Apoio Inicial I – Decreto 8.256/2014; 105 Apoio Inicial; 194 Complementação Apoio Inicial I; 246 Fomento Mulher; e 161 Semiárido.

Quanto à ação de Concessão de Crédito Instalação às famílias assentadas foram estipuladas uma meta física de atendimento a 3.000 famílias, cuja execução física totalizou o montante de 800 famílias atendidas, isto é, 26,67% de execução da meta proposta. No entanto, em comparação à execução física dos anos de 2015 e 2016, conforme Relatório de Gestão 2015 e 2016, houve um acréscimo, respectivamente, de 195,20% e 282,77% na concessão de Crédito Instalação às famílias assentadas.

Os fatores principais para que a meta física não fosse atingida foram: número insuficiente de servidores; descontinuidade de prestação de serviços de ATER terceirizada; lapso temporal para a disponibilização de operacionalização do Sistema Nacional de Concessão de Créditos Instalação, de acordo com o Decreto nº 9.066 de 31 de maio de 2017; e falta de mecanismos para verificar se o beneficiário contratou crédito rural com risco bancário junto as instituições financeiras firmados a partir de 2010.

C. Ação – Implantação e Recuperação de Infraestrutura básica em Projetos de Assentamento

A ação Implantação e Recuperação de Infraestrutura básica em projetos de assentamento é executada através de empresas contratadas por procedimento licitatório, com base legal na Lei Federal nº 8.666/93 ou execução descentralizada, por outros órgãos públicos (federais, estaduais ou municipais), a exemplo do TED firmado com a CODEVASF e convênios firmados com diversas prefeituras.

A SR(06)MG celebrou o contrato nº 12.000/2017 no valor de R\$ 1.057.278,65, por meio de adesão a Ata de Registro de preços 05/2016 – SRP, no qual a empreiteira Agromáquinas Empreendimentos Agrícolas está contratada para a perfuração e equipagem de 20 poços tubulares visando o abastecimento de água em diversos PA em Minas Gerais.

O Termo de Cooperação Técnica entre INCRA e CODEVASF, que se encontra em fase final de execução, contemplará o atendimento a 2.520 famílias em 43 PAs. A parceria contou com a participação do INCRA na destinação de recursos, seleção dos PAs, elaboração dos projetos técnicos e orientações gerais nas obras, procedimentos realizados por servidores designados pelo INCRA.

Ainda em 2017, foram concluídas pelo CRT 10.000/15, duas obras de abastecimento de água nos PAs Santa Cecília (Campos Altos) e 02 de junho (Olhos d'água) contemplando aproximadamente 104 famílias. Em que pese o contrato 10.000/15 prever a execução de 10 obras de abastecimento de água em nove PAs, por dificuldades enfrentadas pela contratada, não foi possível aditar o prazo contratual e a vigência se encerrou em 05/12/2017.

D. Ação - Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização – Terra Sol

Com relação a Ação Terra Sol (211A, PO 03) para o ano de 2017, embora não houvessem metas estabelecidas, a SR(06)MG priorizou a conclusão dos três contratos relacionados à construção de agroindústrias de cana-de-açúcar bem como a aquisição de equipamentos para fins de fiscalização da ação.

Em 2017, os servidores do INCRA estiveram empenhados em acompanhar e fiscalizar três contratos, firmados em 2015, de execução de obras no âmbito do Programa Terra Sol, e assim

foram possíveis a conclusão e o recebimento de uma obra no PA São Francisco, as outras duas obras encontram-se com execução física média de 85%.

E. Ação – Supervisão Ocupacional de Projetos de Assentamento

Quanto à ação – Supervisão Ocupacional de Projetos de Assentamento foi estipulada meta física de 447 parcelas supervisionadas e foram executadas 5.663 supervisões, ou seja, um incremento da ordem de 1.267% da meta.

Cabe aqui ressaltar que com a metodologia por ora adotada no exercício atual, conforme descrito também no item “iii. Demonstração das estratégias e resultados da Supervisão de Projetos de Assentamento”, promoveu ganho significativo em relação aos anos anteriores, como pode-se extrair dos relatórios de gestão publicados. Foram supervisionados nos anos de 2013, 2014, 2015 e 2016, respectivamente 1.214, 830, 974 e 381 parcelas/ocupações. Esses números demonstram o seguinte incremento quando comparados ao período ora analisado, respectivamente: 466,5%; 682,3%; 581,4%; e 1.486,4%, conforme **Erro! Fonte de referência não encontrada..**

Quadro 19. Comparativo das supervisões ocupacionais dos anos de 2013, 2014, 2015 e 2016 em relação ao ano de 2017.

	Período			
	2013	2014	2015	2016
Supervisões Realizadas	1.214	830	974	381
Incremento	466,5%	682,3%	581,4%	1.486,4%

Fonte: Relatórios de Gestão 2013, 2014, 2015 e 2016.

Com relação à meta orçamentária de R\$ 249.756,00, recebemos a provisão de R\$ 252.356,38 e empenhamos o montante de R\$ 198.198,30, representando um percentual de 78,5% de empenho face à provisão recebida. Foram liquidados e pagos R\$ 184.098,30, ou seja, 92,8% do valor empenhado.

Esta ação é executada nos Projetos de Assentamentos na área de abrangência desta Superintendência Regional sendo também integrada a outras ações quando dos deslocamentos aos respectivos assentamentos. Houve, portanto, a realização das ações de forma integrada como vem sendo adotado pela SR(06)MG para potencialização das ações em campo, através das equipes regionais de desenvolvimento, equipes de crédito, equipe de infraestrutura e a atuação da Unidade Avançada de Montes Claros e do Escritório Regional de Uberlândia.

Com esta integração mais de uma ação é executada no momento do deslocamento a campo, proporcionando alcançar os números apresentados. Esta forma de atuar proporcionou o aumento do número de parcelas vistoriadas/supervisionadas com um pequeno aumento de servidores e recursos orçamentário na SR(06)D.

O volume orçamentário gasto refere-se a pagamento de diárias para indenização dos deslocamentos da equipe técnica para campo, portanto o valor empenhado restante é recolhido, e não entra nos Restos a Pagar.

Ressalta-se ainda que foi efetuada a Atualização Cadastral de 4.426 unidades familiares tanto presencial como pelo Sistema da Sala da Cidadania Digital, alcançando um número considerável em termos de manutenção dos dados com o cadastro atualizado, proporcionando acesso a diversas políticas públicas que dela dependem, como por exemplo aplicação de créditos, dentre outras.

Pelos dados apresentados pode-se inferir que foram realizados mais de 6.000 atendimentos ao público, seja por meio presencial ou pela Sala da Cidadania Digital. Tais dados não entram na presente ação, mas é significativo frente as diversas demandas de nossos assentados.

F. Ação – Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento

Para esta ação, foi estipulada uma meta física de 4.180 documentos de titulação expedidos. A SR(06)D expediu 4.232 títulos, representando um percentual de execução de 101,7%. Cabe aqui

ressaltar a ocorrência de ganho significativo em relação aos anos anteriores, como pode-se extrair dos relatórios de gestão publicados. Foram emitidos nos anos de 2013, 2014, 2015 e 2016, respectivamente 565, 318, 1586 e 801 títulos. Esses números demonstram o seguinte incremento quando comparados ao período ora analisado, respectivamente: 749,0%; 1.330,8%; 266,8%; e 528,3%, conforme Quadro 20.

Quadro 20. Comparativo da expedição de títulos dos anos de 2013, 2014, 2015 e 2016 em relação ao ano de 2017.

	Período			
	2013	2014	2015	2016
Títulos emitidos	565	318	1586	801
Incremento	749,0%	1.330,8%	266,8%	528,3%

Fonte: Relatórios de Gestão 2013, 2014, 2015 e 2016.

Com relação à meta orçamentária, recebemos a provisão de R\$ 131.012,73 e foram empenhados o montante de R\$ 116.172,28, representando um percentual de 88,6% de empenho face à provisão recebida. Foram liquidados e pagos o montante 97.172,28. Todos os ganhos em incrementos aqui apurados, vem corroborar e refletir no bem-estar de nossos assentados, seja dando dignidade a quem precisa, seja dando acesso às políticas públicas disponíveis através desses documentos, sendo assim um enorme ganho em meio a tantas políticas aplicáveis.

G. Ação – Educação de Jovens e Adultos no Campo -EJA.

Quanto à ação Educação de Jovens e Adultos no Campo (EJA) não houve execução no exercício de 2017.

H. Ação – Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária

Quanto à ação Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária, considerando que a ação é continuada, deu-se prosseguimento a execução da meta iniciada em anos anteriores, a saber: Convênio 54170.008343/2016-65 - VIGÊNCIA: 29/12/2016 A 28/02/2019; e Convênio SICONV número 839555/2013, assinado em 29/12/2016 e publicado no DOU em 02/01/2017.

Esta parceria se fez entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e a Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais - EPAMIG/Instituto Técnico de Agropecuária e Cooperativismo Antônio Luciano Pereira Filho – ITAC para realização do Curso Técnico em Agropecuária subsequente – Pedagogia da Alternância para 160 jovens e adultos assentados no Estado de Minas Gerais distribuídos em quatro turmas de 40 estudantes cada abrangendo todo o território do Estado de Minas Gerais e realizado por meio da Pedagogia de alternância.

O total das despesas do convênio é de R\$ 2.024.500,00. Sendo R\$1.984.000,00 a serem repassados pelo concedente (INCRA) em duas parcelas. A primeira parcela no valor de R\$ 992.000,00 foi efetuada por meio da ordem bancária 2017OB800003 e R\$ 40.500,00 de contrapartida financeira foram depositados pela conveniente (Epamig) em conta específica do Convênio.

As atividades pedagógicas estavam programadas para iniciarem no exercício de 2017, porém devido a solicitação de alteração de rubrica no plano de trabalho pela conveniente, que não constava no rol de rubricas do Pronera, não foi possível iniciar as atividades escolares no exercício de 2017. O primeiro tempo escola está previsto para abril de 2018.

Quanto à capacitação e Formação Profissional Superior para a Reforma Agrária, firmamos parceria com a Universidade Federal do Triângulo Mineiro – FTM, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 25.437.484.0001-61, com sede ao Campus Universitário Uberaba, para a execução do curso de bacharel em Agronomia que disponibilizou 50 vagas para os beneficiários da Reforma Agrária de todo o país. O processo seletivo foi muito concorrido. Contou com 548 inscrições de beneficiários da Reforma Agrária de todo país. Os 50 selecionados são oriundos de dez estados da federação:

Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, São Paulo, Paraná, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Bahia e Piauí.

O prazo de execução das atividades acordadas no Termo de Execução Descentralizada é de 67 (sessenta e sete) meses, contados da data de sua publicação em 07/06/2017 no Diário Oficial da União, podendo ser prorrogado e/ou alterado mediante lavratura de Termo Aditivo. O cronograma de execução prevê atividades de maio de 2017 a dezembro 2022.

O primeiro tempo universitário teve início no dia 05/01/2018. O curso foi dividido em dez tempos universitários e em 10 tempos comunidade.

I. Análise Restos a Pagar

No que tange à execução de recursos inscritos em Restos a Pagar nas ações do macroprocesso Desenvolvimento de Projetos de Assentamento, podemos destacar que na ação – Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento foram inscritos em Restos a Pagar o montante de R\$ 6.169.729,77, cancelados R\$3.000.000,00 e pagos R\$ 147.732,15. Já na ação – Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária foram inscritos em Restos a Pagar o montante de R\$ 6.306.953,60 e pagos o montante de R\$ 240.482,86. Enquanto na ação Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização – Terra Sol, foram inscritos R\$ 7.262.537,00 cancelados R\$ 1.887.632,86 e pagos R\$ 550.898,50. Estas três ações representaram o maior volume de recursos inscritos em Restos a Pagar, uma vez que sua execução ultrapassa o exercício de um ano e demanda maior volume de recursos inscritos em RAP.

ii. Diagnóstico do déficit de infraestrutura em projetos de assentamento

A. Ação 211A PO 08 – Implantação e recuperação de infraestrutura básica em projetos de assentamento

Em que pese não haver metas estabelecidas para eletrificação de parcelas e de sistemas de abastecimento de água, a Superintendência Regional tem atuado na intermediação junto a Diretoria de Distribuição e Comercialização da CEMIG para o fornecimento de energia elétrica nos assentamentos. O atendimento ocorre através do Programa Universalização Rural. Em 2017, após intensificação de diálogo entre as instituições e reivindicações constantes dos assentados foi possível o atendimento à aproximadamente 1900 famílias em 40 projetos de assentamento.

Com relação ao Contrato nº10.000/2015, para obras e serviços de engenharia para equipagem de poços profundos, foi concluída em 2017 a execução de duas obras iniciadas em 2016, em que pese a previsão contratual de dez obras, por problemas enfrentados pela empreiteira, não foi possível a execução total do contrato.

Tabela 8. Execução de obras de abastecimento de água em assentamentos por contratação pela lei 8666/93.

SIPRA	Projeto de Assentamento	MUNICÍPIO	SSAA – Equipagem de Poços, adução e reservação de água		execução
			UNID.	Nº aproximado de FAMÍLIAS BENEFICIADAS	
MG0316000	DOIS DE JUNHO	OLHOS D'AGUA	1	76	100,00%
MG0252000	SANTA CECÍLIA	CAMPOS ALTOS	1	24	100,00%
TOTAL	2	2		100	

Fonte: SR(06)D1 – Serviço de Infraestrutura

Diante de diversas restrições atravessadas pela Autarquia, o principal foco de atuação da Superintendência Regional consiste no desenvolvimento de iniciativas para implantação de acesso à água para dessedentação humana as famílias assentadas. Neste sentido, durante o exercício de 2017, mantivemos a execução do Termo de Cooperação para Descentralização de Crédito nº 06/2013, celebrado entre o INCRA e a CODEVASF (processo administrativo SR-06/MG Nº 54170.005873/2013-17), cujo acompanhamento técnico ocorre através desta Superintendência Regional.

A meta de perfuração (Tabela 9) dos poços foi concluída em 2016, e a meta de equipagem, adução e reservação de água encontram-se concluídas, estando pendentes aproximadamente 20 ligações elétricas sob a responsabilidade da CEMIG. A Tabela 9 mostra que 37 projetos de assentamento foram beneficiados com a conclusão das obras, isso permite atender 2.260 famílias em 20 municípios. Ressalta-se ainda que, no âmbito do TED/CODEVASF, houve uma sobra de recursos que permitiram ao INCRA, acrescentar quatro PAs (PA Terra Nossa, PA Mãe d'água, PA Antônio Veloso, PA Tanque Rompe Dias), aumentando o número de famílias beneficiadas com a parceria.

Tabela 9. Metas de Equipagem de poços em projetos de assentamento

SINTESE DOS ASSENTAMENTOS CONTEMPLADOS COM AS METAS DE PERFURAÇÃO E EQUIPAGEM DE POÇOS PROFUNDOS DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA INCRA/CODEVASF Nº 06/2013					
Projeto de Assentamento	Município	Nº. Famílias	Poços Perfurados	Poços à Equipar	% de execução (adução e reservação)
26 de outubro	Pompeu	147	4	2	100
Agronorte	Gameleira	200	1	6	100
Batalha	Paracatu	85	3	2	100
Belo Vale	Paracatu	30	0	1	100
Campo Grande	João Pinheiro	24	0	1	100
Campo Grande de Cima	João Pinheiro	12	0	1	100
Comunidade Resistência	Funilândia	20	0	1	100
Dividida	Juvenília	42	0	3	100
Taboleirinho	Juvenília	42	0	3	100
Dom Mauro	Nova Porteirinha	45	1	2	100
Elza Estrela	Brasilândia de Minas	55	0	1	100
Esperança	Paracatu	75	4	4	100
Floresta Viveiros	Pirapora	60	0	1	100
Grota do Escuro	Juvenília	80	2	3	100
Irmã Doroty II	Coração de Jesus	30	1	1	100
Itatiaia	João Pinheiro	38	0	1	100
Jambeiro	Paracatu	195	0	1	100
Japoré	Manga	102	0	1	100
Lages	Riachinho	30	1	1	100
Limeira	Buritizero	43	2	1	100
Logradouro	Riachinho	120	2	2	100
Mãe D'Água	Várzea da Palma	56	0	2	100
Mário Pereira	Brasilândia de Minas	49	0	1	100
Matão	Urucuia	65	0	1	100
Nosso Orgulho	Lagoa Grande	49	0	3	100

SINTESE DOS ASSENTAMENTOS CONTEMPLADOS COM AS METAS DE PERFURAÇÃO E EQUIPAGEM DE POÇOS PROFUNDOS DO TERMO DE COOPERAÇÃO TECNICA INCRA/CODEVASF Nº 06/2013					
Projeto de Assentamento	Município	Nº. Famílias	Poços Perfurados	Poços à Equipar	% de execução (adução e reservação)
Novilha Brava	São Romão	25	3	1	100
Novo Progresso	Dom Bosco	42	1	2	100
PA Ho Chi Mim	Nova União	42	0	1	100
Paco - Paco	Pirapora	42	1	1	100
Paulista	Pompeu	32	0	1	100
Renovação	Lagoa Grande	54	0	2	100
São Francisco	Buritizero	29	0	1	100
São João do Rodeio	São Romão	46	0	2	100
Tanque Rompe Dias	Várzea da Palma	94	0	1	100
Terra Nossa	Varjão de Minas	43	0	1	100
Trevo Porto Agrário	Juvenília	70	1	1	100
Vereda da Cuia / Barreirinho	Urucuia	59	0	1	100
Vista Alegre	João Pinheiro	60	2	2	100
Total		2.260	29	60	

Fonte: SR(06)D1 – Serviço de Infraestrutura

Em relação aos recursos orçamentários destinados para a Ação 211A – PO Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento, a SR(06)MG provisionou em convênios R\$ 4.890.531,20 para a Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento, superando a meta estabelecida para esta regional, fixada em R\$2.009.000,00 para atendimento de 500 famílias.

Os convênios celebrados com prefeituras de diversas regiões do estado totalizam R\$ 3.482.212,05 para recuperação de estradas em Projetos de Assentamento do INCRA. Também foram celebrados 02 convênios para construção de pontes nos Municípios de Joaquim Felício e Veríssimo, somando R\$ 529.481,00 em recursos destinados a essa finalidade. Outro convênio com a Prefeitura de Limeira do Oeste proporcionará a implantação de 102 mata-burros no PA Reserva cujos os valores correspondem a R\$300.000,00 em repasse àquela municipalidade.

Ainda nesta ação 211A, a SR(06)MG, celebrou através do Sistema de Registro de Preços, o contrato 12.000/17 no valor de R\$ 1.057.278,65, para a perfuração de 20 poços tubulares, equipagem e reservação de água em diversos assentamentos situados na Jurisdição desta SR. A execução dessas obras previstas para o ano de 2018 permitirá a perfuração e equipagem de poços em diversos assentamentos carentes de abastecimento de água bem como permitirá o cumprimento de sentenças judiciais nas quais a SR(06)MG encontra-se como réu.

Pelo exposto, a meta estabelecida para a SR(06)MG para a referida ação orçamentária de R\$2.009.895,00, com atendimento de 50 famílias, foi superada, uma vez o total de recursos provisionados nesta PO entre contratos e convênios totalizou R\$5.368.981,65.

Vale também destacar que, há uma insuficiência de dados e informações para elaboração de um diagnóstico preciso que represente e corresponda ao conjunto das demandas de infraestrutura básica (estradas, água e energia) nos Projetos de Assentamento (PAs) sobretudo porque, em muitos imóveis da SR(06)MG diversos outros órgãos, a exemplo da Codevasf, Copasa, prefeituras, Dnocs, Funasa, realizam políticas públicas que, nem sempre são noticiadas à

SR(06)MG, o que em termos de planejamento dificulta a leitura das reais necessidades de cada assentamento.

Por outro lado, o estabelecimento de parcerias com essas Instituições tem sido uma importante estratégia adotada nos últimos anos para enfrentamento do déficit de infraestrutura como ocorreu na parceria com a Codevasf.

Visando conhecer melhor nossos PAs, principalmente no que tange a Infraestrutura, o INCRA firmou TED com a Universidade Federal de Santa Maria – UFSM para realizar o projeto Radis. Ele será um importante instrumento para fornecimento de dados sobre os assentamentos de Minas Gerais, o que também possibilitará, dentre outras questões, um diagnóstico sobre a situação dos lotes dos projetos de assentamento do INCRA. A princípio, é um projeto de assistência ambiental para realização do CAR. Contudo conta com um formulário de coleta de dados e informações para a gestão rural gerenciar e organizar as principais informações da realidade dos assentamentos da reforma agrária.

O supracitado formulário de coleta de dados para diagnóstico de sistemas agrários possibilitará levar às famílias assentadas, informações qualificadas de modo a auxiliar no planejamento das atividades desenvolvidas no lote e contribuir nas discussões e reivindicações perante as entidades locais e regionais através de informações qualificadas da dinâmica ambiental, social e produtiva dos assentamentos.

Além do mais, outras funcionalidades existentes no RADIS são os aplicativos denominados GPS Status, utilizado para obter informações sobre a localização do usuário; RADIS Geo, utilizado para gerenciar mapas; o RADIS Coletor, utilizado para coletar dados no tablet. Ambos os aplicativos funcionam com o sistema operacional denominado Android. O código desse sistema operacional é disponibilizado pelo Google sob licença de código aberto, sendo a maior parte de seus dispositivos lançados com uma combinação de software livre e privado.

Foi realizado pelo RADIS o levantamento de dados ocupacionais de 1.636 parcelas em Minas Gerais. Maiores informações acerca do RADIS podem ser obtidas mediante o acesso ao link: <http://projektoradisunb.com.br/>.

B. Ação 211A PO 09 – Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento

A presente Ação tem por finalidade prover os projetos de assentamento de serviços topográficos, fundamentais à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento efetivo do PA por permitir que ações importantes como: titulação, aplicação de créditos (produtivos e habitação), eletrificação das parcelas, regularização da reserva legal. Outro aspecto relevante desta medida é a diminuição dos inúmeros conflitos internos no assentamento ocasionados pela indefinição das parcelas.

Apesar de constituir uma responsabilidade atribuída a Autarquia na fase de implantação do assentamento, a Superintendência Regional enfrenta dificuldades para execução da Ação. Assim, visando obter com maior celeridade a demarcação dos lotes e por consequência, a implantação de infraestrutura básica, a Superintendência tem adotado a estratégia de elaborar o anteprojeto de parcelamento (ou em alguns casos a partir do PDA aprovado), e autorizar que a comunidade do assentamento contrate os serviços topográficos de pré-parcelamento sob a orientação da SR(06)D que, posteriormente realiza a conferência dos serviços e, se for o caso, promove os ajustes necessários no escritório e em campo.

Tabela 10. Pré-parcelamentos conferidos e adequados em 2017.

PROJETO DE ASSENTAMENTO	MUNICÍPIO	NÚMERO DE FAMÍLIAS
Dividida Taboleirinho	Juvenília	42
Grota do Espinho	Juvenília/Montalvânia	39
Chácara Chório	Pompéu	14
Queima Fogo	Pompéu	35

PROJETO DE ASSENTAMENTO	MUNICÍPIO	NÚMERO DE FAMÍLIAS
Antônio Veloso	Pompéu	8
Esperança	Paracatu	78
Grota do Escuro	Juvenília	85
Ponte de Baixo Meleiro	Felixlândia	25
Morro Grande	Ibiá	44
Total de Famílias		370

Fonte: SR(06)D1 – Serviço de Infraestrutura

Conforme pode ser observado Tabela 10 foram realizados os trabalhos de conferência e adequações nos pré-parcelamentos em 09 PAs beneficiando 370 famílias. No entanto, a demanda de contratação de demarcação topográfica em projetos de assentamento a ser realizada pelo INCRA persiste pela necessidade de adequações dos pré-parcelamento à Lei 10.267, de 2001, que trata do georreferenciamento dos imóveis rurais.

Outro trabalho realizado pela SR(06)D1 refere-se a execução direta do georreferenciamento do PA Paco-Paco, que beneficiou 42 famílias. Além disso, a SR(06)MG realizou a certificação de 1.134 (um mil cento e trinta e quatro) parcelas de Projetos de Assentamento certificadas no SIGEF e georreferenciamento por aerolevantamento do Projeto de Assentamento Jacaré Grande em Bocaiuva/MG com 11.120,25ha (onze mil, cento e vinte hectares e vinte e cinco ares). Estes trabalhos beneficiaram 1.346 famílias.

Com previsão orçamentária para o ano de 2017 de R\$ 1.200.000,00 e meta de atendimento de 3.000 famílias, a ação 211A PO 09, destinada a contratação de demarcação topográfica, avançou nos procedimentos de seleção dos PAs, definição de parâmetros gerais para contratação, e sobretudo nas ações preparatórias de levantamento de adversidades naturais, identificação do perímetro das parcelas (incluindo aqui também as áreas de reserva legal) procedimentos que permitirão a contratação da demarcação topográfica em 2018 e posteriormente, o desenvolvimento do processo produtivo do assentamento.

Pelo exposto, a meta foi parcialmente cumprida e foi possível atender 1.816 famílias com ações de demarcação topográfica em projetos de assentamento.

iii. Demonstração das estratégias e resultados da Supervisão de Projetos de Assentamento

Com relação a esta ação específica, foi definida uma meta física de 447 unidades vistoriadas/supervisionadas, das quais foram de fato vistoriadas/supervisionadas 5.663 parcelas.

Os recursos destinados a esta ação foram utilizados no custeio de diárias e deslocamento dos técnicos para realização das atividades de Supervisão da Situação Ocupacional em Projetos de Assentamento da Reforma Agrária, com identificação e levantamento de informações, nos termos da Instrução Normativa/INCRA/Nº. 71/2012, bem como quando da supervisão para titulação, entrega de documentos de titulação, assinaturas de contratos de crédito, recebimento de casa, dentre outros.

As ações de supervisão considerando a entrega de documentos, assinatura de contratos diversos e recebimento de casas, dentre outros, se devem à verificação da permanência ou não dos beneficiários na parcela, implicando ou não na identificação de nova unidade familiar a ser considerada na ocupação daquela parcela. Conseguiu-se assim realizar as ações integrando-as como vem sendo adotado pela SR(06)MG para potencialização das ações em campo, através das equipes regionais de desenvolvimento, equipes de crédito, equipe de infraestrutura e as equipes da Unidade Avançada de Montes Claros e do Escritório Avançado de Uberlândia que atuam conjuntamente sendo que mais de uma ação é executada quando do deslocamento a campo. Iremos destacar a atuação destas.

Em resumo, a Unidade Avançada de Montes Claros foi responsável, em seis meses, de 07/07 à 31/12 de 2017, pelas seguintes ações: 2.155 atualizações cadastrais; 2.040 supervisões e fiscalização de concessão e créditos; 1.644 supervisões ocupacionais; 850 atendimentos ao nosso público (assentados, trabalhadores rurais, proprietários de imóveis rurais, entre outros) na sede da UA de Montes Claros; 475 Contratos de Concessão de Uso – CCU emitidos e entregues aos assentados; e a aplicação de R\$ 1.488.600,00 em concessão de créditos instalações.

Já o Escritório Técnico de Uberlândia, que atende a região do Triângulo Mineiro, da sua criação, 11/10 até 31/12/17, foi responsável por 1.178 supervisões ocupacionais/fiscalizações; 164 emissões de contratos de concessão de créditos para os assentados; 261 emissões de CCUs; 227 vistorias, com laudos, para titulação definitiva das parcelas; 72 Títulos Definitivos já emitidos; e 164 emissões de contratos de concessão de créditos para os assentados.

Estas unidades ajudaram a superar as adversidades e cumprir as metas da SR(06)MG, ou seja, o INCRA conseguiu cumprir, em grande parte, a execução de sua missão institucional de levar fiscalizar o uso da terra destinada a Reforma Agrária, mesmo com as dificuldades que impossibilitaram outros avanços.

iv. Demonstração das estratégias e resultados voltados para o desenvolvimento dos projetos de assentamento

A. Crédito Instalação - Ação 211A PO 01 – Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária.

Devido à ausência do serviço de ATER nos Projetos de Assentamento, a ação de supervisão da Concessão do Crédito Instalação foi desenvolvida exclusivamente pelos servidores do INCRA, que foram responsáveis pela orientação às famílias, recolhimento das assinaturas dos contratos de Crédito Instalação e pela elaboração dos Projetos Técnicos e Produtivos do Crédito Instalação Fomento Mulher e Semiárido.

A ação de fiscalização da concessão do Crédito Instalação se resumiu, exclusivamente, no recebimento das casas construídas ou reformadas por meio das modalidades de Crédito Instalação Aquisição de Materiais de Construção e Recuperação de Materiais de Construção.

Na execução orçamentária da Supervisão e Fiscalização da Concessão de Crédito Instalação às famílias assentadas, houve uma despesa empenhada de R\$ 81.478,09 para custeio da atividade de concessão e fiscalização. Em comparação à execução orçamentária dos anos de 2015 e 2016, conforme Relatório de Gestão 2015 e 2016, houve um acréscimo, respectivamente, de 57,93% e 205,28% nas despesas empenhadas para a supervisão e fiscalização do Crédito Instalação.

Na execução financeira, houve uma despesa liquidada de R\$ 61.420,79 referente a 2.888 créditos supervisionados.

Quanto à ação de Supervisão e Fiscalização da Concessão de Crédito Instalação às famílias assentadas da Reforma Agrária foi estipulada uma meta física de supervisão de 3.000 créditos, cuja execução física totalizou o montante de 2.888 créditos supervisionados, isto é, 96,27% de execução da meta proposta. No entanto, em comparação à execução física dos anos de 2015 e 2016, conforme Relatório de Gestão 2015 e 2016, houve um acréscimo, respectivamente, de 695,59% e 446,97% na supervisão dos créditos.

O fator principal para que a meta física não fosse atingida foi restrição de serviços de ATER nos assentamentos para o acompanhamento, fiscalização e elaboração do Laudo de Conclusão da Aplicação do Crédito Instalação Fomento Mulher.

Ressaltamos que a fiscalização e a elaboração do Laudo de Conclusão da Aplicação do Crédito Instalação Fomento Mulher e Semiárido começará a ser realizada pelos servidores do INCRA no decorrer do ano de 2018.

B. Agroindustrialização - Ação 211A PO 03 – Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização – Terra Sol.

Com recursos orçamentários do exercício de 2016 e 2017, realizamos as alterações nos projetos e planilhas orçamentárias que demandaram aditivos contratuais destacados na Tabela

11, para as obras de construção dos galpões para agroindústria de cana, conforme descrição na tabela abaixo:

Tabela 11. Demonstrativo dos contratos para construção das agroindústrias de cana-de-açúcar, conforme constam nos Relatórios de Gestão de 2012 a 2016.

PA	Município	Famílias Beneficiadas	Descrição do Projeto	Início ou publicação D.O.U.	Valor Total R\$	Orçamento de 2017	Contrato	Vigência
Darcy Ribeiro	Capitão Enéas	25	Construção de Galpões para Beneficiamento de cana de Açúcar	01/10/15	415.556,25	65.115,85	6.000/2015	31/03/18
São Francisco II	São Francisco	60	Construção de Galpão para Beneficiamento de cana de Açúcar	23/12/15	423.363,43	29.246,06	8.000/2015	06/01/18 OBRAS CONCLUÍDAS
Estrela do Norte	Montes Claros	56	Construção de Galpão para Beneficiamento de cana de Açúcar	28/12/15	768.395,55	90.117,37	9.000/2015	28/02/18
Total		141			1.607.315,23	184.479,28		

Fonte: Relatórios de Gestão de 2012 a 2016 e SR(06)F2.

A ação 211A PO 03 permitiu também a aquisição de equipamentos que irão ser utilizados na fiscalização de obras e demais atividades do Programa Terra Sol.

O Convênio SICONV N° 778771/2012 (publicado no DOU em 12/08/15), de responsabilidade de execução pela SEDA - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário de Minas Gerais teve seu prazo de vigência prorrogado até 31/05/2018 e quando concluído beneficiará 1192 famílias (processo administrativo SR-06/MG N° 54170.006912/2012-12).

O objeto do convênio com a SEDA ainda pendente de conclusão (aquisição e instalação de equipamentos para produção de cachaça, açúcar mascavo e rapadura) encontra-se em fase final de instalação dos equipamentos, restando apenas ajustes necessários ao bom funcionamento da agroindústria.

C. Assistência Técnica Especializada para agroindustrialização

O desenvolvimento dos processos produtivos de agroindústrias inseridas nos projetos de assentamento demanda a implementação de uma assistência técnica especializada, capaz de atuar segundo a dinâmica de funcionamento da agroindústria em questão. Entretanto, pode-se afirmar que os assentamentos em Minas Gerais carecem de ações de desenvolvimento anteriores, desde a consolidação na implementação da infraestrutura básica, o acesso aos créditos produtivos e a oferta de insumos primários, que dificultam a elaboração e consolidação de projetos desta natureza.

D. Educação no campo

Esta parte específica compreende três ações – Educação de Jovens e Adultos no Campo (EJA); Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária; e Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação em Assistência Técnica, Pedagógica e Social. Destacamos nessa ação, as atividades de articulação, planejamento e discussão de novos projetos com instituições de ensino parceiras.

Destacamos também o monitoramento de projetos em execução, cujos instrumentos foram formalizados no âmbito do INCRA Nacional e não em nível desta Superintendência Regional.

v. Principais atividades de controle do gestor para assegurar a fidedignidade dos registros informatizados das informações referentes à atividade de desenvolvimento de projetos de assentamento no âmbito da SR, bem como para garantia do alinhamento da estrutura operacional da Superintendência com as estratégias definidas pela direção e a regularidade normativa dos processos (atividades de conferência, revisão, auditorias internas, segregação de funções e autorizações etc.)

Manutenção de Planilhas de Controle da Execução Físico-Financeira em cada Serviço relativo as ações orçamentárias sob sua responsabilidade, instrução processual, alimentação dos sistemas eletrônicos do INCRA – SEI, SIPRA, SNCCI e SIATER, emissão de ordens de serviço, reorganização dos serviços, remanejamento da força de trabalho para atuação em ações estratégicas, definidas pela gestão, planejamento operacional e reuniões periódicas com a equipe.

vi. Demonstração dos resultados dos indicadores de desempenho utilizados pela autarquia na área de desenvolvimento de projetos de assentamento, contextualizado no âmbito da Superintendência, incluindo metas do exercício e estratégia para cumprimento de metas do próximo exercício

A demonstração dos resultados dos indicadores de desempenho utilizados pela SR(06)D, incluindo as metas do exercício e as estratégias para alcance podem ser observadas nos Gráfico 7, Gráfico 8, Gráfico 9, Gráfico 10, Gráfico 11, Gráfico 12, Gráfico 13 e Gráfico 14, sendo que a memória de cálculo dos indicadores podem ser encontrada no item 9.3.

Gráfico 7. Índice de acesso à água para consumo doméstico

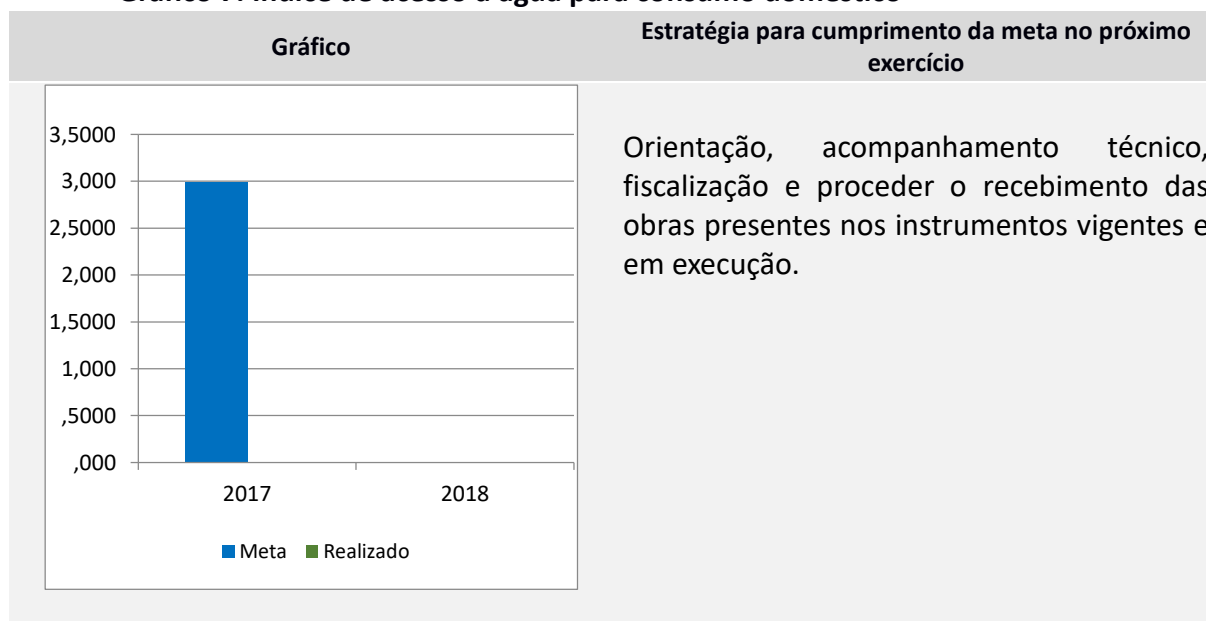
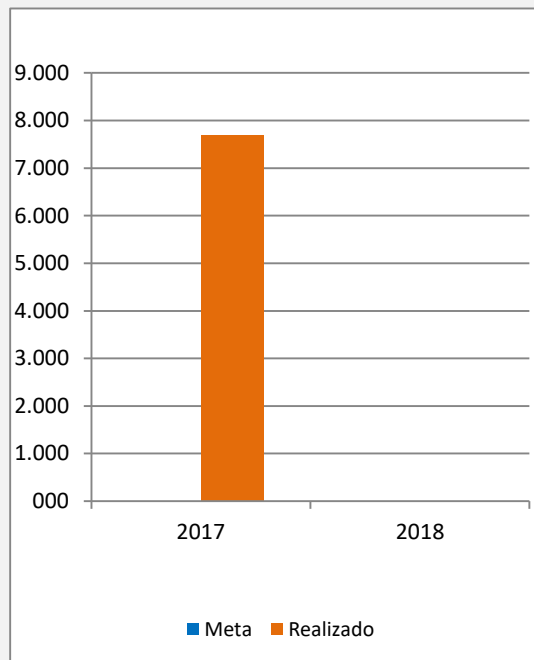


Gráfico 8. Índice de provimento de PDA/PRA

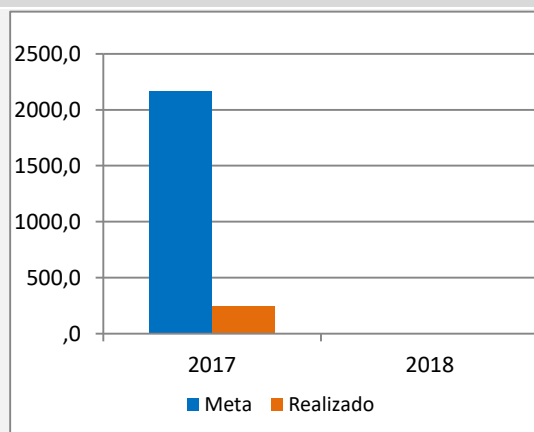


Gráfico 9. Índice de acesso à moradia nos assentamentos.

Gráfico**Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício**

Intensificar a análise da demanda qualificada de assentados da Reforma Agrária para inclusão no Programa Minha Casa, Minha Vida Rural – PMCMVR, com apoio das Equipes Regionais de Desenvolvimento.

Gráfico 10. Número de contratos firmados pelas famílias com acesso ao Pronaf ou outra linha de crédito voltada à população.

Gráfico**Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício**

Contar com o apoio das Equipes Regionais de Desenvolvimento para operacionalização das modalidades de crédito instalação cabíveis em cada PA.

Gráfico 11. Índice de provimento de assistência técnica.

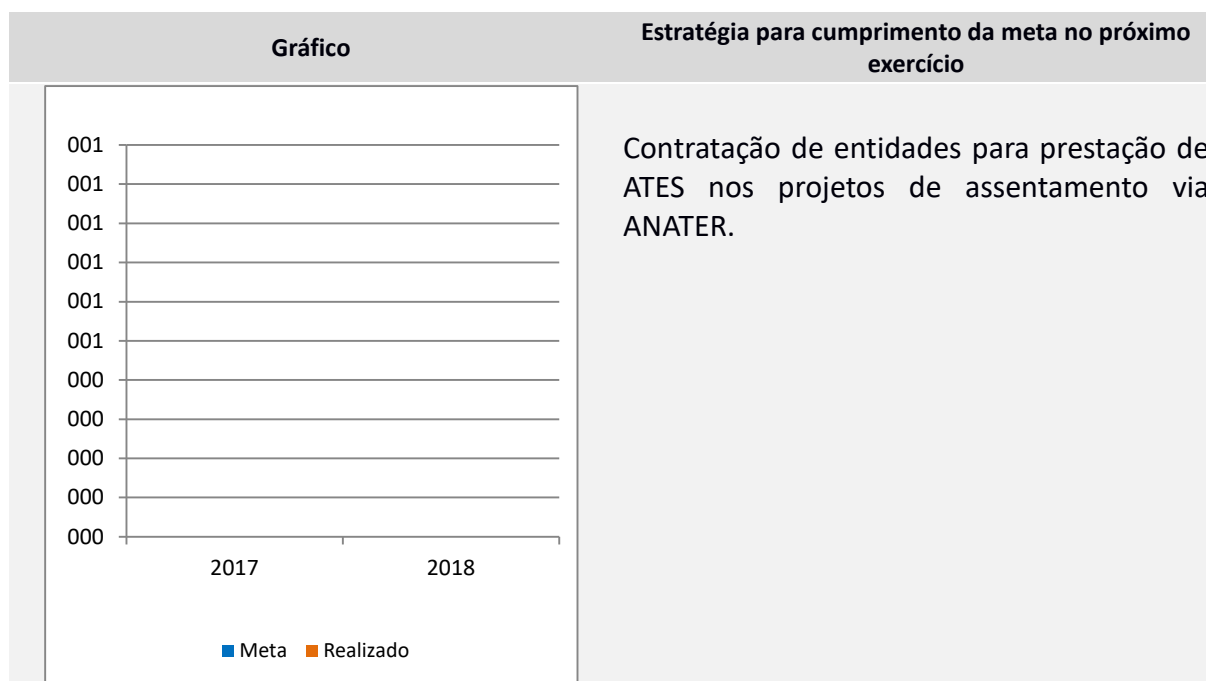


Gráfico 12. Renda média das famílias (por amostragem).

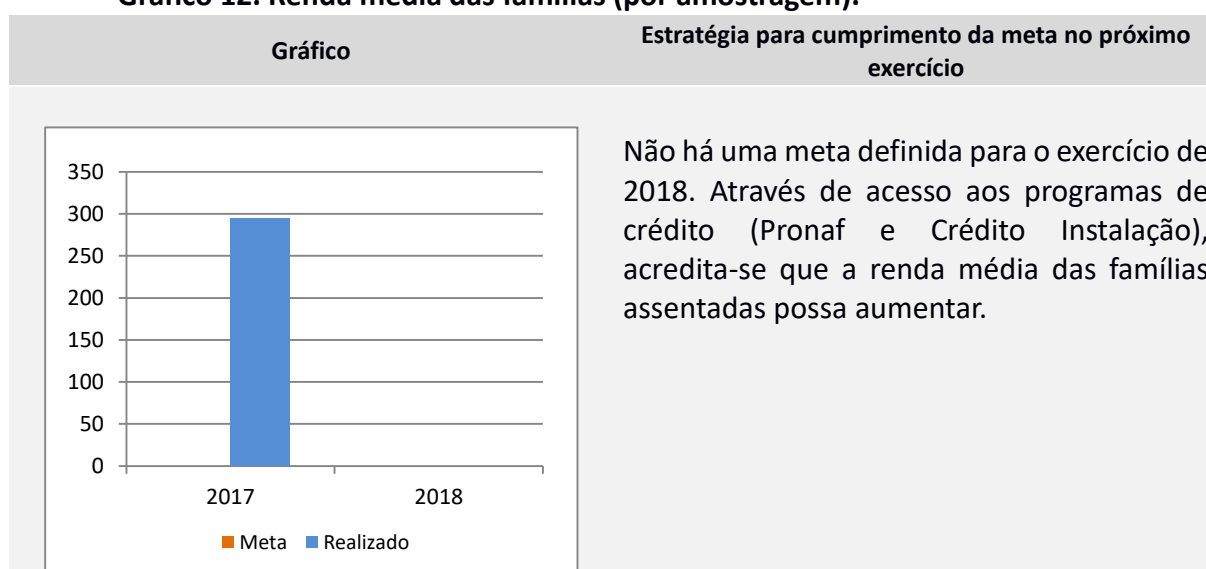


Gráfico 13. Índice de parcelas supervisionadas.

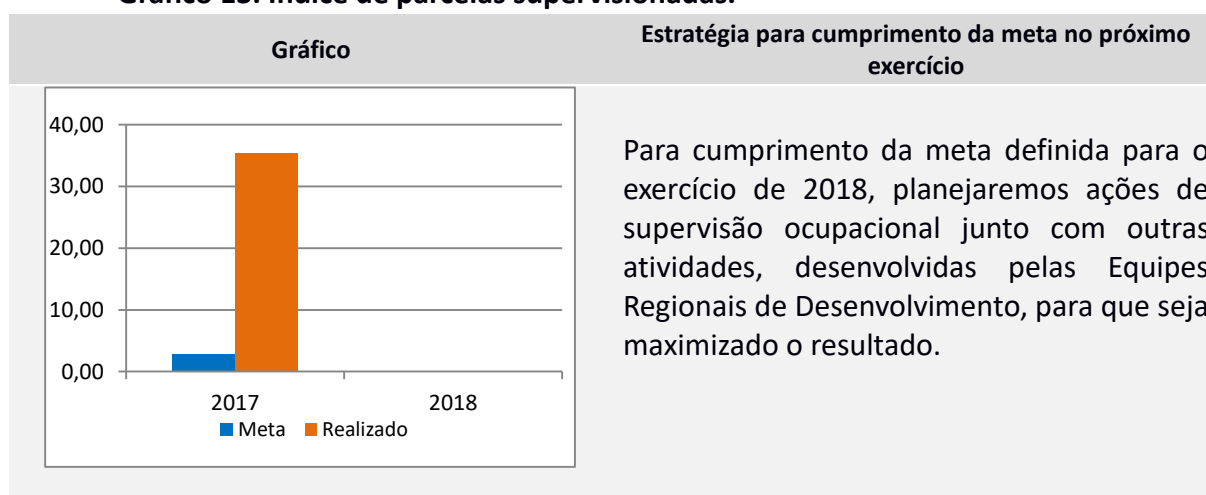
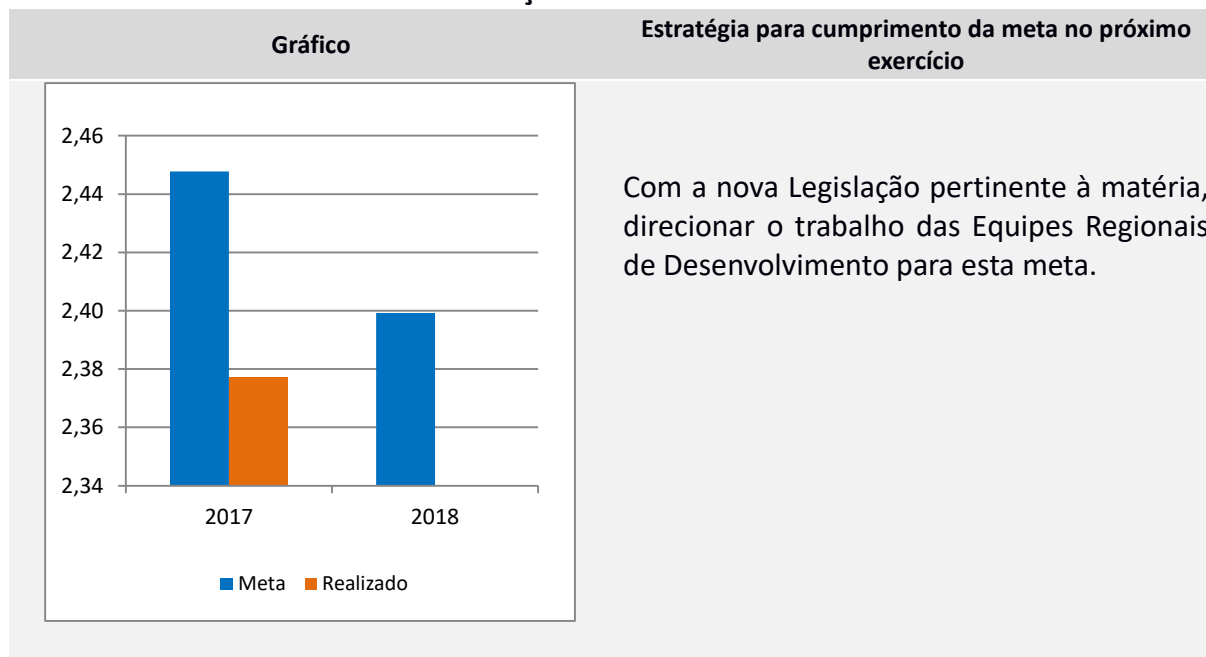


Gráfico 14. Índice de consolidação de assentamentos.



vii. Detalhamento da atuação dos agentes de assistência técnica rural nos projetos de assentamento

A. Ação 210S PO 02 e 03 – Assistência Técnica e Extensão Rural para Reforma Agrária

Durante o exercício de 2017, deu-se prosseguimento ao acompanhamento da execução do Contrato CRT/MG/Nº. 8.000/2012, contemplando, até seu encerramento em abril de 2017, 1.183 famílias assentadas em 25 projetos de assentamento, bem como aos 10 contratos oriundos do resultado das Chamadas Públicas INCRA/SR-06/MG/Nº. 1 e 2/2013, atendendo a 3.004 famílias em 63 projetos de assentamento, até o seu encerramento em abril de 2017. Desta forma, um total de 88 projetos de assentamento e 4.187 famílias foram beneficiadas com acesso à assistência técnica. Devido às dificuldades apresentadas pelas prestadoras para encerramento das atividades e envio no SIATER, a equipe do Núcleo de ATES manteve-se durante o ano de 2017 analisando os produtos enviados via SIATER e buscando resolver problemas relacionados ao pagamento dos mesmos. Espera-se executar, no exercício de 2018, os pagamentos pendentes de contratos anteriores, visando ao cancelamento do grande volume de RAP correspondente a ATES no âmbito da SR06.

As atividades de fiscalização dos contratos foram continuadas para o encerramento dos contratos, sendo fiscalizados oito Núcleos Operacionais: Montes Claros, Montalvânia, Jaíba e Gameleiras, referentes ao contrato 8.000/2012; e Belo Horizonte, Uberlândia, Paracatu I e II, referentes aos contratos celebrados através das Chamadas Públicas 01 e 02/2013.

viii. Avaliação do cumprimento de condicionantes dos assentamentos que possuem licenciamento ambiental ordinário em vigor

Este item não se aplica a SR(06)MG, pois deve ser preenchido apenas por Superintendências com Jurisdição na Amazônia Legal.

4 Governança, gestão de riscos e controles internos

4.1 Atuação da unidade de auditoria interna

A auditoria interna no INCRA tem por base as premissas estabelecidas na Instrução Normativa Conjunta do MP e CGU nº 01/2016. A autarquia possui regras claras de responsabilidades em sua estrutura funcional, consignadas no seu regimento interno.

Nesse contexto integra a estrutura organizacional do INCRA a Auditoria Interna – AUD, órgão seccional de assessoria do Conselho Diretor cujas competências estão previstas no artigo 54 do regimento, dentre as quais insere-se o planejamento, acompanhamento e controle das ações de auditorias, inclusive nos órgãos e unidades descentralizadas dessa Autarquia.

No âmbito das Superintendências Regionais não existe um setor correspondente vinculado diretamente à Auditoria. Desse modo, nos termos do art. 111, alínea II, inciso “p” do Regimento Interno, às demandas da Auditoria Interna do INCRA é atribuído ao Gabinete, por meio da Assessoria de Planejamento e Controle – Asplan.

Portanto, os procedimentos, métodos, ou rotinas de controle interno do INCRA são executados diretamente pela unidade central por meio do órgão seccional específico, com o devido suporte que se fizer necessário por parte da SR(06)MG. Não obstante, no período em análise, não foram apresentadas demandas da auditoria interna a esta UPC.

4.2 Gestão de riscos e controles internos

4.2.1 Principais controles instituídos para garantir o alinhamento da Superintendência ao planejamento estratégico

O controle interno é um conjunto de atividades, planos, métodos, indicadores e procedimentos interligados, utilizados para assegurar a conformidade dos atos de gestão e concorrer para que os objetivos e metas estabelecidas sejam alcançados. Dessa forma e por força regimental, essa UPC, por atuar como executora do planejamento estratégico estabelecido pela Autarquia, no âmbito de sua circunscrição, adota as políticas, ações e procedimentos estabelecidos pelo INCRA/SEDE para avaliar e acompanhar a execução de suas atividades.

Esse processo de atuação conjunta - integrado ao processo de gestão em todas as áreas e em todos os níveis do INCRA, estruturados nos normativos legais criados pela Autarquia e no Sistema de Monitoramento das Informações Rurais (SIR) - serve para o enfrentamento dos riscos e fornecem razoável segurança de que, na consecução da missão, dos objetivos e das metas institucionais, os princípios constitucionais serão obedecidos. Ademais, por estar alicerçado nas leis e normas legais, o controle efetuado por esta UPC assegura a eficiência, eficácia e legalidade às ações e tomadas de decisões, promovendo a integridade e confiabilidade das informações produzidas e sistematizadas.

Após publicação da Lei Orçamentária Anual – LOA, é elaborado o Plano de Metas e Créditos Orçamentário (ou caderno de metas), submetido à aprovação do Conselho Diretor - CD e, posteriormente, publicado no Diário Oficial da União – DOU.

O Caderno de Metas visa orientar a execução dos trabalhos, quantificando o que deve ser feito em cada unidade da Autarquia e informando o valor definido para a execução,

Durante a elaboração do Caderno de Metas, a UPC realiza o planejamento estratégico anual, fornecendo informações para a elaboração da programação física e obtendo dados para a composição do planejamento orçamentário.

Todos os Programas, Ações Orçamentárias e correspondentes Planos Orçamentários constantes do plano operacional de atuação UPC, encontram-se vinculados, por meio do Caderno de Metas ao Plano Plurianual - PPA 2016-2019.

O Monitoramento da execução física financeira é realizado, desde o ano de 2009, por meio do Módulo de Monitoramento do SIR, e a partir do ano de 2016 por relatórios automáticos do Tesouro Gerencial, com periodicidade semanal, encaminhado para as caixas de e-mail dos gestores.

Complementando os dados consolidados lançados no Sistema de Monitoramento mencionado, são elaboradas planilhas de detalhamento dos dados, divulgadas na rede interna nacional da Autarquia composta pela plataforma wiki.INCRA.gov.br.

A avaliação de desempenho consiste no monitoramento sistemático e contínuo do desempenho do INCRA e dos seus servidores, tendo como referência as metas institucionais – globais (da autarquia como um todo) e intermediárias (da cada SR e Diretoria) – e as metas individuais. Como instrumento de gestão essa avaliação permite a identificação de aspectos que podem ser melhorados na instituição, subsidiando possíveis adequações ou revisões estratégicas.

Portanto, ao integrar as metas de planejamento e de Avaliação Institucional, o INCRA busca qualificar sua gestão, construindo excelência administrativa, condição indispensável para garantir o alinhamento da Superintendência ao planejamento estratégico.

4.2.2 Principais controles instituídos pela Superintendência para assegurar a fidedignidade das informações sobre sua atuação nos registros informatizados do INCRA e sistemas corporativos da administração pública

Todos os sistemas de informação utilizados na autarquia possuem acesso restrito e controlado através de senhas pessoais e intransferíveis, conforme definido na Política de Controle de Acesso – PCA, conforme Portaria INCRA nº 587 de 18 de outubro de 2013. Por sua vez, para assegurar a continuidade dos sistemas de informação estratégicos (SIPRA, SIGEF, SNCCI e Sala da Cidadania) e manter as bases de dados corporativos, o INCRA conta com uma sala-cofre implantada na própria sede e também utiliza a infraestrutura do Serpro para o Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR.

Além disso, todos os dados lançados ou alterados nos diversos sistemas utilizados, em algum momento, dependem de aprovação de autoridade competente e tais informações são amparadas, na sua grande maioria, em processos físicos ou documentos arquivados cujos lançamentos foram devidamente homologados pela autoridade competente.

Outros integrantes do arcabouço de controles instituídos são os normativos internos, os processos físicos, neles se encontram os documentos comprobatórios do que está sendo inserido nos sistemas, as rotinas de "checklist" (conferência) de processos, controle de usuários dos sistemas (fichas de cadastro) e possíveis rotinas que eventualmente são adotadas para checar, por exemplo, se os dados de uma RB estão corretos.

O monitoramento por meio do SIR consolida dados da execução física para indicadores que não podem ser obtidos diretamente de sistemas como SNCCI e SNCR. Esses dados são apresentados por servidores que acompanham a execução física nos diversos setores e prestam informações extraídas dos processos administrativos de acompanhamento.

Os dados consolidados SIR são detalhados em planilhas divulgadas mensalmente no ambiente “wiki INCRA”, acessível por todos os servidores, com o login e senha de rede.

Os dados consolidados e os dados detalhados são conferidos pelos informantes pela DEA-1 e pelos órgãos de controle, por meio da rede de dados. Observa-se que quanto mais os dados são acessíveis e consultados, como parte da rotina, maior o número de conferências realizadas e maior a confiabilidade da informação. As inconsistências verificadas no monitoramento, decorrem do atraso na obtenção das informações e em dificuldades operacionais para realização da correção, seja pela baixa amigabilidade da interface do sistema, bastante antigo, e da necessidade de intervenção direta do Superintendente na realização das correções. As correções realizadas,

por questão de transparência, encontram-se no processo administrativo nº.54000.011596/2017-59.

A implantação do SEI, em outubro de 2017, poderá melhorar significativamente os sistemas de controle, sendo necessário adaptar o fluxo do trabalho de monitoramento.

Portanto observa-se a existência de diversas ferramentas que ainda não foram utilizadas em sua plenitude, e para tal espera-se maior estruturação da área de planejamento e controle e maior integração desse setor com a linha de apoio e com a linha de execução da unidade.

4.2.3 Avaliação, pelos próprios dirigentes da Superintendência, dos controles internos administrativos instituídos na Superintendência, de acordo com os critérios descritos no item 9.1

Os objetivos e metas da UPC estão formalizados e as atividades de controle adotadas estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.

A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento e os mecanismos gerais de controle instituídos pela UPC são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.

As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades e eventuais fraudes e desvios são apurados em por meio de sindicâncias.

A participação dos servidores e terceirizados nas atividades de controle e monitoramento ainda é pequena. Aliados a isso, as ferramentas de controle e monitoramento carecem de melhorias. Dessa forma, as atividades de controle adotadas pela UPC ainda não são apropriadas e não funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.

O sistema de controle interno da UPC não tem passado por avaliações de validade e qualidade ao longo do tempo e não tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas, contribuindo para seu baixo desempenho.

Muito do sucesso almejado está atrelado ao aproveitamento da solução SEI, recém implantada, para o qual os servidores ainda estão sendo capacitados e incentivados a desenvolver novos fluxos de trabalho.

No entendimento desta gestão, o INCRA através de seu alto comando, deve buscar implementar melhorias em controle de processos e de procedimentos, em análise de risco e de oportunidades, no planejamento estratégico, tático e operacional, entre outros pontos.

Pensamos que o INCRA precisa melhorar seus projetos, principalmente os de assentamentos, pois a Autarquia não tem uma política clara de planejamento, monitoramento e avaliação. Como consequência o Instituto possui baixa maturidade na gestão/gerenciamento de projetos e deve buscar a implementação Escritório de Gestão de Projetos - EGP para ganhar maturidade em gerenciamento de projetos.

Consideração a literatura sobre o EGP e adaptando aos modelos já existentes, a Autarquia poderá superar suas dificuldades com a implementação deste modelo e terá no futuro um banco de projetos para nortear o futuro do Instituto.

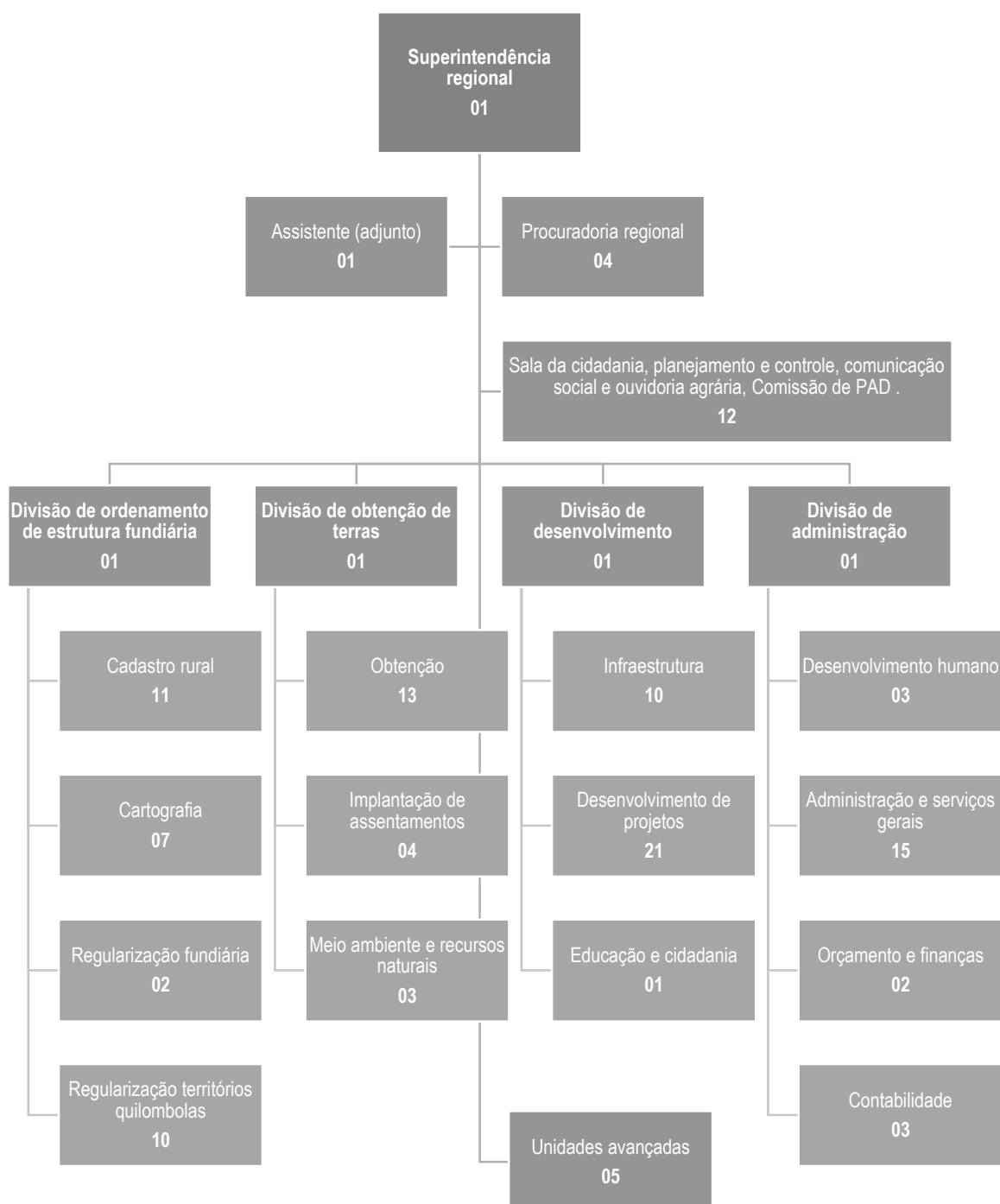
A avaliação completa dos controles internos encontra-se no item 9.1.

5 Áreas especiais da gestão

5.1 Gestão de pessoas

5.1.1 Estrutura de pessoal da unidade

Quadro 21. Organograma e distribuição dos servidores na SR(06)MG



i. Análise da distribuição

As Superintendências Regionais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA tem estrutura, atribuições e competências estabelecidas em lei. O organograma acima representa o padrão estabelecido no regimento interno da autarquia e foi preenchido com a quantidade de servidores lotados em cada estrutura da Superintendência.

Em relação ao Quadro 21, dos 132 (cento e trinta e dois) servidores existentes no quadro de pessoal da SR(06)MG, dois encontram-se afastados para participar de curso de capacitação/Pós Graduação. Destacamos também que sete servidores não pertencem ao quadro efetivo, sendo 3 (três) servidores com função comissionada, três procuradores do quadro da Advocacia Geral da União – AGU com exercício descentralizado e um servidor anistiado do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM cedido a esta unidade.

Pertencem ainda ao nosso quadro de pessoal um servidor cedido para a Presidência da República, uma servidora que esta cedida para a Defensoria Pública da União, um servidor cedido para o Estado, um servidor em exercício na Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário da Casa Civil e uma servidora em gozo de licença para acompanhar cônjuge.

Nosso corpo funcional é bastante qualificado, a escolaridade de 74% dos servidores é de nível superior. Também salientamos que 71% dos servidores são do gênero masculino. Em relação à distribuição de pessoal, a grande maioria, devido formação e aptidão, é lotada na área finalística, causando certo desequilíbrio, porém essa concentração se justifica visto que as inúmeras atividades desenvolvidas na área fim demandam uma quantidade maior de servidores para sua execução.

5.1.2 Ingresso/Desligamento de servidores

A reposição do quadro de servidores do INCRA continua sendo um grande desafio para os gestores da instituição. A perspectiva de contratação de novos servidores não pode ser considerada, uma vez que não há previsão de autorização para realização de concurso público visando à recomposição da força de trabalho.

Ao longo de 2017, recebemos um total de cinco servidores em nossa Superintendência, sendo quatro advindos de remoção de outras Regionais e a nomeação de um servidor para ocupar cargo em comissão. Todavia, também sofremos uma redução no quadro de pessoal de quatro servidores, pois ocorreram três aposentadorias e uma cessão para outro órgão.

5.1.3 Da idade dos Servidores

De acordo com dados do SIAPE, 50% dos servidores lotados nesta unidade possuem idade superior a 50 anos. No cenário atual, 22 servidores do quadro podem solicitar sua saída da ativa imediatamente. Este número inevitavelmente aumentará nos próximos 5 anos, tendo em vista o envelhecimento do quadro de pessoal permanente e a ausência de realização de concurso.

5.1.4 Análise da estratégia das ações de disseminação de conhecimento e aprendizagem

Desenvolver pessoal e profissionalmente, o quadro funcional do INCRA é o principal objetivo dos eventos de capacitação oferecidos pela Autarquia. As práticas educacionais continuadas visam promover o desenvolvimento do servidor para que ele possa atuar de forma eficiente e eficaz no contexto do trabalho.

Foram oportunizados eventos de capacitação, atendendo tanto a área administrativa como a finalística. Além dos cursos de curta duração foram continuados e/ou concluídos quatro cursos de pós-graduação. Ressalta-se que tais ações foram ofertadas segundo a demanda dos servidores e de acordo com a linha de competência específica.

Ao longo do ano, 88 servidores foram capacitados, num total de 2308 horas/aula. Conseguimos superar a nossa meta física estabelecida no Caderno de Metas 2017, de nove servidores capacitados. A grande maioria das capacitações foi realizada à distância.

Em relação à execução orçamentária, podemos afirmar que foi um ano difícil, pois a ação de capacitação contou com pouco recurso financeiro, devido aos cortes orçamentários ocorridos em 2017. A Superintendência recebeu uma provisão de R\$ 21.411,20 para capacitar seus servidores. Empenhamos, liquidamos e pagamos 95% desse valor, ou seja, R\$ 20.509,71. Fizemos muito com pouco, pois priorizamos os eventos e treinamentos de capacitação ofertados por Escolas de Governo e capacitações no município de lotação do servidor evitando com isso, despesas com deslocamentos e diárias.

ii. Indicadores relacionados

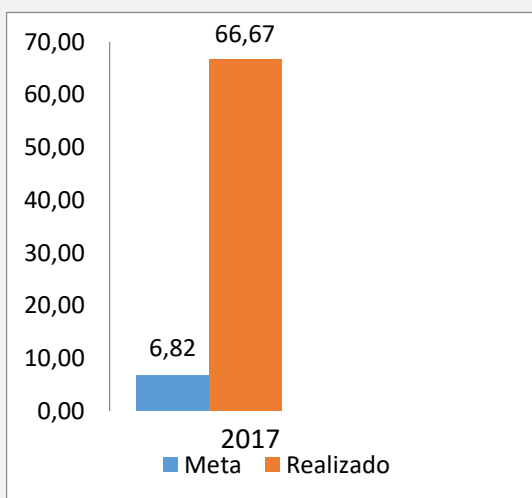
Os indicadores relacionados disseminação de conhecimento e aprendizagem estão exposto nos Gráfico 15 e Gráfico 16. A memória de cálculo dos indicadores pode ser encontrada no item 9.3.

Gráfico 15. Índice de abrangência de capacitação

Índice de abrangência de capacitação

Gráfico

Análise

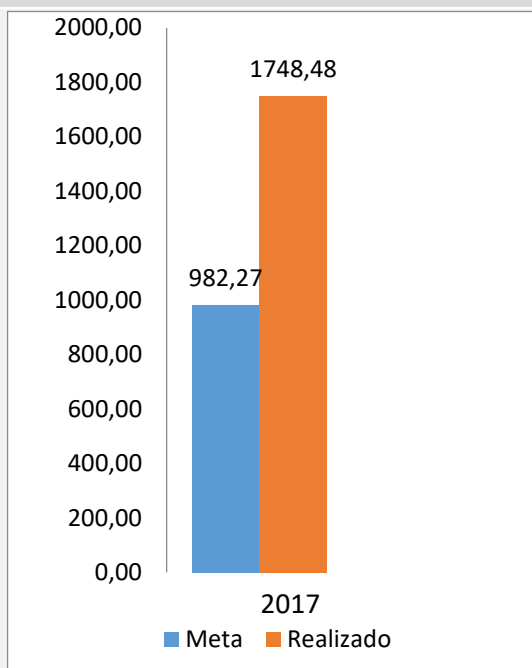


Em 2017, a meta física da ação de capacitação foi superada. Capacitamos 88 servidores, ou seja, um índice de abrangência de capacitação de 66,67%. Foram considerados para o cálculo 132 servidores tendo em vista que dos 137 servidores que compõe o quadro de pessoal 1 (um) esta cedido para a Presidência da República, 1 (um) esta cedido para o Governo de Estado, 1 (um) esta cedido para DPU, 1 (um) esta com exercício no MDA e 1 (uma) servidora esta de licença para acompanhar o cônjuge, não podendo serem capacitados. Vale ressaltar que esta ação contabiliza “oportunidades de capacitação”. Então se um mesmo servidor realizar diversas atividades de capacitação no decorrer do ano, todas essas são contabilizadas.

Gráfico 16. Índice de horas de capacitação

Gráfico

Análise



Para efeito de análise desse indicador, foram consideradas apenas as horas de capacitações dos cursos de curta duração.

Em 2017, 3 servidores estavam realizando capacitação Pós-Graduação (Mestrado/Doutorado) cujas horas não foram computadas para o cálculo do índice.

LUIS RENATO SILVA TAVEIRA – Doutorado em Ciência do Solo. Curso iniciado em 31/08/2015 com previsão para término em 30/08/2018, com total de 825 horas/aulas.

DANIEL ALCANTARA DOMINGUES FLEMING – Mestrado em Ciências Jurídico Política/Menção em Direito Constitucional. Curso iniciado em setembro/2015, concluído em setembro/2017, com total de 1.240 horas aulas.

SILVIA HELENA DE SOUZA FERARI – Mestrado em Ciências ambientais e Florestais. Curso iniciado em 08/03/2017 com previsão de término em 07/03/2018.

6 Relacionamento com a sociedade

6.1 Canais de acesso do cidadão

Em atenção à evolução tecnológica premente na sociedade, a SR(06)MG tem direcionado o atendimento ao público para os canais digitais já desenvolvidos pelo INCRA (Sede), como a Sala da Cidadania Digital, ou por órgãos de controle, como o Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão e o Sistema de Ouvidoria do Poder Executivo Federal.

Entretanto, uma parte do público atendido tem dificuldade ou restrição de acesso à equipamentos de informática e à internet. Por este motivo, os meios tradicionais de atendimento (via telefônica, postal ou presencial) ainda têm relevância no relacionamento com a sociedade. Todavia, torna-se difícil mensurar cada uma dessas modalidades analógicas.

A Sala da Cidadania Digital recebeu 33.469 registros de atendimentos nos serviços disponibilizados referentes a SR(06)MG. A Sala da Cidadania presencial, no prédio da Superintendência em Belo Horizonte, atendeu a 3.055 solicitações. Os números, confrontados, podem indicar a preferência dos cidadãos pelo meio digital de atendimento.

Por meio da Sala da Cidadania Digital é possível, entre outros serviços, solicitar a emissão e a impressão da guia de recolhimento específica para a quitação dos débitos relativos ao Crédito Instalação; emitir o Certificado de Cadastro de Imóvel Rural; encaminhar o georreferenciamento do imóvel rural para certificação via Sistema de Gestão Fundiária; emitir certidões para os assentados utilizarem em pedidos de aposentadoria; obter informações sobre emissão de DAP para acesso ao Pronaf e informações sobre registros no SNCR para produtores ou empregados rurais entrarem com pedido de aposentadoria.

No mesmo período, foram registrados 78 pedidos de acesso à informação, à Superintendência, por meio do e-SIC, o que corresponde à 10,39% dos 745 pedidos à todas as unidades do INCRA. Apenas 3 pedidos de acesso à informação foram protocolizados presencialmente, em formulário de papel na unidade. Atendendo-se à Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011) os prazos para atendimento das demandas são acompanhados pelo e-SIC.

Adicionalmente, o relacionamento com a sociedade é realizado, de forma mediada, pela assessoria de comunicação social, no atendimento às demandas da imprensa que acabam por ampliar o acesso às informações repassadas. Por este canal, foram feitos 20 atendimentos, a 15 meios de comunicação diferentes, sendo 4 por telefone e 16 por e-mail.

Quadro 22. Demandas registradas pela Ouvidoria Agrária Nacional em 2017

Demanda e atendimento de registros feitos por intermédio da Ouvidoria do Incra Sede que se referem à atuação da Superintendência

Natureza da demanda	Quantidade de solicitações	Atendidas	Atendidas no prazo
Denúncia	2	0	0
Reclamação	0	0	0
Sugestão	0	0	0
Pergunta	2	2	2
Solicitação	3	3	3
TOTAL	7	5	5

i. Análise gerencial dos principais problemas e soluções aplicadas, bem como as formas de prevenção

O acesso dos cidadãos aos serviços do INCRA por meio da internet tem sido estimulado progressivamente. A Sala da Cidadania Digital é o sistema adotado pelo INCRA, desde abril de

2014, para atendimento de demandas e informações de assentados e proprietários de imóveis rurais. Novos serviços são agregados ao portal continuamente.

O acesso aos serviços também é feito por e-mail, telefone e correios, além do atendimento presencial, seja na Superintendência, em Belo Horizonte, seja no interior por equipes de trabalho deslocadas para atendimento nos assentamentos, em áreas de regularização fundiária ou de conflitos instalados. A forma de medir os atendimentos por telefone, bem como os assuntos de que tratam e controlar a integridade das informações repassadas é um fator que deve ser avaliado para aprimoramento.

Outro sistema, em fase de implantação, é o SEI, por meio do qual os interessados poderão acompanhar os processos administrativos, inclusive como usuários externos. A implantação da possibilidade de consulta externa ao andamento processual e ao peticionamento eletrônico, provavelmente vai ter efeito relevante na demanda por outros canais de atendimento.

Esses aperfeiçoamentos visam ampliar o acesso dos beneficiários e aumentar a produtividade dos servidores, que passam a executar apenas as tarefas que não podem ser automatizadas.

A Ouvidoria Agrária de Minas Gerais dispõe de razoável infraestrutura de funcionamento, permitindo o atendimento presencial dos trabalhadores rurais e seus representantes, na Superintendência do INCRA em Belo Horizonte.

No ano de 2017, a Ouvidoria Agrária Regional acompanhou o andamento de 34 reuniões realizadas pela Polícia Militar de Minas Gerais para articulação e cumprimento de liminares de reintegração de posse; 21 audiências realizadas na Vara Agrária de Minas Gerais e 24 reuniões realizadas pela Mesa de Diálogo do Estado de Minas Gerais.

O Quadro 23 apresenta o atendimento realizado, no ano de 2017, incluída a demanda intermediada pela Ouvidoria Agrária Nacional, informada no quadro anterior.

O registro dos atendimentos realizados em fichas e tabelas de monitoramento acessíveis por meio da rede de dados reforçam a qualidade da informação prestada e disponibiliza informações da atuação da ouvidoria para os setores que necessitam das informações.

Quadro 23. Demandas registradas pela Ouvidoria Agrária Regional em 2017

Demandas trabalhadas pela Ouvidoria Regional			
<i>Demanda total de atendimento</i>			
Natureza da demanda	Quantidade de solicitações	Atendidas	Atendidas no prazo
Denúncia	8	0	0
Reclamação	3	3	3
Sugestão	0	0	0
Pergunta	2	2	2
Solicitação	33	30	30
Reintegração de posse/acampados	79	79	79
TOTAL	125	114	114

7 Informações contábeis e desempenho orçamentário e financeiro

Visando aprimorar as informações que serão apresentadas sobre os resultados alcançados no exercício, os dados sobre desempenho orçamentário foram tratados no Capítulo 3 – Planejamento Organizacional e Resultados.

7.1 Desempenho financeiro do exercício

Quadro 24. Principais Receitas da SR.06 em 2017

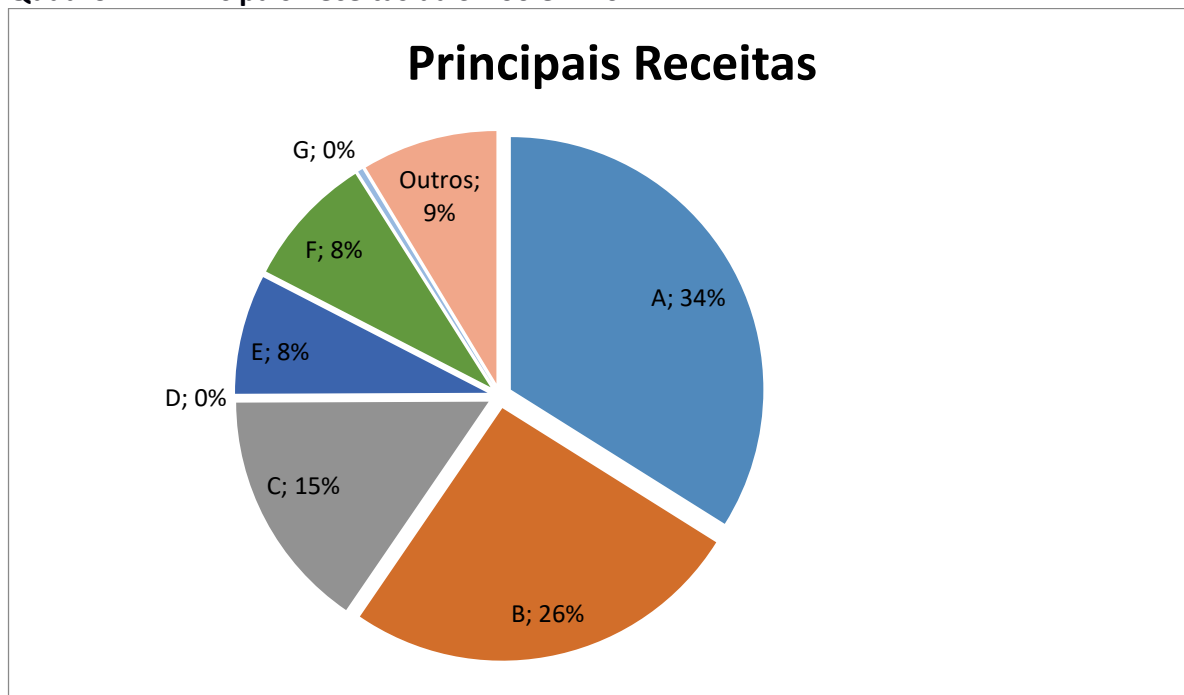


Tabela 12. Principais Receitas da SR.06 – 2015 a 2017

Principais receitas (em milhares de reais)	2015	2016	2017
A – Contribuição para desenvolvimento de Assentamentos	6.900	5.543	4.837
B – Locação de Mão de Obra – Administração da Unidade	3.211	4.014	3.655
C – Obras e Instalações para Desenvolvimento de Assentamento	2.648	33	2.195
D – Aquisição de Imóveis para Criação de Assentamento	2.241	1.063	0
E – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	1.567	981	1.089
F – Diárias	685	809	1.204
G – Passagens e Despesas com Locomoção	147	245	46
Outros – Material de Consumo, Obrigações Tributárias, Equipamento e Material Permanente, Indenizações e restituições, Despesa do exercício anterior e outros benefícios	179	259	1.235
Total	17.578	12.947	14.261

Fonte: WIKI/INCRA/Siafi

As Superintendências Regionais são órgãos descentralizados às quais competem coordenação e execução das atividades para elas planejadas, na área de atuação e definidas em regimento interno, assim, não se trata de Unidade Orçamentária - UO, portanto não recebe receitas diretamente da Lei Orçamentária Anual - LOA, recebendo, portanto, recursos / créditos descentralizados da Sede do Instituto Nacional de Colonização e Reforma agrária – INCRA, localizado em Brasília. Nesse sentido, as informações consideradas como receitas são os créditos descentralizados cuja principal fonte (98%) é outras contribuições sociais.

Analisando-se o orçamento de 2017, foi observado que houve um aumento de 10% em relação a 2016. Nota-se que, em 2017, as contribuições para o Desenvolvimento de Assentamentos diminuiu em relação a 2016, representando em 2017 uma média de 33% do orçamento. E 15% do orçamento foi destinado para Obras e instalações para o Desenvolvimento de assentamento, tendo um aumento significativo em relação ao ano anterior. Houve um aumento de outras receitas/material permanente com a compra de 6 caminhonetes novos, melhorando a capacidade operacional da Superintendência. Já na aquisição de imóveis para criação de assentamento não foi destinado valores para esta atividade. As demais atividades mantiveram a mesma média.

Quadro 25. Principais Despesas da SR.06 em 2017

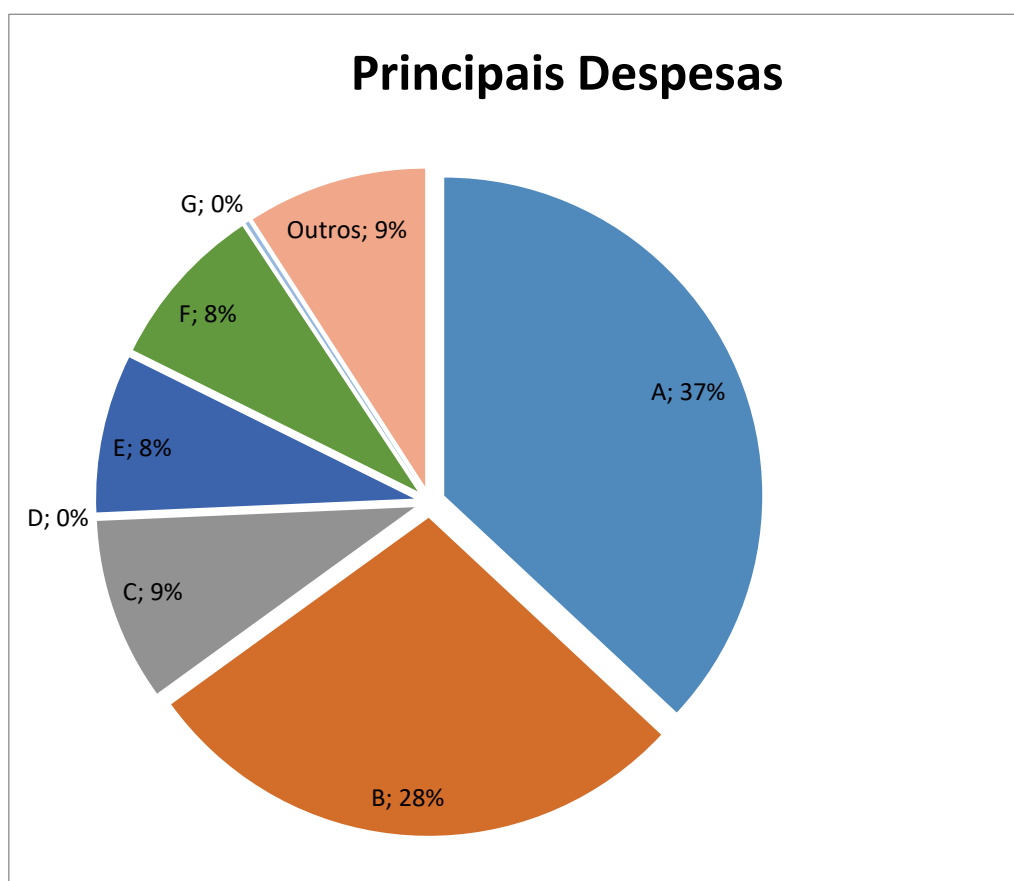


Tabela 13. Principais Despesas da SR.06 – 2015 a 2017

Principais despesas <i>(em milhares de reais)</i>	2015	2016	2017
A – Contribuição para desenvolvimento de Assentamentos	6.888	5.543	4.809
B – Locação de Mão de Obra – Administração da Unidade	3.211	4.014	3.655
C – Obras e Instalações para Desenvolvimento de Assentamento	2.648	33	1.208
D – Aquisição de Imóveis para Criação de Assentamento	2.241	1.063	0
E – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	1.536	966	1.044
F – Diárias	649	618	1.090
G – Passagens e Despesas com Locomoção	147	140	23
Outros – Material de Consumo, Obrigações Tributárias, Equipamento e Material Permanente, Indenizações e restituições, Despesa do exercício anterior e outros benefícios	151	188	1.187
Total	17.471	12.565	13.016

Fonte: WIKI/INCRA/Siafi

Em 2017, a concentração de despesas da Superintendência ocorreu nas Contribuições para Desenvolvimento de Assentamentos, seguida da despesa com locação de mão de obra terceirizada -administração da unidade. Fazendo a comparação do orçamento de 2016 com o orçamento de 2017, percebe-se que as despesas com obras e instalações para desenvolvimento de assentamento teve um aumento significativo, com assinatura de 15 convênios com as Prefeituras para melhoria dos assentamentos. Houve um aumento significativo em outros/ material permanente com a compra de seis caminhonetes novas, aumentando a capacidade operacional da Superintendência. É importante registrar que as informações se referem às despesas empenhadas no exercício.

A gestão desta Regional do INCRA, no exercício de 2017, assim como todo o Serviço Público, enfrentou um cenário de crise econômica e política, que vem se estendendo pelo menos uns três exercícios no país. Esta realidade impõe aos gestores públicos uma adaptação à escassez de recursos, com necessidade de se buscar, ainda que com severos cortes orçamentários e financeiros, soluções e medidas que visem minimizar esses impactos e alcançar nossa missão institucional, a reforma agrária e o ordenamento fundiário, para qual o órgão foi criado.

Mesmo diante das dificuldades apresentadas, esta Superintendência Regional, buscou manter uma postura de desenvolvimento, no que diz respeito às nossas ações governamentais. E aqui destacamos que das despesas realizadas em 2017, no âmbito administrativo, houveram melhorias na infraestrutura e no ambiente de trabalho do Órgão.

Destacamos que foram adquiridas: 130 cadeiras de escritório, nove aparelhos de ar condicionado, três frigobares, nove televisores, dois scanners, 50 tablets, 11 camionetes entre outras.

O êxito na concretização dessas aquisições, possibilitou renovar móveis e equipamentos que não mais atendiam sua finalidade, e ainda modernizar as ferramentas disponibilizadas aos servidores e colaboradores do SR(06)MG.

Fazendo um breve histórico nas aquisições do gênero, indicamos que a última compra de mobília desta Superintendência, ocorreu em 2012 e de veículos em 2009.

As condições, em vista do tempo de uso desses bens, já impactavam diretamente na rotina das atividades desta Superintendência. No que diz respeito a frota de veículos do SR(06)MG, destacamos como consequências negativas a ocorrência de: incidentes (atrasos, impedimentos, interrupções) nos deslocamentos, alto custo de manutenção e risco de acidente para os servidores, uma vez que, nossas atividades estão ligadas, essencialmente, à deslocamentos para

o interior do Estado. Logo, as condições dos veículos já estavam prejudicando o alcance de nossas metas institucionais, sendo assim, as novas viaturas representaram um importante apoio em nossas ações.

O uso de tecnologias que modernizem e tornem mais eficiente o serviço público, é um dever que vem se impondo à Administração Pública, tendo em vista, nosso contexto social. Sendo assim, fazemos referência a implantação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), que se concretizou no ano de 2017.

O SEI foi criado e implantado, com o objetivo de promover maior eficiência administrativa, com redução de uso de papel, compartilhamento de conhecimento e rapidez na prestação de informações. O referido sistema exigiu do SR(06)MG intensas mudanças em nossas rotinas operacional e administrativa, já que, este vem gerindo e virtualizando todos os nossos processos físicos. Considerando essas mudanças, as aquisições realizadas (scanners e tablets) são importantes nesse processo de modernização, já que possibilitam aos nossos técnicos o uso de tecnologia compatível, facilitando a execução das atividades, com acesso imediato às informações e processos necessários.

Ressaltamos ainda, que das despesas realizadas em 2017, estas representaram também implantação de duas unidades avançadas, uma em Montes Claros e outra em Uberlândia, reconhecendo-se assim as dimensões geográficas do Estado de Minas Gerais e a importância dessas duas regiões, e principalmente a necessidade de se aproximar e melhorar as ações do SR(06)MG, para os beneficiários da reforma agrária ali estabelecidos.

No que se refere a despesas com a administração da Superintendência, salientamos as despesas com Locação de Mão de Obra e Outros Serviços de Pessoa Jurídica, onde observa-se um leve decréscimo em comparação ao ano anterior. No exercício em questão, informamos que houve uma redução na contratação do cargo de Secretárias, de 19 para nove cargos, uma redução em mais de 50% da contratação. Em nova avaliação, foi deliberado por esta Regional, que um contrato com nove Secretárias atenderia as necessidades do serviço, sem maiores prejuízos nos resultados.

Informamos que os ajustes promovidos nas contratações, foram pensados e ajustados à nossa realidade orçamentária, de uma forma racional, buscando gastos mais eficientes, mas mantendo as contratações e serviços necessários ao regular funcionamento da Superintendência, tais como: limpeza, vigilância e apoio administrativo (secretárias, atendentes, desenhistas e outros).

No ano de 2017 registramos ainda, a doação de 12 veículos, que foram avaliados e considerados inservíveis (antieconômicos) aos objetivos desta regional. Estes impactavam negativamente na imagem do SR(06)MG, pois eram vistos na garagem, transparecendo falta de selo dessa administração, com o patrimônio público. A garagem, que deveria guardar os carros em uso, guardava sucata como se fosse um ferro velho.

Face ao exposto, e não havendo mais razões que justifiquem a permanência desses bens em nosso patrimônio, restou o dever legal de cumprirmos com o que prevê a legislação, de promover uma destinação adequada aos bens que se encontram nesta situação.

Sendo assim, ainda que tais veículos não sirvam mais ao propósito do SR(06)MG, estes poderão atender às necessidades de entes com menor capacidade econômica, foi decidido então, a opção pelo instituto da Doação de bens, tendo sido avaliados e escolhidos municípios que, demonstraram interesse e atendiam aos requisitos legais.

Dentro desta avaliação, foi verificada as razões de interesse social, tendo sido beneficiado os municípios de Capitólio, Bambuí, Joáima e Tumiritinga, entes que inclusive já possuem algum tipo de parceria com o SR(06)MG (convênio, unidade municipal de cadastro e projetos de assentamentos), o que reafirma e estreita relações institucionais, com benefício direto aos destinatários da reforma agrária. As doações totalizaram o valor histórico de R\$ 848.787,75.

Verificamos que embora o exercício de 2017 tenha sido um ano difícil, do ponto de vista orçamentário e financeiro, entendemos que houveram realizações de ações positivas e concretas para o SR(06)MG.

7.2 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

Quadro 26. Demonstração contábil/notas explicativas

Demonstração contábil/notas explicativas	Endereço para acesso
Balanço Orçamentário	http://www.incra.gov.br/demonstracoes-contabeis/2017/sr-06-minas-gerais
Balanço Financeiro	http://www.incra.gov.br/demonstracoes-contabeis/2017/sr-06-minas-gerais
Balanço Patrimonial	http://www.incra.gov.br/demonstracoes-contabeis/2017/sr-06-minas-gerais
Demonstrações das Variações Patrimoniais	http://www.incra.gov.br/demonstracoes-contabeis/2017/sr-06-minas-gerais
Demonstração dos Fluxo de caixa	http://www.incra.gov.br/demonstracoes-contabeis/2017/sr-06-minas-gerais

A lei 4.320/1964, art.101, afirma que “os resultados gerais do exercício serão demonstrados no Balanço Orçamentário, no Balanço Financeiro, no Balanço Patrimonial e na Demonstração das Variações Patrimoniais, além de outros quadros demonstrativos. ” Assim, as demonstrações contábeis das entidades definidas no campo aplicação da contabilidade do setor público são as relacionadas acima.

7.3 Demonstração da gestão e registro contábil dos créditos a receber

7.3.1 Empréstimos concedidos

A Conta 1.2.1.1.1.0.3.0.1 – Empréstimos Concedidos a Receber registra o montante dos recursos emprestados aos assentados relativos ao Crédito Instalação nas suas diversas modalidades.

A partir da conclusão do Módulo Cadastro do SNCCI, no ano de 2013, as SRs passaram a alimentar o sistema com dados dos créditos aplicados, possibilitando a devida cobrança de forma sistematizada e sua consequente baixa contábil no SIAFI.

Entretanto, nesse mesmo ano, a edição da Medida Provisória nº. 636/13 (posteriormente convertida na Lei 13.001/14) - ao estabelecer novos critérios e condições para remissões, liquidações e renegociações dos créditos concedidos aos assentados da reforma agrária, no período de 10 de outubro de 1985 até 27 de dezembro de 2013 - atrasou a conclusão do “Módulo Cobrança” desse sistema, devido à necessidade de readaptação dos procedimentos, até então, vigentes.

O Módulo Cobrança do SNNCI foi concluído em setembro/2014, com pendência apenas na parte relativa à renegociação do crédito. Esse módulo permitiu a emissão de guias de recolhimentos (GRU Cobrança) e verificação da situação financeira individual dos assentados.

No exercício de 2017, o saldo da conta 1.2.1.1.1.03.01 – Empréstimos Concedidos fechou com o montante de R\$ 117.726.597,03, representando uma redução de R\$ 982.590,66, em relação ao saldo inicial do ano anterior, que era de R\$ 118.709.187,69. Esta redução líquida se deu em virtude da remissão de dívidas de assentados, em consonância com MP 636/2013 e Lei 13.001/2014 e conforme dados do SNCCI, como também pelos ajustes dos valores de créditos não aplicados e recolhidos pela Sede da Autarquia em 2013, adicionados os valores dos novos créditos registrados na UG/Gestão 133087/37201.

No segundo semestre de 2016, foi realizada pela Diretoria de Gestão Administrativa, na sede da Autarquia, a capacitação de servidores, com o objetivo formar usuários e multiplicadores . Por intermédio do SNCCI, será possível verificar o número de Guias de Recolhimento da União – Cobrança emitidas, guias pagas e consequentemente o nível de adimplência.

No ano de 2017, houve a evolução do "Módulo Cobrança" do SNCCI visando o atendimento das exigências da FEBRABAN e com isto será implantada a emissão de GRU - Cobrança Registrada. Além disto, a partir da implantação dos relatórios gerenciais, das novas evoluções em curso e da interligação do sistema com a Sala da Cidadania, será otimizada a gestão da Cobrança e a

contabilização das receitas e da provisão para devedores duvidosos, além de permitir que o próprio beneficiário acesse via internet a GRU para pagamento.

7.3.2 Crédito Antigo - Lei 13.001/2014

Em relação à Cobrança do Crédito antigo, o Módulo Cobrança do SNCCI ainda não foi evoluído para atender esta finalidade, tendo em vista que a Lei 13.001/2014 ainda não foi regulamentada. Inobstante, o cadastramento de processos de créditos antigos no SNCCI pode ser feito normalmente pelas Superintendências Regionais, funcionalidade disponibilizada desde 2014.

Somente após a edição de norma regulamentadora sobre a renegociação das dívidas e alimentação do SNCCI será possível iniciar o processo de cobrança dos créditos não remíveis. Assim, não é possível estimar e contabilizar a provisão para devedores duvidosos.

7.3.3 Crédito Novo - Decreto 8.256/2014:

O módulo Concessão do Crédito Novo, do SNCCI, foi homologado em agosto de 2014 e as primeiras remessas de arquivos de cadastro e de crédito foram feitas realizadas pelo INCRA Sede. A partir de 2015, a partir da realização de oficinas de capacitação, as SRs passaram a operar, diretamente, o módulo.

No exercício de 2017, foram emitidos 85 cartões da modalidade Apoio Inicial I no valor de R\$ 204.000,00; 79 de apoio inicial no valor de R\$410.800,00; 163 cartões de complementação de Apoio Inicial I no valor de R\$456.400,00; 188 de Fomento Mulher, no valor de R\$564.000,00 e 57 cartões de semiárido no valor de 285.000,00. Perfazendo um total de 572 créditos de instalação no ano de 2017, representando um valor de R\$1.920.200,00.

As primeiras parcelas referentes aos créditos novos aplicados na Superintendência de Minas Gerais venceram no final de fevereiro/2017.

Na SR(06)MG um total de 4.671 créditos que perfazem R\$26.119.973,96 já foram lançadas no SNCCI (aplicação finalizada ou em andamento) e destes, 2.446 (dois mil e quatrocentos e quarenta e seis) créditos no montante de R\$ 6.709.417,60 estão disponíveis para remissão e não tiveram créditos remidos.

Ainda não ocorreram liquidações nos antigos créditos tendo em vista a não regulamentação da Lei 13.001/2014 no que tange ao pagamento dessas dívidas. Por consequência, não foram realizadas negociações nem liquidações e a inadimplência ainda não pôde ser computada.

Com relação ao Crédito Novo (Contratos assinados a partir de 26/05/2014), no exercício de 2017 foram disponibilizadas para emissão, desconsiderando os recálculos, 12.583 Guias de Recolhimento da União – Cobrança em âmbito nacional com vencimento dentro do exercício, ou seja, créditos que foram concedidos em 2014 (Apoio Inicial I) e 2016 (Fomento Mulher). Destes 11.116 foram pagos no exercício, o que totaliza uma inadimplência de aproximadamente 11,66% em todo Brasil.

No âmbito da SR – Superintendência Regional de Minas Gerais, foram disponibilizadas 591 GRUs, representando um valor de R\$ 1.488.971, destas, 511 GRU foram pagas no exercício, correspondente ao valor de R\$ 144.811,72; totalizando uma inadimplência de 13,54%.

A fonte de informação é o SNCCI, Relatório Geral – Prestações de 09/02/2018 cujo critério de filtragem foi prazo final para pagamento dentro do exercício 2017, data do crédito no cartão anterior à 01/01/2017, situação do crédito igual a ativo e situação da prestação diferente de vencida e de recalculada.

7.3.4 Estágio da evidenciação contábil dos créditos

Do total do Grupo Empréstimos e Financiamentos Concedidos do Ativo Realizável a Longo Prazo, quase que a totalidade do saldo está registrado na Conta 12111.0.3.0.1 – Empréstimos Concedidos a Receber, cujo montante ao final de 2017 totalizou R\$ 5.817.479.431,86.

Esta conta registra o montante dos recursos emprestados aos beneficiários da reforma Agrária, a título de Crédito Instalação (crédito antigo) nas suas diversas modalidades, concedidos desde 1985, sendo que estes valores somente podem ser baixados pela remissão ou conforme o caso, após pagamento pelos devedores dos empréstimos.

No entanto, para que isto aconteça as Superintendências Regionais do INCRA, particularmente às Divisões de Desenvolvimento devem cadastrar todos os processos de créditos concedidos no SNCCI – Sistema Nacional de Cadastro e Concessão do Crédito Instalação. Realizado este procedimento, estima-se que os beneficiários atendidos terão boa parte de suas dívidas remitidas, conforme dispõe a Medida Provisória 636/2013, convertida na Lei 13.001/2014.

7.3.5 Outras informações julgadas relevantes

No exercício de 2017, conforme informações da Diretoria de Desenvolvimento (DD), foram emitidos, em âmbito nacional, 20.460 cartões distribuídos nas Modalidades de Crédito de Instalação Apoio Inicial I e Fomento Mulher. Dentre eles 10.971 cartões da primeira modalidade. Destes foram 3.506 por meio do Decreto 8.256/2014 e 7.465 pelo Decreto 9.066/2017. Na outra modalidade executada foram 9.489 cartões, dentro os quais 817 via Decreto 8.256/2014 e 8.672 pelo Decreto 9.066/2017. Apesar de serem concedidos no ano de 2017, a cobrança será realizada em exercícios posteriores, respeitados os prazos de carência de cada modalidade.

7.3.6 Créditos a receber de parceiros

A conta 1.2.1.2.1.9.8.0.8 - Créditos a receber em parcelas/lotes registra o montante relativo aos valores que o INCRA tem a receber, oriundos dos lotes (parcelas) repassados aos beneficiários da Reforma Agrária. Em 2017 o saldo final da conta era R\$ 770.996.905,56.

A Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária – DF vem conduzindo a discussão da proposta de decreto regulamentador da lei 13.001/2014, no tocante à titulação de glebas fora da Amazônia Legal, enquanto a Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de assentamentos vem trabalhando na elaboração de uma Instrução Normativa referentes aos títulos de parcelas de PAs.

As tratativas para construção do SNT – Sistema Nacional de Titulação estão sendo mediadas pela DE por meio da Coordenação de Tecnologia do INCRA – DET juntamente com as áreas finalísticas envolvidas no processo de titulação.

A previsão era que o SNT fosse desenvolvido em módulos, iniciando-se pelo módulo quilombola. Porém esta proposta inicial foi entendida como mais onerosa em custo e prazo para o INCRA e por isso está suspensa. A ideia é realizar um projeto único para atendimento das demandas vinculadas à Titulação no INCRA. Para tal, espera-se a criação de um Grupo de Trabalho (GT) composto de representantes de todas as áreas do INCRA que dará andamento ao projeto.

8 Conformidade da gestão e demandas de órgãos de controle

8.1 Tratamento de deliberações do TCU

Quadro 27. Recomendações pendentes de atendimento

Recomendações pendentes de atendimento	
Unidade/Subunidade responsável	Quantidade de recomendações
Inkra – SR-06	0
Divisão de Administração	0
Divisão de Ordenamento	0
Divisão de Obtenção	1
Divisão de Desenvolvimento	7
Total	8

Quadro 28. Situação das deliberações do TCU de maior impacto

Quadro da situação das deliberações do TCU de maior impacto*			
Deliberação	Número e Descrição sucinta do item da deliberação	Situação**	Providências adotadas / Ações implementadas / Justificativa para a não implementação
Acórdão 775/2016	N.A.	N.A.	Tratado no novo Acórdão (1976/2017)
Acórdão 2451/2016	N.A.	N.A.	Tratado no novo Acórdão (1976/2017)
Acórdão 1976/2017	4 – Aprimoramento da Seleção de Famílias	Em atendimento	Obtenção
Acórdão 1976/2017	5.1 - Apuração indícios de Irregularidade – Peça 25	Em atendimento	Desenvolvimento
Acórdão 1976/2017	5.2 - Relatório semestral de apuração	Em atendimento	Desenvolvimento
Acórdão 1976/2017	5.3 - Adaptação no SIPRA às normas de Seleção de Família	N.A.	Atuação exclusiva Incra Sede
Acórdão 1976/2017	5.4 - avaliação das inconsistências dos dados constantes da base do Sipra	N.A.	Atuação exclusiva Incra Sede
Acórdão 1976/2017	5.5 - contínuo planejamento para realização de fiscalizações de supervisão ocupacional de lotes da reforma agrária	Em atendimento	Desenvolvimento
Acórdão 1976/2017	5.6 - monitoramento das ações de supervisão ocupacional de lotes	Em atendimento	Desenvolvimento
Acórdão 1976/2017	5.7 - Maior eficiência na reintegração de lotes da reforma agrária irregularmente ocupados	Em atendimento	Desenvolvimento
Acórdão 1976/2017	5.8 - documentação comprobatória da capacidade de exploração da terra daquelas pessoas com deficiência física ou mental e dos	Em atendimento	Desenvolvimento

	aposentados por invalidez beneficiados com a da distribuição de terra		
<u>Acórdão 1976/2017</u>	5.9 - canal permanente para o recebimento de denúncias por parte dos cidadãos, a fim de estimular o controle social	N.A.	Atuação exclusiva Incra Sede
<u>Acórdão 1976/2017</u>	5.10 - plano de providências para as medidas relacionadas nos itens 5.3 a 5.9	N.A.	Atuação exclusiva Incra Sede
<u>Acórdão 1976/2017</u>	6 - Situação dos beneficiários com indícios de irregularidade constantes dos itens não digitalizáveis da peça 25 dos autos	Em atendimento	Desenvolvimento
<u>Acórdão 1976/2017</u>	7 - Informações ao INCRA	N.A.	N.A.
<u>Acórdão 1976/2017</u>	8 - Apresentação de dados e indicadores, por assentamento, sobre permanência nos lotes, nível de produtividade, exploração, sustentabilidade	Pendente	Depende da definição de normas e rotinas estabelecidas em caráter nacional pelo Incra SEDE
<u>Acórdão 1976/2017</u>	9.1 - Recomendação para ordem de prioridade na apuração	Pendente	Depende da definição de normas e rotinas estabelecidas em caráter nacional pelo Incra SEDE
<u>Acórdão 1976/2017</u>	9.2 - Utilização periódica do cruzamento de dados de bases públicas para nortear as ações de supervisão ocupacional (vide TCU)	N.A.	Atuação exclusiva Incra Sede
<u>Acórdão 1976/2017</u>	9.3 - Análise das propostas de políticas para RA proposta pelo TCU	N.A.	Atuação exclusiva Incra Sede
<u>Acórdão 1370/2017</u>	Apreciação processo/TCE 016.354/2016-8 - convênio 6000/2005 (Siafi 540647)	N.A.	Não consta diligência ao Incra. Comunica julgamento da TCE
<u>Acórdão 2870/2017</u>	Tomada de Constas Especial, TC 029.152/2013-5, do Convênio 10000/2006(Siafi 591312) firmado entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário e a Associação Estadual de Cooperação Agrícola de Minas Gerais- Aesca/MG	N.A.	Não consta diligência ao Incra. Comunica julgamento da TCE
<u>Acórdão TCU - 1320/2017</u>	Prestação de Contas da República do exercício de 2016	N.A.	Atuação exclusiva Incra Sede

Fonte: ASPLAN/SR.06

* Deliberações proferidas no exercício de referência e no exercício anterior, relevantes e de impacto significativo no âmbito da Unidade.

** Situação: Atendida; Em atendimento; Pendente N.A. (não se aplica).

Complementando decisões promulgadas nos Acórdãos 775 e 2451, ambos de 2016, o Acórdão 1976/2017 orienta a melhoria das atividades de seleção de famílias, supervisão ocupacional e reintegração de lotes ao PNRA, além de propor a produção de informações mais detalhadas sobre as explorações nos assentamentos, o cruzamento de informações, criação de novos programas de desenvolvimento,

assim como a implantação de um controle social, e a conclusão da apuração das irregularidades levantadas no Acórdão 775/16.

A Presidência do INCRA, mediante a Portaria 581, de 3 de outubro de 2017, instituiu Grupo de Trabalho, com o escopo de analisar, organizar, orientar, planejar, articular e atender as determinações do Acórdão 1976/2017-TCU-Plenário.

Esta UPC, seguirá as deliberações, emanadas do órgão central ajustando sua rotina de prestação de serviços e fiscalização.

8.2 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

A Secretaria de Controle Interno (Ciset) está vinculada à Secretaria-Geral da Presidência da República e integra, como órgão setorial, o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, conforme o Decreto nº 3.591, de 6 de setembro de 2000.

Após a edição do Decreto nº 9.038, de 26 de abril de 2017, com a instituição das unidades de ouvidoria e corregedoria, a Ciset passou a espelhar o modelo de atuação do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU), órgão central dos Sistemas de Controle Interno e Correição e das unidades de ouvidoria do Poder Executivo Federal.

Dessa forma, a Secretaria de Controle Interno ficou responsável pelas atividades de auditoria, consultoria, ouvidoria e correição, relacionadas aos órgãos integrantes da Presidência da República, bem como às suas entidades vinculadas, e à Vice-Presidência da República.

Por meio do Ofício-Circular – SEI nº.01/2017, de 26/09/17, acolhido no processo nº. 54000.001021/2017-28, a Ciset comunicou ao Presidente do INCRA a publicação da Portaria nº.43, que trata da prestação de serviços de consultoria e atendimento à consultas técnicas, passíveis de serem encaminhadas pela autoridade máxima da autarquia.

Conforme consulta ao sítio eletrônico, a Ciset realizou trabalhos junto à sede do INCRA e às Superintendências localizadas na Bahia, Pará (Belém), Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Rio de Janeiro e Roraima.

Quadro 29. Situação de atendimento das demandas da Secretaria de Controle Interno

Recomendações pendentes de atendimento	
Unidade/Subunidade responsável	Quantidade de recomendações
Incra – SR-06	0
Divisão de Administração	0
Divisão de Ordenamento	0
Divisão de Obtenção	0
Divisão de Desenvolvimento	0
Total	0

Quadro 30. Situação das principais recomendações da Ciset

Quadro da situação das principais recomendações da Ciset			
Origem	Nº do item e descrição sucinta da recomendação	Situação**	Providências adotadas / Ações implementadas / Justificativa para o não atendimento
N.A.	Esta UPC não recebeu nenhuma recomendação da Ciset no ano de 2017	N.A.	N.A.

Fonte: ASPLAN/SR(06)MG

Quadro 31. Situação das principais recomendações da CGU

Quadro da situação das principais recomendações da CGU*			
---	--	--	--

Origem	Nº do item e descrição sucinta da recomendação	Situação**	Providências adotadas / Ações implementadas / Justificativa para o não atendimento
CGU	11082 - Apurar a responsabilidade pela autorização para desenvolvimento da obra, a partir das alterações propostas pela empresa contratada , sem análise prévia e respectiva aprovação da respectiva Comissão Fiscalizadora do Incra SR-06, constituída pela Ordem de Serviço/INCRA/SR.06/MG/nº14/2012.	Pendente	O uso do Sistema Monitor não se encontra disciplinado na UPC.
CGU	58373 - Registrar a inadimplência dos convenientes no SICONV por omissão do dever de prestar contas e instaurar a devida Tomada de Contas Especial para os Convênios nº 738522, 737795, 737906, 737907, 756512 e 764633.	Pendente	O uso do Sistema Monitor não se encontra disciplinado na UPC.
CGU	58375 - Implantar ferramentas de controle das notificações e diligências encaminhadas ao conveniente decorrentes de fiscalizações realizadas pelo INCRA/MG, de forma a garantir o cumprimento dos ajustes e das providências determinadas na execução dos convênios.	Pendente	O uso do Sistema Monitor não se encontra disciplinado na UPC.
CGU	58377 - Apurar a responsabilidade pela intempestividade do Incra/SR-06 no acompanhamento da execução do Contrato nº CRT/MG/10.000/2011, bem como pela falta de aplicação de penalidade à empresa contratada.	Pendente	O uso do Sistema Monitor não se encontra disciplinado na UPC.
CGU	83380 - Promover a capacitação de servidores por meio da participação em cursos voltados à avaliação de imóveis.	Pendente	O uso do Sistema Monitor não se encontra disciplinado na UPC.
CGU	83394 - Providenciar a apuração dos valores recebidos indevidamente pelos servidores elencados na denúncia relativa ao processo 54170.002510/2008-54, com a devida notificação dos referidos servidores para a repetição do indébito ou apresentação de razões de defesa.	Pendente	O uso do Sistema Monitor não se encontra disciplinado na UPC.
CGU	155875 - Capacitar os servidores responsáveis pelo Pronater para elaboração de editais de chamamento público, com ênfase no atendimento às Leis nº 8.666/1993, nº 12.188/2010 e normas internas do Incra.	Pendente	O uso do Sistema Monitor não se encontra disciplinado na UPC.
CGU	156295 - Rever a perspectiva de implantação dos Créditos Instalação no SNCCI, visando concluir os trabalhos em prazo razoável, mediante designação de servidores com dedicação exclusiva para esse fim.	Pendente	O uso do Sistema Monitor não se encontra disciplinado na UPC.
CGU	156298 - Providenciar a restituição ao Erário dos valores de diárias pagos indevidamente a título de colaborador eventual e de despesas com locomoção desses colaboradores, observados os procedimentos relativos à ampla defesa.	Pendente	O uso do Sistema Monitor não se encontra disciplinado na UPC.
CGU	156301 - Capacitar os servidores responsáveis pelo Pronater para elaboração de editais de chamamento público, com ênfase no atendimento às Leis nº 8.666,	Pendente	O uso do Sistema Monitor não se encontra

	de 21 de junho de 1993; nº 12.188, de 12 de janeiro de 2010 e normas internas do Incra.		disciplinado na UPC.
CGU	156302 - Consultar, junto à procuradoria jurídica da Unidade, a viabilidade e a forma de alteração dos contratos de Ates, firmados em 2014, que passam por um desequilíbrio econômico-financeiro decorrente do quantitativo de famílias passíveis de serem atendidas ser significativamente menor que o pactuado, tendo em vista o risco de descontinuidade da prestação dos serviços.	Pendente	O uso do Sistema Monitor não se encontra disciplinado na UPC.
CGU	156303 - Considerar, quando for estimar o quantitativo de famílias a serem atendidas nos futuros editais de chamada pública de Ates, a existência de famílias em situação irregular nos projetos de assentamento, registrando as fontes dos dados e os cálculos efetuados.	Pendente	O uso do Sistema Monitor não se encontra disciplinado na UPC.
CGU	169488 - Realizar as adequações contratuais, conforme a real situação verificada "in loco".	Pendente	O uso do Sistema Monitor não se encontra disciplinado na UPC.
CGU	169489 - Realizar contratação de serviço de Ates que atenda à Política Nacional de Ates, para todos os assentados.	Pendente	O uso do Sistema Monitor não se encontra disciplinado na UPC.
CGU	169490 - Realizar contratação de serviço de Ater de acordo com a realidade da capacidade dos assentamentos.	Pendente	O uso do Sistema Monitor não se encontra disciplinado na UPC.
CGU	169491 - Realizar adequação na divisão de lotes do Projeto de Assentamento São Domingos, no município de Tupaciguara.	Pendente	O uso do Sistema Monitor não se encontra disciplinado na UPC.
CGU	169492 - Proceder à seleção de imóveis rurais para a realização de vistoria de fiscalização com respaldo tanto no Plano Regional de Reforma Agrária, quanto em Diagnóstico Regional que demonstre as áreas prioritárias de atuação.	Pendente	O uso do Sistema Monitor não se encontra disciplinado na UPC.
CGU	169493 - Proceder à seleção de imóveis rurais para a realização de vistoria de fiscalização com respaldo em Diagnóstico Regional que demonstre as áreas prioritárias de atuação.	Pendente	O uso do Sistema Monitor não se encontra disciplinado na UPC.
CGU	169494 - Apensar toda a documentação necessária à correta instrução processual, nos processos de obtenção de terras, visando assegurar o cumprimento da Lei nº 9.784/1999, sobre processo administrativo, sem deixar de atender aos princípios da racionalização administrativa e da economia processual.	Pendente	O uso do Sistema Monitor não se encontra disciplinado na UPC.
CGU	169495 - Elaborar, para cada processo de desapropriação e obtenção direta, todos os anexos obrigatórios que devem constar do Laudo Agrônomo de Fiscalização (LAF).	Pendente	O uso do Sistema Monitor não se encontra disciplinado na UPC.

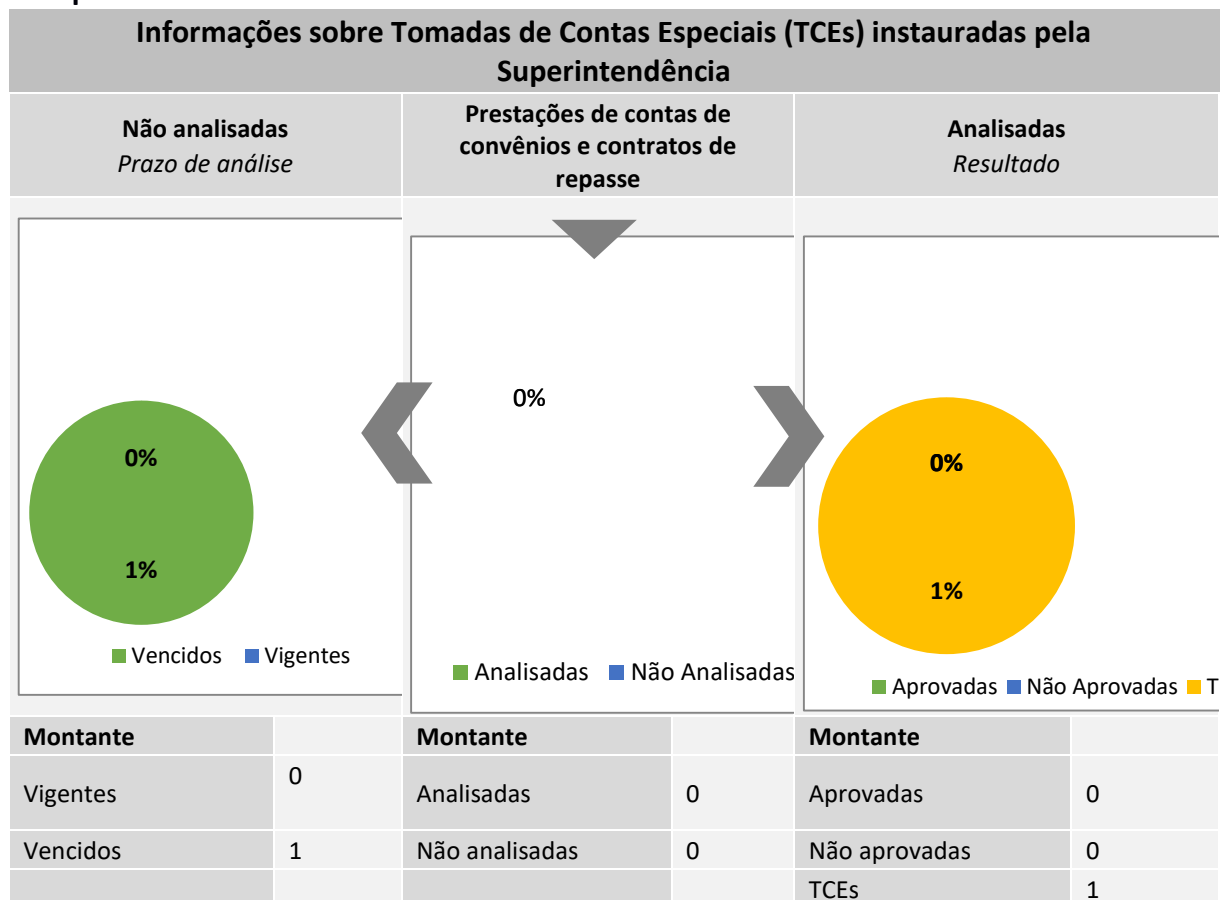
CGU	169496 - Proceder à seleção de imóveis para a realização de vistoria de fiscalização com respaldo em Diagnóstico Regional que demonstre as áreas prioritárias de atuação.	Pendente	O uso do Sistema Monitor não se encontra disciplinado na UPC.
CGU	169497 - Elaborar, para cada processo de desapropriação e obtenção direta, o extrato da cadeia dominial com vistas a examinar a regularidade da autenticidade e da legitimidade do título.	Pendente	O uso do Sistema Monitor não se encontra disciplinado na UPC.
CGU	11082 - Apurar a responsabilidade pela autorização para desenvolvimento da obra, a partir das alterações propostas pela empresa contratada, sem análise prévia e respectiva aprovação da respectiva Comissão Fiscalizadora do Incra SR-06, constituída pela Ordem de Serviço/INCRA/SR.06/MG/nº14/2012.	Pendente	O uso do Sistema Monitor não se encontra disciplinado na UPC.
CGU	58373 - Registrar a inadimplência dos convenientes no SICONV por omissão do dever de prestar contas e instaurar a devida Tomada de Contas Especial para os Convênios nº 738522, 737795, 737906, 737907, 756512 e 764633.	Pendente	O uso do Sistema Monitor não se encontra disciplinado na UPC.
CGU	58375 - Implantar ferramentas de controle das notificações e diligências encaminhadas ao conveniente decorrentes de fiscalizações realizadas pelo INCRA/MG, de forma a garantir o cumprimento dos ajustes e das providências determinadas na execução dos convênios.	Pendente	O uso do Sistema Monitor não se encontra disciplinado na UPC.

* Recomendações qualificadas no Sistema Monitor (CGU) como: estruturantes, com indicativo de reposição ao erário ou apuração de responsabilidade. (<http://www.cgu.gov.br/assuntos/auditoria-e-fiscalizacao/sistema-monitor>)

** Situação: Atendida; Em atendimento; Pendente.

8.3 Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por dano ao erário

Gráfico 17. Informações sobre Tomadas de Contas Especiais (TCEs) instauradas pela Superintendência.



i. Análise

Durante o exercício de 2017, a Comissão Permanente de Tomada de Contas Especial desta Superintendência Regional do INCRA em Minas Gerais não teve instauração de procedimento de Tomada de Contas Especial

O processo do Convênio SIAFI nº 652.827– Convênio CRT/MG/Nº 1.000/09 – Conveniente: Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais – ITER/MG), encontra-se em análise pelo tomador de contas.

8.4 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

No exercício de 2017, não foi possível observar as disposições do art.5º da Lei 8.666/93 quanto ao cronograma de pagamento das obrigações contraídas em decorrência dos contratos de prestações de serviços de mão de obra terceirizada.

Essa situação é justificada pela insuficiência de caixa do Tesouro Nacional para atender todas as exigibilidades registradas no SIAFI, então, a ordem dos pagamentos dessa UPC priorizou os contratos continuados e os serviços essenciais e públicos.

Essa medida foi necessária para evitar a descontinuidades dos serviços que poderiam comprometer o funcionamento e a segurança institucional.

Por outro lado, os pagamentos a fornecedores são efetuados pelo Serviço de Orçamento e Finanças da SR(06)MG, em estrita observância das datas de vencimento das obrigações e da ordem cronológica de pagamento.

Os processos de pagamentos recebidos pelo Serviço de Orçamento de Finanças, têm suas datas de pagamentos fixadas da seguinte forma:

Tabela 14. Obrigações com o art. 5º, da Lei nº. 8.666/1993

DATA DA ENTRADA DOS DOCUMENTOS	DATA-LIMITE PARA PAGAMENTO
1 até 10	Até o dia 15 ou último dia imediatamente anterior
11 até 20	Até o dia 25 ou último dia imediatamente anterior
21 até o último dia do mês	Até o dia 05 do mês seguinte ou último dia útil imediatamente anterior

Fonte: Serviço Orçamento e Finanças

9 Anexos e apêndices

9.1 Quadro de avaliação do sistema de controles internos da UPC

Complementa informações do item 4.2.3

Quadro 32. Avaliação do Sistema de Controle Interno da UJ

Elementos do sistema de controles internos a serem avaliados		Valores				
		1	2	3	4	5
1	Ambiente de controle					
1.1	A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
1.2	Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.		X			
1.3	A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.		X			
1.4	Existe código formalizado de ética ou de conduta.		X			
1.5	Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
1.6	Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		X			
1.7	As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
1.8	Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.		X			
1.9	Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
2	Avaliação de risco					
2.1	Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
2.2	Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.		X			
2.3	É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		X			
2.4	É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		X			
2.5	A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
2.6	Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
2.7	Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.		X			
2.8	Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.				X	
2.9	Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X	
3	Procedimentos de controle					

Elementos do sistema de controles internos a serem avaliados		Valores				
		1	2	3	4	5
3.1	Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.		X			
3.2	As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.		X			
3.3	As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.		X			
3.4	As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.		X			
4	Informação e comunicação					
4.1	A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.		X			
4.2	As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.		X			
4.3	A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.		X			
4.4	A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.		X			
4.5	A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.		X			
5	Monitoramento					
5.1	O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.		X			
5.2	O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.		X			
5.3	O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.		X			
Legenda dos valores						
	1. Totalmente inválida: significa que o conteúdo da afirmativa é <u>integralmente não observado</u> no contexto da UJ.					
	2. Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é <u>pouco observado</u> no contexto da UJ.					
	3. Neutra: Significa que <u>não há como avaliar</u> se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.					
	4. Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é <u>muito observado</u> no contexto da UJ.					
	5. Totalmente válido: Significa que o conteúdo da afirmativa é <u>integralmente observado</u> no contexto da UJ.					

9.2 Resultados do atendimento ao público externo

Complementa informações do item 5.1

Quadro 33. Resultado de atendimento ao público externo na Sala da Cidadania em Belo Horizonte, sede da SR(06)MG

Serviço	Demanda	Qtde. atendida	Em análise
Cadastro CCIR Presencial	1.288	1.288	0
Cadastro CCIR Via Correspondências	2	2	0
Informação Cadastro	2.621	2.621	0

Serviço	Demanda	Qtde. atendida	Em análise
Emissão CCIR	1.972	1.972	0
Cancelamento CCIR	9	9	0
Protocolo de Entrada Descaracterização de Zona Rural para Zona Urbana	512	512	0
Informação sobre Descaracterização de Zona Rural Para Zona Urbana	230	230	0
Retirada Resultado Descaracterização de Zona Rural para Zona Urbana	407	407	0
Informação sobre Chacreamento	0	0	0
Protocolo de Entrada Desmembramento (DEC. 62504)	13	13	0
Retirada de Resultado Desmembramento (DEC. 62504)	5	5	0
Informação sobre Aposentadoria Rural	182	182	0
Protocolo de Entrada Aposentadoria Rural	338	338	0
Retirada Resultado Aposentadoria Rural	292	292	0
Protocolo de Entrada Em Certidão Negativa de Cadastro No Ipsemg	73	73	0
Entrega de Resultado de Certidão Negativa de Cadastro no Ipsemg	99	99	0
Assentados	139	139	0
Diversos	41	41	0
Total	7.868	7.868	0

9.3 Memória de cálculo dos indicadores

Complementa informações do item 3.3 e do item 7.1.3

Memorial de cálculo do Gráfico 1 - Índice de cadastramento de imóveis rurais

Índice de Cadastramento de imóveis rurais (%)		
2017		2018
Meta	Realizado	Meta
96,85	103,13	98,23

Memória de cálculo:

Índice 2017: Superfície ocupada por imóveis cadastrados (ha) (57.985.561,48 - Fonte: SNCR, Apuração Especial realizada em 2017) dividido pela superfície total da área (ha) abrangida pela Jurisdição do INCRA, na jurisdição da SR (56.225.479,70 - Fonte: IBGE) multiplicado por 100.
Previsão/meta: Média dos últimos 3 anos

Memorial de cálculo do Gráfico 18 - Índice de análise de processos de certificação de imóveis

Índice de análise de processos de Certificação de Imóveis (%)		
2017		2018
Meta	Realizado	Meta
98,52	100,00	100,00

Memória de cálculo:

Índice 2017: Número de processos com análise de certificação finalizada no exercício (17619 - Fonte: Sigef, SNCI) dividido pelo número de processos de certificação protocolados no exercício no nível de agregação (17619 - Fonte: Sigef, SNCI) multiplicado por 100.
Previsão/meta: Média dos últimos 3 anos

Memorial de cálculo do Gráfico 19. Índice de regularização fundiária

Índice de Regularização Fundiária (%)		
2017		2018
Meta	Realizado	Meta
0,00	0,00	0,00

Memória de cálculo:

Índice 2017: Número de imóveis regularizados e titulados no exercício (0 - Fonte: SR06/F) dividido pelo número de imóveis com processos de regularização fundiária iniciados no exercício, na jurisdição da SR (0 - Fonte: SR06/F) multiplicado por 100.
Previsão/meta: Média dos últimos 3 anos

Memorial de cálculo do Gráfico 4 – Índice de gastos com obtenção de terras

Índice de gastos com obtenção de terras (R\$/ha)		
2017		2018
Meta	Realizado	Meta
3.024,78	0.00	2.277,46
Memória de cálculo:		
Índice 2017: valor total de indenizações (desapropriação) ou pagamento (aquisição) em R\$ no exercício (0,0 – Fonte: Planilha acompanhamento TDA – wiki.INCRA.gov.br – DEA 1 – TDAs-2015a2017-versão com controle Benf e DJ pendente 07-02-2018) dividida pela respectiva área total dos imóveis indenizados ou pagos em hectares no exercício, na jurisdição da SR (0,00 – Fonte:) Previsão/meta: Média dos últimos 3 anos		

Memorial de cálculo do Gráfico 5 - Índice de protocolos de licença ambiental para projetos de assentamento

Índice de protocolos de licença ambiental para os projetos de assentamento (%)		
2017		2018
Meta	Realizado	Meta
0.00	0.00	0.00
Memória de cálculo:		
Índice 2017: número de Licenças Ambientais Protocoladas no exercício (0 - Fonte: Monitoria) dividido pela meta de protocolização de licenças ambientais conforme plano de metas do exercício (0 - Fonte: Caderno de metas 2017) multiplicado por 100. Previsão/meta: Plano de metas (100%). Plano de metas 2018 ainda não publicado		

Memorial de cálculo do Gráfico 6 – Índice de Projetos de Assentamento com regularização ambiental requerida (CAR)
(Atualizado)

Índice de projetos de assentamento com regularização ambiental requerida (CAR) (%)		
2017		2018
Meta	Realizado	Meta

65.83	99.28	98.32
Memória de cálculo:		
Índice 2017: número de assentamentos com Licença ambiental requerida (CAR acumulado), (277 - Fonte: Monitoria) dividido pelo total de assentamentos sob efetiva gestão ambiental do INCRA (exceto consolidados, reconhecimentos e de colonização), na jurisdição da SR (279 - Fonte: Sipra) multiplicado por 100. Previsão/meta: Média dos últimos 3 anos		

Memorial de cálculo do Gráfico 7 – Índice de acesso à água para consumo doméstico

Índice de acesso à água para consumo doméstico (%)		
2017		2018
Meta	Realizado	Meta
2,99	0,00	0,00
Memória de cálculo:		
Índice 2017: número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico – encanado, de poço ou de cisterna concluído no exercício (2560 - Fonte: Controle SIF) dividido pelo número de famílias assentadas no exercício, na jurisdição da SR (0 - Fonte: SIPRA) multiplicado por 100. Previsão/meta: Média dos últimos 3 anos		

Memorial de cálculo do Gráfico 8 – Índice de provimento de PDA/PRA

Índice de provimento de PDA/PRA (%)		
2017		2018
Meta	Realizado	Meta
0,00	0,00	0,00
Memória de cálculo:		
Índice 2017: Quantidade de Projetos de Assentamento com PDA e PRA aprovados pelo INCRA (0 - Fonte:) dividido pela quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados no nível de agregação (0 - Fonte:) multiplicado por 100. Previsão/meta: Média dos últimos 3 anos		

Memorial de cálculo do Gráfico 9 Índice de acesso à moradia nos assentamentos

Índice de acesso à moradia nos assentamentos (%)		
2017		2018
Meta	Realizado	Meta
0,00	7700,00	0,00

Memória de cálculo:

Índice: 2016: Número de famílias com obras de moradia concluídas no exercício (378 - Fonte: Relatório de Gestão 2016) dividido pelo número de famílias assentadas no exercício, na jurisdição da SR (11 - Fonte: Leitura Caderno de Metas 2016) multiplicado por 100. Metas: 2016: Meta de conclusão de moradias no exercício (0 - Fonte: Plano de Metas 2016) dividido pela Meta de assentamento de famílias (30 - Fonte: Plano de Metas 2016) multiplicado por 100. 2018: Meta de conclusão de moradias no exercício (0 - Fonte: Plano de Metas 2018 ainda não publicado) dividido pela Meta de assentamento de famílias (0 - Fonte: Plano de Metas 2018 ainda não publicado) multiplicado por 100.

Memorial de cálculo do Gráfico 10

Número de contratos firmados pelas famílias com acesso ao Pronaf ou outra linha de crédito voltada à produção		
2017		2018
Meta ¹	Realizado	Meta ²
2.171	246	0
Memória de cálculo:		

Realizado 2016: Número de contratos firmados pelas famílias para acesso ao Pronaf no exercício no nível de agregação (0 - Fonte:) somado ao Número de contratos firmados pelas famílias para acesso ao Fomento (operação I e II) no exercício no nível de agregação (0 - Fonte: Leitura do Caderno de Metas 2016) somado ao Número de contratos firmados pelas famílias para acesso ao Fomento Mulher no exercício no nível de agregação (89 - Fonte: Leitura do Caderno de Metas 2016). Meta 2016: Meta do número de contratos a serem firmados pelas famílias para acesso ao Pronaf no exercício no nível de agregação (0 - Fonte:) somado a Meta do número de contratos firmados pelas famílias para acesso ao Fomento (operação I e II) no exercício no nível de agregação (0 - Fonte: Plano de Metas 2016) somado a Meta de número de contratos a serem firmados pelas famílias para acesso ao Fomento Mulher no exercício no nível de agregação (500 - Fonte: Plano de Metas 2016), 2018: Meta do número de contratos a serem firmados pelas famílias para acesso ao Pronaf no exercício no nível de agregação (0 - Fonte: Plano de Metas 2018 ainda não publicado) somado a Meta do número de contratos firmados pelas famílias para acesso ao Fomento (operação I e II) no exercício no nível de agregação (0 - Fonte: Plano de Metas 2018 ainda não publicado) somado a Meta de número de contratos a serem firmados pelas famílias para acesso ao Fomento Mulher no exercício no nível de agregação (0 - Fonte: Plano de Metas 2018 ainda não publicado)

Memorial de cálculo do Gráfico 11

Índice de provimento de assistência técnica (%)		
2017		2018
Meta	Realizado	Meta
0,00	0,00	0,00

Memória de cálculo:

Índice 2016: Número de famílias com previsão de atendimento nos instrumentos firmados para prestação de Assistência Técnica (5527 - Fonte: Relatório de Gestão 2016) dividido pelo número total de famílias assentadas, na jurisdição da SR (11 - Fonte: Leitura Caderno de Metas 2016) multiplicado por 100. Previsão/meta: 2015: Meta de famílias a serem atendidas com ATES (5527) Fonte: Caderno de Metas 2016, dividido pela Meta de famílias a serem assentadas (30) Fonte: Leitura Caderno de Metas 2016 2016: Meta de famílias a serem atendidas com ATES () Fonte: Plano de metas 2018 ainda não publicado, dividido pela Meta de famílias a serem assentadas () Fonte: Plano de metas 2016 ainda não publicado

Memorial de cálculo do Gráfico 12

Renda média das famílias (por amostragem) - R\$		
2017		2018
Meta ¹	Realizado	Meta ¹
	295,23	
Fonte/Metodologia de amostragem:		
Pesquisa por amostragem realizada entre os dias 05 e 06/03/2018, no Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária – SIPRA, referente a 1.317 Assentados de 40 Projetos de Assentamento de todas as regiões do Estado de Minas Gerais		
¹ Não existe parâmetro definido para as metas		

Memorial de cálculo do Gráfico 13

Índice de parcelas supervisionadas (%)		
2017		2018
Meta	Realizado	Meta
2,79	35,35	0,00
Memória de cálculo:		

Realizado 2016: Número de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 4º da IN 70/2012 com relatório entregue (311 - Fonte: Leitura Caderno de Metas 2016) dividido pelo Número total de parcelas, na jurisdição da SR (16018 - Fonte: SIPRA) multiplicado por 100. Meta 2016: Meta Supervisão (383 - Fonte: Caderno de Metas 2016) dividido pela Meta de famílias assentadas (16048 - Fonte: Caderno de Metas 2016 SIPRA) multiplicado por 100. 2018: Meta Supervisão (0 - Fonte: Plano de Metas 2018 ainda não publicado) dividido pela Meta de famílias assentadas (16018 - Fonte: Plano de Metas 2018 ainda não publicado) multiplicado por 100.

Memorial de cálculo do Gráfico 14

Índice de consolidação de assentamentos (%)		
2017		2018
Meta	Realizado	Meta
2,45	2,38	2,40
Memória de cálculo:		
Índice 2017: Número de famílias assentadas em PA(s) consolidados (414 - Fonte: SIPRA) dividido pelo Número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA, no nível de agregação (17416 -		

Memorial de cálculo do Gráfico 15

Índice de abrangência de capacitação (%)		
2017		2018
Meta ¹	Realizado	Meta ²
6,82	66,67	Caderno de Metas ainda não publicado
Memória de Cálculo		
Índice 2017: Número de servidores que participaram das atividades de capacitação (88 - Fonte: Processos SDH/SIR) dividido pelo Número total de servidores, na jurisdição da SR (132 - Fonte: DA) multiplicado por 100. Previsão/meta: 2017: Meta capacitação (9 - Fonte: Caderno de Metas 2017), dividido pela quantidade de servidores na jurisdição da SR (132 - Fonte: DA)		
Previsão/meta: 2018: Meta capacitação (0 - Fonte: Plano de metas 2018 ainda não publicado), dividido pela quantidade de servidores na jurisdição da SR (0) Fonte: DA		

Memorial de cálculo do Gráfico 16

Índice de horas de capacitação (%)

2017		2018
Meta	Realizado	Meta
982,27	1748,48	Caderno de Metas ainda não publicado

Índice 2017: número total de horas de treinamentos recebidos pelos servidores (2308 - Fonte: PROCESSOS ADM/SIR) dividido pelo número total de servidores, na jurisdição da SR (132 - Fonte: DA). Previsão/meta: Média dos últimos 3 anos

9.4 Quadros, tabelas e figuras complementares

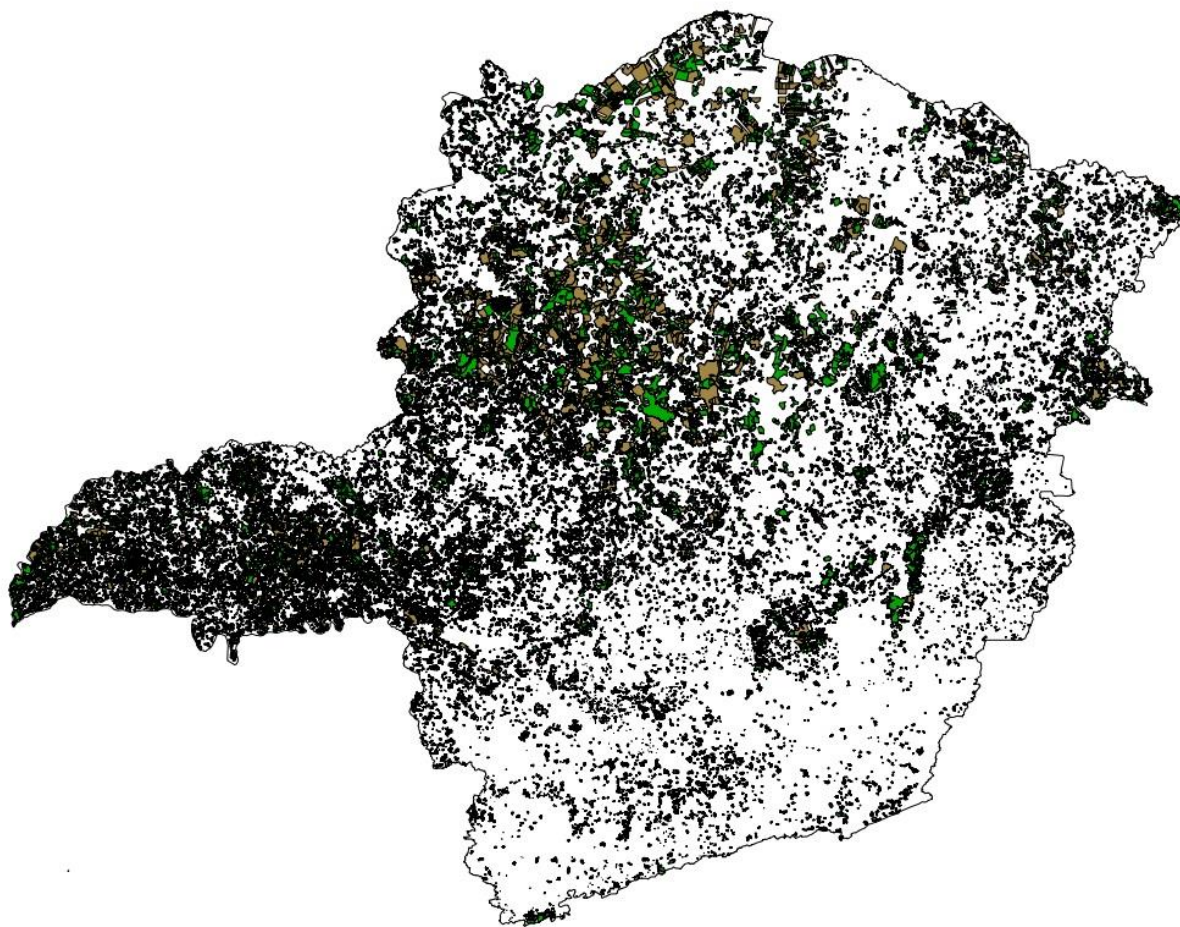


Figura 1. Base Cartográfica de Imóveis Certificados em Minas Gerais

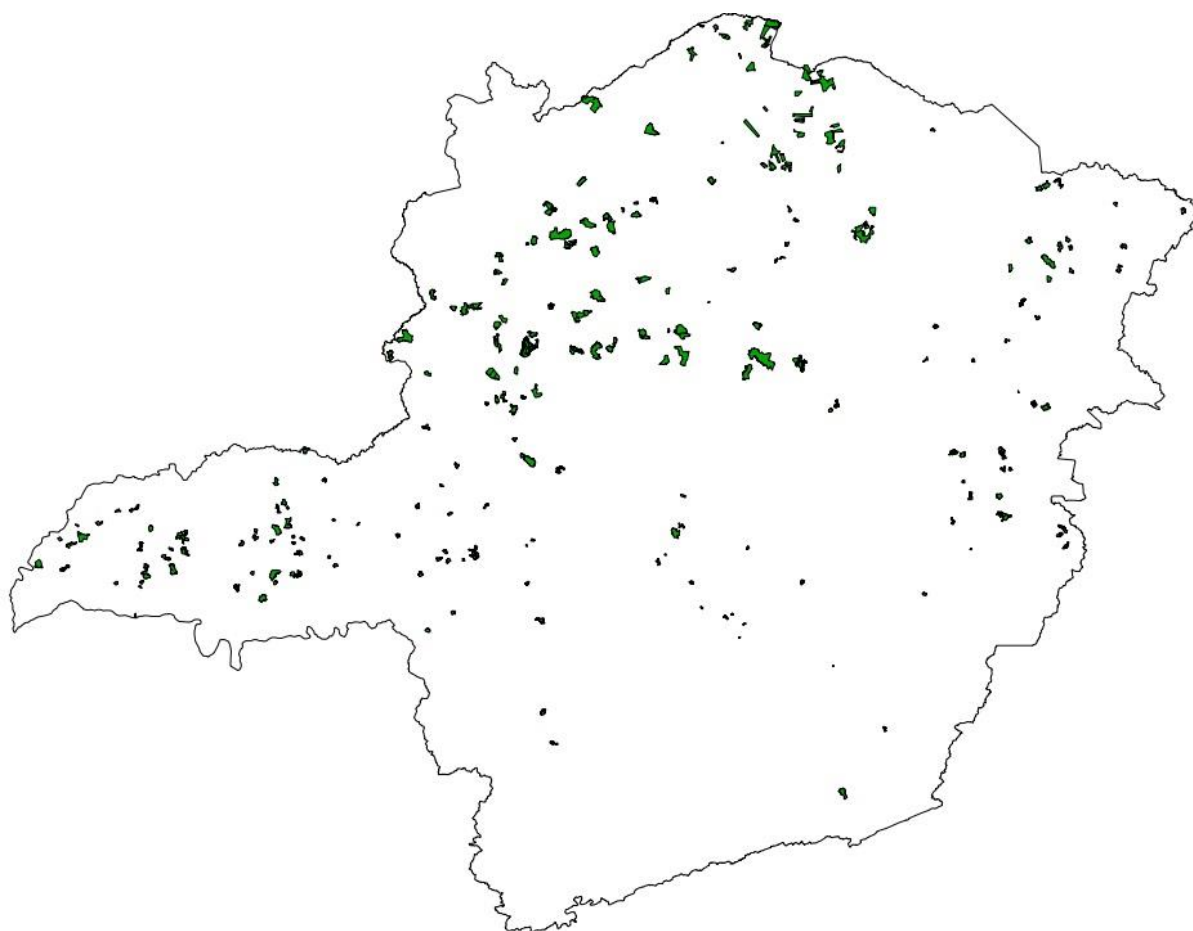


Figura 2. Base Cartográfica de Projetos de Assentamento georreferenciados em Minas Gerais

Tabela 15. Convênios firmados entre a SR(06)MG e prefeituras municipais em 2017.

	Convênio	Município	Assentamento	Objeto da Ação
I	856696/2017	Limeira do Oeste	PA Reserva	Construção de mata burros
II	856606/2017	Joaquim Felício	PA Final Feliz	Construção de 01 Pontes de Concreto
III	856947/2017	Prata	PA Paulo Faria	Recuperação de Estradas Vicinais
IV	856981/2017	Gurinhata	PA's Divino Rosa, Vargem do Touro, Piedade Barreiro e Nova Rosada	Recuperação de Estradas Vicinais
V	857254/2017	Vargem G. R. Pardo	PA Vale do Guará	Recuperação de Estradas Vicinais
VI	857191/2017	Tumiritinga	PA's 1º de Junho Água da Prata I e II, Cachoeirinha e Terra Prometida	Recuperação de Estradas Vicinais
VII	857207/2017	Bonfinópolis de Minas	PA Assa Peixe	Recuperação/Melhoria de Estradas Vicinais
VIII	862514/2017	Dom Bosco	PA Novo Progresso	Recuperação de Estradas Vicinais
IX	857120/2017	Urucuia	PA Vereda Grande	Recuperação de Estradas Vicinais
X	862517/2017	Veríssimo	PA's 21 de Abril, Rio do Peixe e Irmã Dorothy.	Construção de 04 Pontes de Concreto
XI	857174/2017	Jaíba	PA Novo Horizonte, Linha I e Linha II	Recuperação de Estradas Vicinais
XII	857087/2017	São Francisco	PA São Francisco II	Readequação de 23,8 km de Estradas
XIII	862562/2017	Campo Florido	Sem Identificação do PA	Conservação de Estradas Vicinais
XIV	862531/2017	Almenara	PA Esperança Santa Rosa	Recuperação de Estradas Vicinais
XV	862527/2017	João Pinheiro	PA Formiga	Recuperação de Estradas Vicinais